

RELATÓRIO & CONTAS 2006

BPN, SGPS, S.A.



ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Grupo	2
Órgãos Sociais	5
Estrutura Operacional	6
Análise financeira do Grupo BPN	7
1. Relatório do Conselho de Administração	
Enquadramento Económico	10
Principais Acontecimentos do Grupo BPN	17
Grupo BPN	
Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC/NIRF)	19
Análise e Mapas Financeiros do Grupo BPN	21
Sector Financeiro	
Banca Comercial	29
Banca de Investimento	34
Gestão de Activos e Serviços Financeiros	39
Sector de Seguros	43
Crédito Especializado	46
Corretagem	51
BPN Serviços, ACE	
Recursos Humanos	52
Infraestruturas e Processos	56
Aprovisionamento, Logística e Instalações	59
Projecto BASILEIA II	60
A Gestão do Risco no Grupo BPN	61
2. Contas Individuais e Consolidadas	
Contas Individuais	67
Contas Consolidadas	79
Proposta de Aplicação de Resultados	127
3. Certificações do BPN, SGPS, S.A. (contas individuais e consolidadas)	129

Mensagem do Presidente do Grupo

Sem deixar de vincar os ventos da descrença que pairam na mente colectiva nacional, tem sido habitual iniciar a minha comunicação aos Senhores Accionistas com uma prudente nota de optimismo, pois pertenço ao núcleo dos que acreditam que um país que já foi capaz de fazer história e com uma existência de quase 900 anos, terá sempre capacidade de se regenerar, pois são as dificuldades que fazem despertar novas energias, algumas delas aprisionadas na ponta da caneta (agora também no teclado dos PC's) dos profetas da desgraça. Com efeito:

Se quisermos ser justos na auto-apreciação como povo, reconheceremos que em face da nossa expressão geográfica e humana, aquilo que fizemos e continuamos a fazer é, em termos relativos, muito mais do que proporcional àquela dupla dimensão. É assim no desporto, nos homens da ciência que brilham nos centros de investigação de outros países, nas iniciativas empresariais inovadoras, no reconhecimento da aptidão de portugueses para desempenharem importantes e prestigiantes cargos no que há de mais significativo no mundo, fora da órbita específica dos países, sem esquecer o passado que seria, só por si, razão suficiente para não desnudarmos, gratuitamente, os nossos defeitos.

Temos, pois, razões para não alinhar na descrença pela descrença e, pessoalmente, sinto a responsabilidade adicional de reportar aos Senhores Accionistas que registam elevados padrões de realização, muito especialmente os envolvidos em actividades empresariais que, com o seu indesmentível sucesso, claramente se demarcam da mediania ao superar a envolvente económica nacional.

Procuró ser consequente com aquele acreditar na capacidade de realização dos portugueses e tenho, no vosso exemplo, o melhor estímulo que muito me auxilia na coordenação do vasto grupo de trabalho que tem, nos administradores das diferentes empresas, a linha da frente e nos milhares de colaboradores, os agentes activos no processo de edificação do que é hoje o Grupo BPN que registou, no exercício de 2006, resultados líquidos superiores a 65,316 milhões de Euros, valor que supera em cerca de 37,4% os alcançados no exercício anterior.

É uma evolução confortável, sobretudo tendo em conta as perspectivas que se abrem para o futuro, como decorre da apreciação individual às contas das empresas que integram o BPN SGPS, S.A., com resultados líquidos a evoluírem harmoniosamente e a revelarem, como a seguir se demonstra, sólidas perspectivas quanto ao futuro.

O BPN, S.A. apresenta resultados consolidados de 58,868 milhões de Euros, nos quais se incluem os lucros das suas participadas, superando em 39% os registados no exercício anterior.

A preparação do Banco para novos desafios impõe que sejam dados passos decisivos na sua modernização, mas sem prejudicar a evolução da formação de resultados. É um objectivo difícil de compatibilizar mas que mais uma vez foi alcançado permitindo que o desenvolvimento do novo sistema central ("Core Banking System") tenha prosseguido dentro do ritmo previsto, mantendo-se a expectativa de estar operacional em 2008, sem prejuízo de se anteciparem algumas das suas componentes, de que o "Front End" é a mais relevante, por ser indutor de melhorias de produtividade e que se admite poder estar operacional no segundo semestre de 2007. Outras iniciativas estão em curso visando criar automatismos de controlo e reduzir o trabalho administrativo, presentemente executado ao nível das Agências, em prejuízo da intensificação da sua acção comercial. Tem-se como objectivo melhorar a relação "cost to income" e criar espaço para iniciativas de carácter inovador e reforçar as já existentes de que é exemplo paradigmático a função de "acquirer" de Cartões de Crédito e de Débito.

Como operador de "acquirer" o BPN tem vindo a progredir, mas luta-se ainda num difícil quadro de concorrência desajustada, decorrente de os Cartões Visa Electron e Maestro (MasterCard), poderem funcionar como Co-branded Multibanco beneficiando por esta via, de taxas de "interchange fee" mais favoráveis, desenquadradas das regras da concorrência. O assunto foi, em devido tempo e pelas vias competentes, reportado à Autoridade da Concorrência.

O Banco Efisa, que protagoniza a banca de investimento, registou lucros de 3,711 milhões de Euros e tem vindo a evidenciar-se como o verdadeiro braço internacional do Grupo, ao intervir nas diferentes áreas de negócio da banca de investimento em países avançados como a Espanha, mas sobretudo em importantes países, dos designados mercados emergentes, como o Brasil, Índia, Turquia, Médio Oriente e Países do Magreb, sem esquecer Angola e Moçambique. O mercado alvo é necessariamente Portugal, mas o conhecimento que se obtém trabalhando projectos e/ou produtos de países de grande potencial, são valores inestimáveis pelos horizontes que nos abrem.

O BPN Crédito - IFIC, que centra a sua actividade no crédito especializado - Crédito ao Consumo, Leasing e Factoring - , registou resultados líquidos de 10,220 milhões de Euros. O crédito especializado tem uma forte componente de crédito ao consumo, crédito que a banca reconhece ter, normalmente, elevados índices de incumprimento. Contudo, no caso do BPN - Crédito IFIC graças às técnicas desenvolvidas foi possível reduzir a taxa de insucesso para valores verdadeiramente notáveis!

O BPN Gestão de Activos, S.A., teve um comportamento dentro do que era esperado e continua a coleccionar prémios. Os Fundos BPN Renda Mensal e BPN Conservador venceram os prémios S&P Diário Económico 2006 referentes às "performances" de 2005 para 12 e 36 meses, respectivamente, devendo, em face da informação disponível, repetir a melhor "performance" em 2006, acrescentando agora o BPN Tesouraria. É importante sublinhar que as categorias em que nos foram atribuídos prémios, representam mais de metade do volume de activos sob gestão em Fundos de Investimento em Portugal. Numa observação da classificação geral da APFIPP (Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios) para o final de 2006, todos os fundos BPN, com mais de um ano de histórico, apresentam rendibilidades acima da média das suas respectivas categorias. Outros como o BPN Taxa Fixa, que foi lançado em Abril, é já o melhor fundo da sua categoria desde o seu lançamento não tendo, porém, histórico para efeito de premiação. O BPN Gestão de Activos tem consolidado a sua reputação no mercado nacional de Fundos de Investimento, indo de encontro à realidade desse mesmo mercado e, de acordo com a cultura de grupo, apresentando produtos de cariz mais conservador: Como se dispõe de capacidade para gerir os chamados activos de alto risco/alta rendibilidade, normalmente associados aos mercados de "high yield" e emergentes, não se exclui o seu eventual lançamento quando clientes específicos assim o desejarem.

O BPN - IMOFUNDOS, S.A., continua a evidenciar-se não só pelos resultados líquidos de 5,891 milhões que registou, mas sobretudo pela posição de destaque que o terceiro lugar no ranking dos fundos nacionais lhe proporcionou e pela qualidade dos seus activos, como é reconhecido pelo "Euro Property" que considerou o Fundo Aberto - Imonegócios - representativo de mais de 50% dos activos imobiliários do BPN - Imofundos -, como detendo a melhor carteira diversificada de activos imobiliários entre 2003 - 2005.

A área seguradora - Real Seguros e Real Vida Seguros - contribui com 9,368.milhões de Euros, continuando, assim, a evoluir muito favoravelmente e a acrescentar valor ao Grupo. Embora o crescimento da Real Seguros tenha sido mais moderado continuou, pelo sexto ano consecutivo, a conquistar quota de mercado que se fixa, presentemente, na ordem de 2,86%. É também digno de registo o facto de a Great Place to Work (multinacional Americana, especialista na área de recursos humanos), a ter qualificado pela quarta vez consecutiva no quadro de honra das melhores empresas para trabalhar e, como empresa genuinamente portuguesa foi mesmo, neste ano de 2006, a primeira.

Senhores Accionistas,

Com o fecho do exercício de 2006 completa-se o nono ano de actividade da área Financeira e Seguradora. A reconfiguração ocorreu em 1999, com a entrada de V. Exas. para o corpo accionista. No seu início os activos, na moeda actual, correspondiam sensivelmente a 100 milhões de Euros, entretanto multiplicados por 72 como revela o fecho do exercício da BPN - SGPS, SA ao apresentar activos líquidos de 7,226 milhões de Euros. Estes valores colocam-nos, muito provavelmente, como maior grupo privado não cotado em bolsa. Face à dimensão alcançada, à consistência dos resultados líquidos que se têm apurado e ao contínuo aperfeiçoamento organizacional, julgo estarem reunidas condições para desenvolver o processo da sua cotação em bolsa.

Vamos trabalhar no sentido apontado, a fim de se apresentar um projecto de intenções às entidades competentes. A complexidade de um processo desta natureza e o grau de exigências subsequentes, não aconselha que se assuma desde já uma data firme para levar a efeito o respectivo IPO ("Initial Public Offering").

Para dar o verdadeiro sentido a esta mensagem impõem-se que manifeste o meu público agradecimento:

Aos clientes que, privilegiando os nossos serviços, contribuem decisivamente para alimentar a chama inovadora que nos anima;

Aos Senhores Conselheiros, pelas esclarecida visão e apoio que sempre me têm prestado na orientação estratégica do Grupo;

Aos Colaboradores que, pela sua dedicação e inestimável empenho, dão sustentabilidade à dinâmica que os negócios exigem;

Aos Senhores Administradores das empresas que integram o Grupo, pela inteligência e dedicação com que desempenham as suas funções;

À Autoridade Monetária e Financeira, ao Instituto de Seguros de Portugal, aos Auditores e ao Fiscal Único, pelo rigor e isenção no exercício das suas sempre delicadas tarefas.

Com os melhores cumprimentos de muita estima,



Órgãos Sociais

BPN - Banco Português de Negócios, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Fernando Aguiar Branco (Presidente)
Armando Pinto (Secretário)

Conselho de Administração

José de Oliveira Costa (Presidente)
António Coelho Marinho
Armando José Fonseca Pinto
Abdool Magid Abdool Karim Vakil
José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa
Teófilo Paulo Cadima Carreira
António Manuel Alves Martins Franco

BPN - SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Victor Castro Nunes (Presidente)
António Coutinho Rebelo
Francisco Gonçalves Sanches (Secretário)

Conselho de Administração

José de Oliveira Costa (Presidente)
Luís Carlos Oliveira Caprichoso
José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa

Fiscal Único

Revisor Oficial de Contas (Efectivo)
J. Monteiro & Associados, SROC
representada por José Manuel Carlos Monteiro
Revisor Oficial de Contas (Suplente)
Salvador Figueiredo Vás Lima

Auditores

BDO & Associados SROC, Lda

Conselho Superior

Rui Manuel Parente de Chancerelle Machete (Presidente)
Almiro Jesus Silva
Rui Manuel Rodrigues de Almeida Fonseca
Avelino Mota Gaspar Francisco
Manuel António Lagoa de Sousa Veríssimo
Fernando Duarte Rodrigues Cordeiro
Joaquim Ferreira Abreu
António Marques Santos Cavaco
Alberto Queiroga Figueiredo
Adelino Santos Silva
José de Oliveira Costa
José Manuel Carlos Monteiro



Banca Comercial e de Investimento

- BPN - Banco Português de Negócios
- BPN Cayman
- BPN Banque
- Banco Efisa
- BPN Brasil
- BPN IFI

Gestão de Activos

- BPN Imofundos
- BPN Gestão de Activos

Seguros

- Real Seguros
- Real Vida Seguros
- AVS Seguros

Crédito Especializado

- BPN Crédito IFIC

Corretagem

- FINCOR

Análise financeira do Grupo BPN

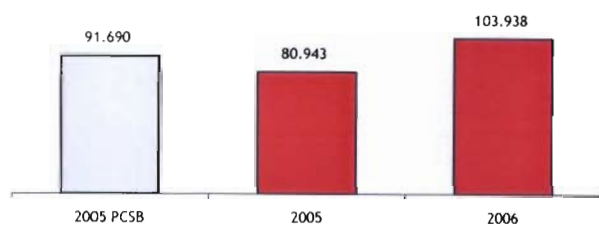
Principais indicadores consolidados

Milhares € Var. %

	PCSB	Pro forma IAS/IFRS	IAS/IFRS	
	2005	2005	2006	06/05
Demonstração de Resultados				
Margem Financeira	143.466	158.885	163.862	3,1%
Produto da Actividade	221.679	271.088	323.264	19,2%
Custos de Estrutura	139.582	185.803	207.454	11,7%
Resultados Operacionais	55.447	51.869	77.188	48,8%
Resultados Antes de Imposto	55.300	61.959	85.899	38,6%
Resultados Líquidos	42.899	47.527	65.316	37,4%
Cash Flow após impostos	91.690	80.943	103.938	28,4%
Balanço				
Activo Líquido	5.361.832	5.854.752	7.226.017	23,4%
Situação Líquida	352.420	345.476	446.159	29,1%
Créditos sobre Clientes	4.386.464	4.393.052	4.906.877	11,7%
Gestão de Activos e Fundos de Investimento	2.470.621	2.470.621	2.522.073	2,1%
Recursos totais de Clientes	4.086.650	3.994.578	4.107.530	2,8%
Rácios				
Rendibilidade média dos capitais próprios (ROAE)	14,4%	15,6%	19,2%	n.a.
Rendibilidade média do Activo (ROAA)	0,8%	0,8%	0,9%	n.a.
Cost to Income	63,0%	68,5%	64,2%	n.a.
Fundos Próprios	443.025	409.595	437.745	n.a.
Activos ponderados pelo Risco	4.789.966	4.757.204	5.204.895	n.a.
Rácio de Requisitos de Fundos Próprios	9,25%	8,61%	8,41%	n.a.
Tier I	5,59%	5,63%	6,83%	n.a.
Rácio de Solvabilidade (BPN S.A.)	10,34%	10,30%	9,83%	n.a.
Seguros				
Prémios de seguro Vida	179.084	18.145	17.081	-5,9%
Prémios de seguro Não Vida (Directo)	122.212	122.212	123.584	1,1%
Número de Colaboradores				
BPN	1.686	1.686	1.760	4,4%
Área Seguradora	380	380	391	2,9%
Grupo BPN	2.563	2.563	2.699	5,3%
Número de Agências				
Agências (Portugal e França)	203	203	205	1,0%

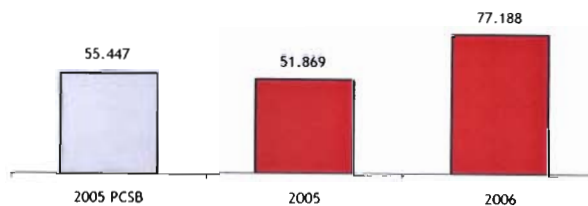
Cash flow após impostos

Milhares €



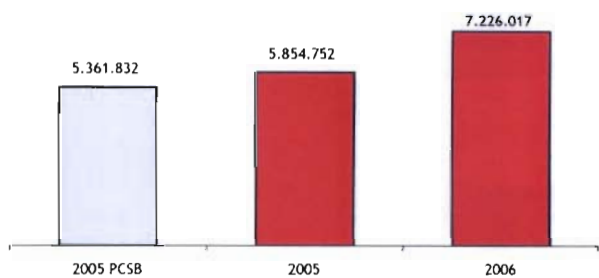
Resultados Operacionais

Milhares €



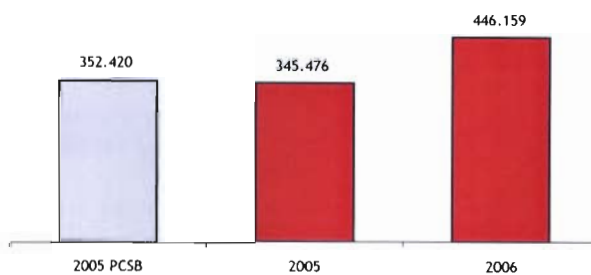
Activo Líquido

Milhares €



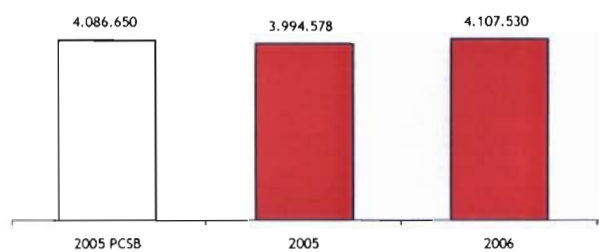
Situação Líquida

Milhares €



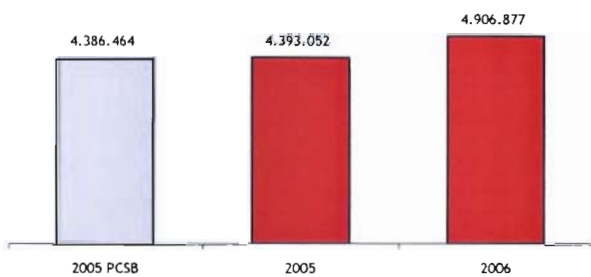
Recursos Totais de Clientes

Milhares €

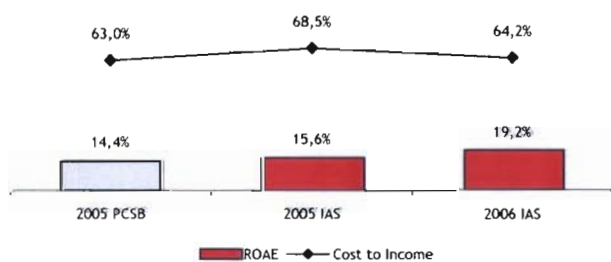


Créditos sobre Clientes

Milhares €



Rendibilidade e Eficiência



[Handwritten signatures]

1.

Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Económico

A economia mundial

As estimativas para o crescimento em volume da economia mundial apontam para um valor de 5%, medido em paridades de poder de compra, em linha com o valor verificado em 2005. A expansão das economias mais avançadas do mundo foi superior a 3%, acelerando do valor de 2,6% de 2005.

Se consideradas as taxas de câmbio na aferição do crescimento médio da economia mundial, o que atribui mais ponderação às economias mais desenvolvidas, a expansão económica no ano de 2006 processou-se a uma taxa de 3,8%, acelerando dos 3,4% do ano anterior.

O abrandamento da economia dos EUA para valores inferiores a 2,5% nos dois últimos trimestres de 2006, em consequência dos efeitos acumulados do aumento das taxas de juro pela Reserva Federal, foi compensado pelo dinamismo acrescido da União Europeia (2,9%) e pela expansão da economia japonesa.

Esta última, no quarto trimestre de 2006 expandiu-se 1,2%, ou seja a uma taxa anualizada de 4,8%. A reaceleração do crescimento da economia mundial tem levado os bancos centrais a enveredar por uma política de subida gradual de taxas de juro, com vista a impedir um sobreaquecimento que leve ao ressurgimento de pressões inflacionistas.

Como tem sido uma constante no passado recente a expansão das economias emergentes e em desenvolvimento, onde pontificam as grandes economias asiáticas (China e a Índia), teve lugar a taxas muito elevadas (superiores a 7%), permitindo a continuação da convergência destas economias com as economias mais desenvolvidas.

Crescimento Económico

	2004	2005	Previsões	
			2006	2007
Economia Mundial	5,3	4,9	5,1	4,9
Economia Avançadas	3,2	2,6	3,1	2,7
E. U. A.	3,9	3,2	3,4	2,9
Zona Euro	2,4	1,7	2,9	2,7
Japão	2,3	2,6	2,7	2,1
Economias Emergentes	7,7	7,4	7,3	7,2

Fonte: FMI, Comissão Europeia

O processo de globalização marcado pelo aumento da integração, interdependência e especialização das economias mundiais continuou, tendo o volume do comércio mundial crescido 8,9% em 2006, depois de 7,4% em 2005, segundo dados do FMI.

Numa apreciação geral é possível dizer que a economia mundial goza de considerável dinamismo à entrada de 2007, o qual provavelmente se deverá prolongar durante a parte inicial do ano.

A economia Europeia expandiu-se em 2006 acima do seu crescimento potencial de longo prazo surpreendendo pela positiva e mostrando uma capacidade sustentada de progredir apesar da subida das taxas de juro, dos preços do petróleo mais elevados do que em 2005 e do abrandamento da economia dos EUA.

As economias que compõem a União Europeia expandiram-se a 2,9% em 2006. Os países que já adoptaram o euro como moeda deverão ter fechado o ano com um crescimento de 2,7%, valor ligeiramente superior às previsões da Comissão Europeia realizadas em Novembro (2,6%) e claramente acima dos 1,7% verificados em 2005.

Este valor contrasta com a modesta previsão de crescimento de 2,9% para 2006 feita há um ano pela comissão Europeia. É de salientar que se verificou igualmente uma redução das diferenças entre as taxas de crescimento dos diversos países.

O crescimento económico na União Europeia no ano de 2006 acabou por ser muito bom em consequência da recuperação da procura interna resultante da criação de três milhões de postos de trabalho, sendo que dois milhões o foram dentro da zona Euro. A taxa de desemprego estrutural na zona Euro caiu para 7,7%, o valor mais baixo numa década.

Embora os preços dos produtos energéticos tenham mantido a inflação acima dos 2% em 2006 (mais precisamente 2,2% na zona Euro), o valor deverá cair para 2% em 2007 devido a um efeito menos acentuado do que o prevista da subida da taxa de IVA na Alemanha dos 16% para 19%. O aumento da produtividade e a intensa competição de novos países com salários mais baixos têm moderado as perspectivas para a inflação.

Embora seja previsível a diminuição deste ritmo de crescimento em 2007, a revisão das previsões para a zona Euro mais recentes (16 de Fevereiro) apontam já para um valor próximo de 2.4% em 2007 e de 2.7% na União Europeia. Para tal deverão contribuir o consumo privado e o investimento, bem como uma revisão em alta da envolvente externa.

Zona Euro

	2003	2004	2005	Previsões	
				2006	2007
PIB	0,8	2,0	1,4	2,6	2,2
Consumo	1,2	1,5	1,4	2,0	2,1
Investimento	1,0	2,3	2,5	4,3	3,0
Taxa de Desemprego	8,7	8,9	8,6	8,0	7,4
Inflação	2,1	2,1	2,2	2,2	1,9
Défice Público (%GDP)	-3,1	-2,8	-2,4	-2,0	-1,3
Dívida Pública (%GDP)	69,2	69,7	70,6	69,4	66,9
Saldo BTC (%GDP)	0,5	0,8	0,0	-0,1	0,1

Fonte: Comissão Europeia

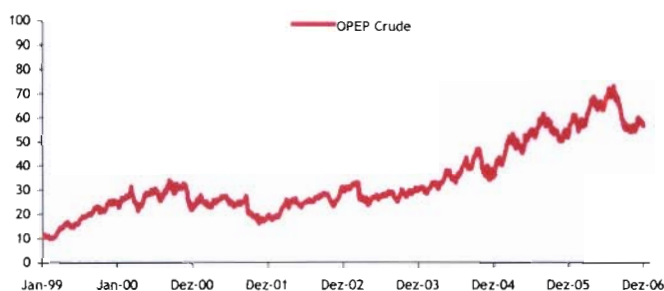
O ano de 2006 registou os preços do barril de petróleo mais elevados de sempre. O valor do cabaz de ramas dos países produtores que integram a OPEP atingiu o valor máximo de 72,64 dólares.

De referir que esta organização tem um novo estado membro em virtude do pedido de adesão de Angola, país que tem vindo gradualmente a transformar-se num dos maiores produtores de África, aproximando-se da Nigéria também membro da OPEP.

Depois do máximo atingido, o preço do barril de petróleo conheceu uma acentuada queda que o levou para baixo dos 55 dólares. Para além do aumento da capacidade de produção de petróleo em 2006, a queda ficou ainda a dever-se a condições meteorológicas favoráveis, as quais levaram ao desfazer de posições de investidores especulativos nos mercados de futuros que anteciparam uma repetição das interrupções de produção que, em 2005, se tinham verificado no Golfo do México durante a estação dos furacões. Acresce que um início de Inverno excepcionalmente ameno teve como efeito a redução da procura de petróleo para aquecimento fazendo aumentar os "stocks" existentes.

No início de 2007, o ressurgimento de tensões geopolíticas e a normalização do ciclo climático anual veio a ditar uma recuperação do preço do petróleo.

A subida dos preços dos produtos energéticos, juntamente com a subida dos preços dos metais e, mais recentemente, dos bens agrícolas não transformados, tem possibilitado uma melhoria acentuada dos saldos positivos das balanças de pagamentos das economias emergentes.



A economia portuguesa

Apesar de não existirem ainda dados relativos ao quarto trimestre de 2006, a economia portuguesa deverá ter aumentado a sua taxa de crescimento para 1,2% ou, eventualmente, ligeiramente mais. As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2006) apontam para uma aceleração do crescimento económico para 1,8% em 2007 e 2.1% em 2008.

Estes valores marcam uma revisão em alta das previsões de crescimento económico em Portugal acompanhando as expectativas de melhoria do crescimento da zona euro, mas assinalam também um maior optimismo no aumento da capacidade concorrencial externa da economia portuguesa, respondendo melhor aos choques externos resultantes da entrada nos mercados mundiais de países com um padrão de especialização de exportações semelhante ao português e mais competitivos nas produções de baixo valor acrescentado.

[Handwritten signatures]

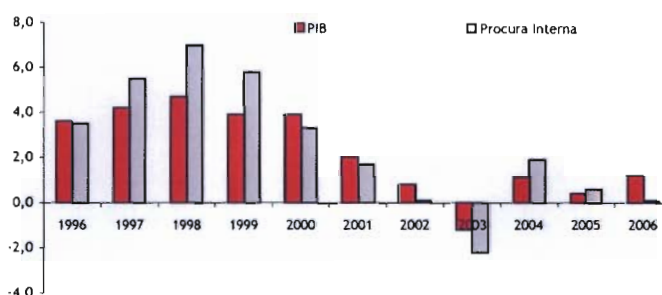
	2005	Previsões		
		2006	2007	2008
PIB	0,4	1,2	1,8	2,1
Consumo Privado	1,7	1,2	1,5	1,7
Consumo Público	1,9	-0,2	0,0	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	-2,6	-3,1	0,0	3,9
Procura Interna	0,6	0,1	1,1	1,9
Exportações	1,0	9,3	6,2	6,1
Importações	1,6	4,3	3,5	4,7
Bal. Corrente + Bal. de Capital (%PIB)	-8,1	-7,6	-7,3	-7,2
Inflação	2,1	3,0	2,3	2,4

Fonte: Banco de Portugal

O grande motor do crescimento económico português foi o sector externo, uma vez que a taxa de crescimento da procura interna desacelerou de 0,6% para 0,1% em 2006.

Da procura interna só o consumo privado teve um comportamento expansivo (1,2%), mas a queda do consumo público de 0,2% (em termos reais) e a persistente apatia do investimento, espelhada na queda de 3,1% da formação bruta de capital fixo (FBCF), não permitiram um desempenho melhor da procura interna.

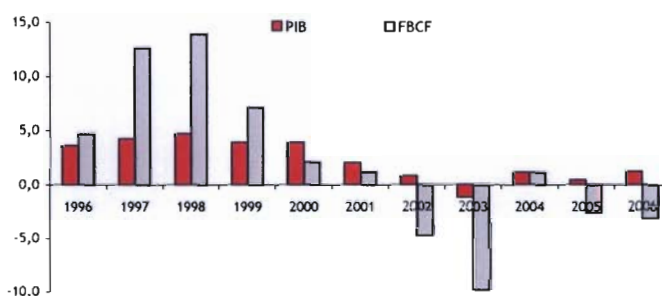
Em larga medida, este comportamento traduz a necessidade dos diversos agentes económicos portugueses responderem ao elevado nível de endividamento acumulado durante o período de expansão económica anterior.



No fim de 2006, a queda acumulada na FBCF atingia já os 19% desde 2002, uma vez que, durante este período, apenas em 2004 não foi este indicador negativo.

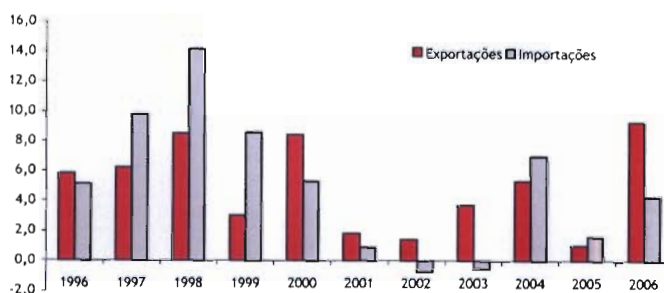
Este valor está em clara oposição à evolução do investimento na zona euro (4,3% em 2006) e, em particular, do investimento na indústria na zona euro onde se registou um crescimento de 7%, o valor mais elevado dos últimos 7 anos.

Em 2007, a FBCF deverá inverter a tendência depressiva do período mencionado, mas só em 2008 é que o Banco de Portugal estima uma taxa de variação positiva (+3,9%) para o total do ano, reflectindo evoluções positivas no investimento empresarial e no investimento dos particulares em habitação, uma vez que o investimento público deverá manter taxas de variação negativa até 2008.



As exportações, com um crescimento em volume de 9,3%, manifestaram um comportamento muito favorável reagindo positivamente ao aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, depois de sucessivos anos de perdas de quotas de mercado. Ao crescerem a um ritmo superior ao ritmo das importações (4,3%) permitiram uma ligeira melhoria do défice da balança comercial.

As previsões económicas vão agora no sentido da manutenção das quotas de mercado da economia portuguesa no comércio mundial, com o crescimento das exportações a acompanhar a dinâmica de crescimento do comércio mundial durante 2007.

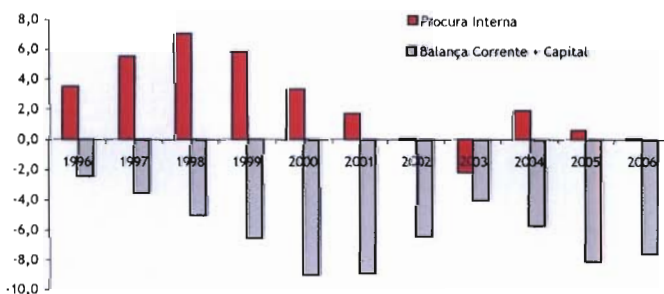


Segundo os dados mais recentes estima-se que em 2006, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, tenham aumentado para os 13,3 mil milhões de euros, mais 4,5% que os 12,7 mil milhões de euros de 2005.

Apesar da quase estabilização do défice da balança corrente nos 14,6 mil milhões de euros em 2006, a redução em 480 milhões de euros do excedente da balança de capital (saldo de entradas e saídas de investimento público e privado em Portugal), determinou este agravamento.

O valor atingido é superior a 8% do PIB e supera a estimativa de 7,6% feita pelo Banco de Portugal em Janeiro, mas a manterem-se válidas as projecções económicas deverá reduzir-se para níveis próximos dos 7% (7,3% em 2007 e 7,2% em 2008).

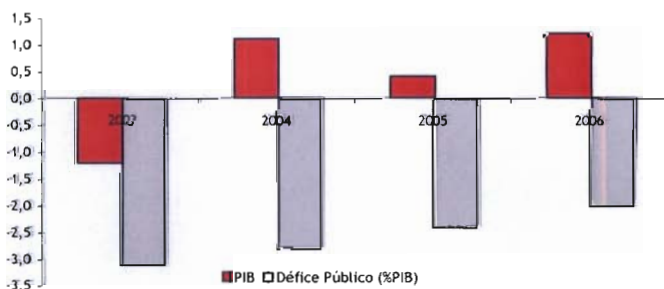
De referir que o nível do défice externo português está muito influenciado pelo elevado preço do petróleo e do gás natural, uma vez que o défice da balança de bens e serviços não energéticos era de 3,5% do PIB em 2006, prevendo-se que venha a baixar até 2008.



Finanças públicas

Embora ainda não estejam disponíveis dados finais em termos de contabilidade pública, é quase certo que o défice do sector público administrativo deverá ter sido inferior à meta de 4,6% estabelecido no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2006-2010.

Para além do aumento verificado na cobrança de impostos, a melhoria verificada em 2006 decorre também de uma redução do peso da despesa pública, em percentagem do PIB, invertendo uma tendência de crescimento contínuo e acentuado deste indicador.



[Handwritten signatures]

A recuperação da actividade económica, as subidas de impostos verificadas em 2005 e a melhoria da capacidade da máquina fiscal na cobrança de impostos, traduziu-se num crescimento da receita fiscal do Estado de 7,2% em 2006. Enquanto isso, a despesa corrente primária (sem juros da dívida) aumentou em 2006 apenas 2,4%.

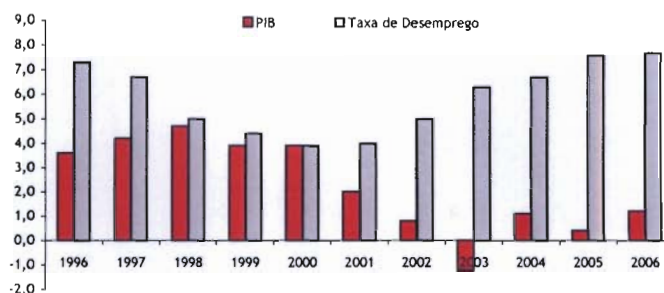
Para tal contribuíram as despesas orçamentais com o funcionalismo público que diminuíram 2,7% e as despesas com a aquisição de bens e serviços que também se reduziram em 3,6%. Comportamento inverso tiveram as transferências correntes para outras administrações públicas que aumentaram 6,5%. Por sua vez as despesas com os juros da dívida pública subiram 10,8%, em resultado do aumento quer das taxas de juro quer do “stock” de dívida. O défice do Estado na óptica de caixa foi de 7,40 mil milhões de euros, uma redução de 19,1% relativamente aos 9.14 mil milhões de 2005.

O envelhecimento da população portuguesa que se reflecte em compromissos de despesa pública crescentes com pouca discricionariedade levam a que seja necessário não abrandar os esforços de consolidação das contas públicas. Estes deverão prosseguir com diversas reformas, das quais destacamos as que se vão verificar ao nível da administração central do Estado (PRACE) e na Segurança Social com a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões e a integração da CGA no regime geral da Segurança Social.

Inflação e emprego

A taxa de inflação em Portugal medida pela variação média anual do IPC harmonizado atingiu 3,0% em 2006. Este valor foi influenciado pelo contributo dos bens energéticos, os quais acrescentaram cerca de 1% à taxa de inflação subjacente, durante os dois primeiros trimestres de 2006, e pelo efeito da subida da taxa de IVA de 19% para 21% em Julho de 2005.

O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a descer para 2,3% em 2007 e em 2,4% em 2008.



Em 2006, o crescimento económico ainda não foi suficientemente expressivo para permitir a redução do desemprego em Portugal. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego média em 2006 foi de 7,7%, aumentando ligeiramente em relação a 2005 onde foi de 7,6%.

Em termos de médias anuais, as maiores taxas de desemprego verificaram-se no Alentejo (9,2%), no Norte (8,9%) e na região de Lisboa, sendo estas as regiões do país onde a taxa de desemprego é superior à média nacional.

Como já referimos no passado, a experiência macroeconómica portuguesa indica que será necessário que a economia volte a crescer sustentadamente a um ritmo superior a 2% ao ano, para que a taxa de desemprego possa diminuir de forma significativa. Em consequência tem-se sentido um novo aumento do recurso à emigração pelos portugueses, embora para destinos diferentes dos tradicionais, tirando partido das oportunidades geradas pelo crescimento económico internacional.

Evolução monetária e do sector bancário

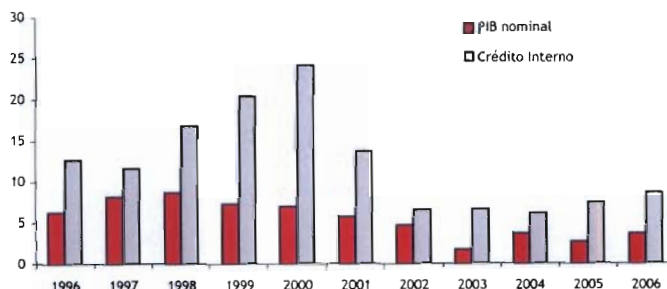
O crédito ao sector privado não monetário registou um crescimento de 8,6% em 2006 acelerando do valor de 7,4% verificado em 2005.

Este crescimento anual resultou da evolução dos empréstimos concedidos ao sector privado não financeiro que aumentou 8,8% (subida de 1.1% no valor da taxa de variação homóloga) e do aumento do crédito concedido a instituições financeiras não monetárias em 6,3%, (mais 3.3% de taxa de variação homóloga).

Por sua vez, o aumento do crédito ao sector privado não financeiro decorreu tanto da aceleração da taxa de variação anual do crédito concedido a empresas não financeiras, o qual aumentou para 7.2% em 2006 (6.5% no ano anterior), como do aumento dos empréstimos concedidos a particulares em 9,9%.

No final de 2006, da análise do saldo vivo, ajustado de titularizações de créditos, dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras às entidades do sector privado não financeiro verificava-se que 42,0% se encontrava concedido a empresas; 47,3% estava aplicado em crédito a particulares para compra de habitação e os restantes 10,7% para crédito a consumo e outros fins.

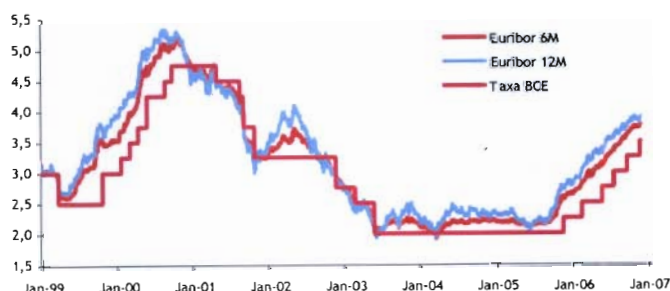
Na mesma data, é de registar que, em virtude do aumento continuado do crédito às famílias portuguesas, o valor dos depósitos que as mesmas tinham no sector bancário era já inferior em cerca de 23 mil milhões de euros ao valor dos empréstimos que lhe tinham sido concedidos pelo sector bancário.



Taxas de juro

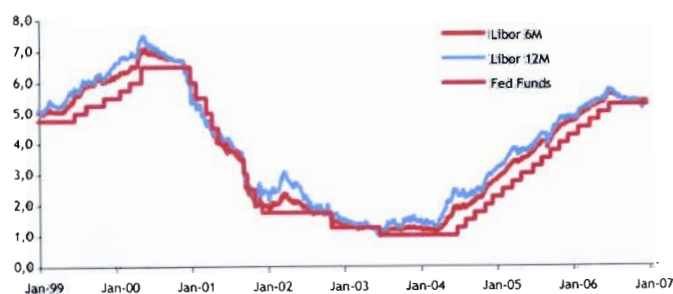
O BCE continuou a política de aumento gradual da taxa directora do eurossistema em 2006, depois de ter iniciado a subida da taxa de referência da zona Euro em Dezembro do ano anterior.

Esta taxa foi elevada de 2,25% para 3,5% durante 2006, em cinco incrementos de 0,25%. Em virtude da forte dinâmica da economia da zona euro, as expectativas do mercado vão agora no sentido da taxa do eurossistema se vir a situar nos 4%, em meados de 2007.



Nos EUA, a Reserva Federal prosseguiu a subida da sua taxa directora. Esta foi aumentada em mais 1%, ao longo da primeira metade de 2006, de 4,25% para 5,25%, valor onde tem permanecido estabilizada desde 29 de Junho.

Com o subsequente abrandamento da taxa de crescimento da economia dos EUA, registada no segundo semestre de 2006, os agentes económicos antecipam agora que o próximo movimento da taxa directora seja de descida, embora a altura exacta do início da sua redução seja ainda objecto de discussão.



[Handwritten signatures]

O ano de 2006 viu retomar-se a tendência de desvalorização do dólar norte-americano face ao euro. Esta tendência, que começou em 2002, tinha sido brevemente interrompida durante 2005. Com a paragem na subida das taxas pela Reserva Federal em meados de 2006, a subida do euro face ao dólar recomeçou, em virtude de se ter atenuado o diferencial de taxas de curto prazo que favorece a divisa dos EUA e de se manter o forte desequilíbrio das contas externas deste país.



Mais significativa terá sido a valorização do euro face ao iene o qual é provavelmente entre as maiores divisas mundiais, aquela que mais desvalorizada se encontra em termos de paridades de poder de compra.

Apesar do Banco do Japão ter acabado, durante 2006, com a política de cedência quantitativa de liquidez e de taxas de juro iguais a zero (ao subir a sua taxa de desconto para 0,25% em 14 de Julho), o iene continuou a desvalorizar face ao euro.

A expectativa que a subida de taxas pelo Banco do Japão seja muito gradual e para valores modestos tem encorajado alguns investidores a endividarem-se em ienes para fazer aplicações financeiras de cariz especulativo nos principais mercados mundiais.

Mercados financeiros

O ano de 2006 voltou a ser positivo para os mercados accionistas mundiais, o que acontece pelo quarto ano consecutivo. Entre os três maiores blocos económicos só o Japão não registou uma valorização próxima dos 15%, em parte devido a uma pausa da muito significativa subida registada durante 2005.

Não obstante o comportamento favorável das bolsas registou-se uma correcção significativa das cotações das acções entre Maio e Junho. Esta queda temporária foi mais profunda nas bolsas dos mercados emergentes depois de fortes valorizações anteriores.

A paragem da subida das taxas de juro nos EUA, ocorrida em meados de Junho, veio a determinar o fim da correcção dos mercados accionistas mundiais permitindo que se iniciasse um novo ciclo de subida.

A bolsa portuguesa foi das que melhor comportamento teve em 2006 valorizando-se cerca de 30%. Para além do início da recuperação económica, o mercado beneficiou da actividade gerada por duas ofertas públicas de aquisição lançadas sobre as acções da Portugal Telecom e do banco BPI.



[Assinaturas manuais]

Principais Acontecimentos do Grupo

Fevereiro

- O BPN patrocinou o 2º Congresso "Comércio Moderno" organizado pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) que decorreu durante os dias 22 e 23 de Fevereiro no Centro Cultural de Belém sob o lema "No Caminho do Futuro". Os temas marketing, gestão e economia dominaram o debate dos problemas e a discussão de ideias e estratégias futuras nestas áreas.

Março

- O Fundo BPN Conservador foi premiado pela terceira vez consecutiva, ganhando o Prémio Diário Económico Standard & Poor's na categoria Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 3 anos. O Fundo BPN Renda Mensal foi o vencedor do Prémio Diário Económico Standard & Poor's para os Melhores Fundos de Investimento na categoria Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 1 ano.
- A BPN Imofundos lançou o seu novo site institucional acessível através do endereço www.bpnimofundos.pt. Disponível também em inglês, faculta ao utilizador informações sobre a actividade da Sociedade Gestora, bem como explicações detalhadas sobre os fundos disponíveis para os investidores.

Abril

- A Real Seguros obteve o 5º lugar na lista das 25 melhores empresas para trabalhar em Portugal, e foi considerada a primeira de origem portuguesa, segundo um estudo anual elaborado pela consultora Great Place to Work Portugal, que analisou mais de 1.500 empresas das quais apenas 178 chegaram à lista final.
- A BPN Gestão de Activos lançou 2 novos fundos de investimento, o "BPN Taxa Fixa Euro" e o "BPN Acções Europa".

Julho

- Abertura das agências do BPN em Vila do Conde e Vendas Novas.
- O BPN celebrou um protocolo com a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) para a atribuição de condições exclusivas na contratação de contas poupança deficiente. A celebração deste protocolo surgiu no âmbito do acordo celebrado em 2005 com condições especiais para os reformados, e visou a extensão das mesmas aos associados portadores de deficiência - grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%.
- O BPN foi patrocinador oficial da segunda edição do Festival de Verão Antarte Pop/Rock em Rebordosa, Paredes que decorreu entre os dias 22 e 24 de Julho.
- Abertura de um programa de EMTN, pelo BPN, no montante de 1 bilião de Euros.

Setembro

- O BPN inaugura o "Núcleo Centro de Empresas de Setúbal", uma iniciativa vocacionada para o meio empresarial, e cujo objectivo é o de incrementar uma relação personalizada com os seus Clientes.
- No âmbito da celebração do Dia Mundial do Coração no dia 24 de Setembro, o BPN associou-se a esta iniciativa ao apoiar a Fundação Portuguesa de Cardiologia nas várias acções que tiveram lugar de Norte a Sul do país incluindo Regiões Autónomas. Em conjunto com várias entidades, a fundação mobilizou milhares de pessoas para a participação em actividades físicas e desportivas, promovidas pelas câmaras municipais.

(cont)



Setembro

(cont)

- A iniciativa "Noites de S. Bento" teve o patrocínio do BPN Private Banking. Entre os dias 21 e 23 de Setembro, os antiquários da R. de S. Bento abriram mais uma vez os seus espaços aos especialistas e apreciadores de antiguidades e, simultaneamente, promoveram um programa de animação que convidou a percorrer a memória da Lisboa Quinhentista.
- O Netpay associou-se ao Fashion Algarve - Portimão 2006 que decorreu no dia 16 de Setembro, organizada pela Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve - ACRAL e pela Câmara Municipal de Portimão. Este evento tem como objectivo dinamizar o comércio local, dirigindo-se essencialmente aos empresários e comerciantes da região algarvia.
- Primeira emissão de FRN's, no valor de 200 milhões de Euros.

Outubro

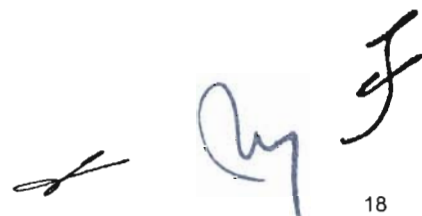
- O BPN e a Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG) assinam protocolo para a atribuição aos seus associados de condições preferenciais de acesso a um conjunto global de produtos e serviços financeiros.
- O sistema de pagamento electrónico lançado pelo Banco Português de Negócios, o Netpay, conta já com 14 mil terminais instalados, no primeiro ano do seu lançamento.
- Pelo 2º ano consecutivo, a Direcção de Marketing e Comunicação do BPN co-organizou, com o Nortada Golf Clube, o Torneio de Golf BPN para Clientes.
- O BPN integrou o Consórcio vencedor Eólicas de Portugal para a atribuição de novas potências eólicas, através do acompanhamento técnico e de enquadramento estratégico da sua Direcção de Projectos e Empresas. Este é um dos maiores projectos energéticos de sempre no país, que incorre num investimento de 1.750 milhões de euros e levará à criação de 1.800 postos de trabalho.

Novembro

- A BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., foi galardoada, pelo Euro Property, com o prémio de "Best Performing Balanced Property Fund" pela gestão do BPN Imonegócios, que foi classificado, pelo IPD - Investment Property Data, como a melhor carteira diversificada de activos imobiliários em Portugal entre 2003 e 2005. O prémio é mais um reconhecimento dos resultados apresentados pelos fundos geridos pela BPN Imofundos nos últimos anos. A entrega de prémios ocorreu em Munique, Alemanha, na Feira Expo Real 2006.
- Aliando-se ao espírito do Dia Mundial da Poupança, foi lançada durante o mês de Novembro a campanha Mês da Poupança BPN, com a oferta de produtos de poupança com condições muito especiais.
- O BPN assinou um protocolo de cooperação com a Associação da Restauração e Similares de Portugal - ARESP, que estabelece condições preferenciais para os seus associados na adesão ao Netpay.
- O BPN patrocinou a 5ª edição do Festival Internacional de Chocolate em Óbidos que decorreu entre os dias 2 e 12 de Novembro e que foi visitado por cerca de 230 mil pessoas.
- Representado pela Direcção de Banca Directa, o BPN torna-se membro da Associação Portuguesa de Contact Centers. Esta é uma associação empresarial constituída por 40 empresas, engloba 10 sectores da economia e tem como missão desenvolver sustentadamente o mercado de call e contact centers em Portugal.

Dezembro

- O BPN vendeu a sua participação na ERGI-Empreendimentos, empresa imobiliária brasileira sediada em São Paulo, por um valor aproximado de cerca de 5,5 milhões de euros.
- Operação de securitização de créditos a PME's, no valor de 601,1 milhões de Euros.



Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC/NIRF)

Em consequência das modificações introduzidas nas regras contabilísticas pela adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (ou IAS em inglês)/Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF) ao nível das contas consolidadas e das Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA) ao nível das contas individuais que correspondem a um quadro de referência relativamente próximo das NIC, re-expressámos as nossas contas de 31 de Dezembro de 2005, de forma a assegurar a comparabilidade das demonstrações e outros indicadores que constam deste relatório.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, originalmente registadas e reportadas de acordo com as regras do Banco de Portugal (Plano de Contas para o Sistema Bancário), em vigor na altura, são também apresentadas para que sirvam de referência.

As modificações introduzidas nas regras contabilísticas em consequência da adopção das NIC e das NCA, foram vastas, pelo que consideramos importante ressaltar as principais alterações:

- A área das responsabilidades com pensões de reforma terá sido a que sofreu impacto mais significativo. Assim, com a entrada em vigor das NIC, o cálculo das responsabilidades para com pensões de reforma passa a apoiar-se em pressupostos e parâmetros actuariais de acordo com as expectativas do mercado, mantendo-se todavia a noção do corredor. Os desvios actuariais passaram a ser objecto de amortização pelo prazo médio até à data de reforma dos trabalhadores abrangidos pelo plano de pensões em substituição dos anteriores 10 anos.

As perdas decorrentes do défice estrutural e dos desvios fora do corredor que anteriormente eram reconhecidos como resultados extraordinários são agora considerados resultado corrente sendo integrados nos demais custos com pessoal.

Passam também a ser reconhecidas nesta área as responsabilidades com os serviços médicos (SAMS).

Na data de transição, adoptou-se a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos, desde o início dos planos (reset). Assim, na data da transição (1 de Janeiro de 2005), os ganhos e perdas actuariais diferidos (desvios actuariais) reflectidos nas contas do Grupo a 31 de Dezembro de 2004 foram integralmente anulados, por contrapartida de capitais próprios.

O impacto dos novos critérios tem por contrapartida a rubrica de resultados transitados, permitindo as novas normas regulamentares (Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal) que os mesmos sejam reconhecidos em prestações diferidas genericamente até Dezembro de 2009 e, para o caso específico dos cuidados médicos pós emprego, até Dezembro de 2011.

- A contabilização ao custo histórico passou, para um conjunto alargado de activos, a ser feita ao justo valor, alteração que teve sobretudo impacto ao nível das carteiras de títulos e das participações financeiras (excepto subsidiárias ou associadas). As novas regras contabilísticas obrigaram a uma reclassificação destes activos, dando origem às seguintes rubricas do balanço: activos financeiros detidos para negociação, outros activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Estes activos passam a ser reconhecidos em balanço pelo justo valor (regra geral é o valor de mercado), quando anteriormente se encontravam registados ao valor de aquisição, sendo reconhecidas as mais e menos valias potenciais por contrapartida de resultados de operações financeiras (no caso das duas primeiras rubricas mencionadas anteriormente) ou de reservas de reavaliação (no caso dos activos financeiros disponíveis para venda). As regras do anterior Plano de Contas do Sistema Bancário não permitiam reconhecer as mais valias e obrigavam ao provisionamento das menos valias.

- Imparidade nos activos - globalmente os activos devem ser avaliados no sentido de se apurar a possível existência de perdas permanentes (imparidade). As NIC estabelecem algumas regras a observar no reconhecimento da imparidade para as diferentes categorias de activos. Em termos da elaboração das NCA manteve-se o provisionamento do crédito concedido (de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal).

- Contabilidade de cobertura - as NIC definem critérios específicos na definição das políticas de cobertura estando os derivados de cobertura individualizados ao nível do balanço. Os derivados bem como os activos financeiros que são objecto de cobertura são registados ao valor de mercado, sendo a valorização líquida reflectida através dos resultados de operações financeiras. No âmbito do Plano de Contas do Sistema Bancário, os derivados de cobertura não eram objecto de reavaliação e os activos associados encontravam-se em balanço ao valor de aquisição.

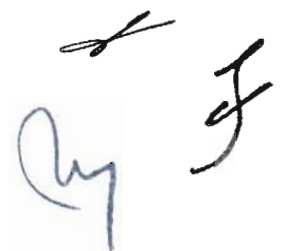
- Os activos tangíveis e intangíveis, continuam, de uma forma geral, a corresponder às anteriores rubricas de imobilizado corpóreo e incorpóreo. Alguns desses activos, nomeadamente relacionados com desenvolvimento, publicidade e despesas de constituição, tivemos de os reclassificar como custo de exploração, sendo que uma parte no âmbito da 1ª aplicação das NIC, teve impacto em Resultados Retidos (sub-conta dos Resultados Transitados, utilizada apenas para se segregar nos Resultados Transitados o que é impacto da 1ª aplicação das NIC e o que são Transitados advindos de resultados líquidos de exercícios anteriores).

- Reconhecimento de activos e passivos por impostos diferidos, com individualização destes valores ao nível de balanço - no Plano de Contas do Sistema Bancário não era, na generalidade, permitido o reconhecimento dos impostos diferidos, situação que passou a ser possível no novo enquadramento contabilístico, desde que haja uma probabilidade razoável de ocorrência de lucros tributáveis susceptíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais).

- Outras remunerações de empregados - as comparticipações nos lucros, prémios de produtividade ou outros bónus variáveis, passaram a constituir um custo com pessoal no exercício a que respeitam (nas regras do Plano de Contas do Sistema Bancário eram registados quando eram efectivamente pagos).

- Acções próprias e dividendos antecipados - passam a constituir elementos negativos dos capitais próprios quando anteriormente constituíam um activo (as acções próprias eram um elemento discriminado no activo enquanto os dividendos antecipados eram integrados nas contas de regularização).

- Periodificação de comissões - a adopção do método de taxa de juro efectiva consignada no novo enquadramento contabilístico, implica considerar não só a taxa de juro nominal como as comissões associadas à concessão do crédito e outros instrumentos financeiros, procedendo-se à sua periodificação durante todo o prazo das operações.

Handwritten signatures and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a small flourish at the top, a larger signature below it, and another signature to the right.

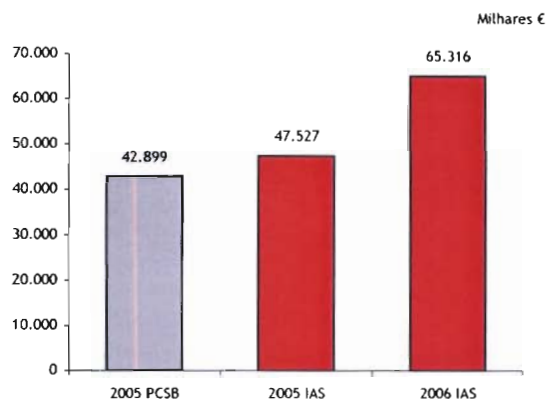
Análise e Mapas Financeiros do Grupo BPN

Resultados consolidados

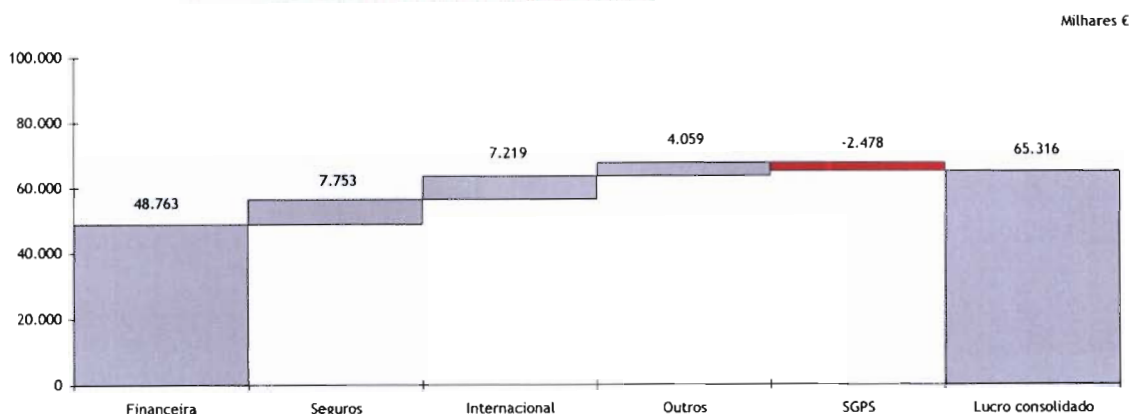
Com a reformulação dos formatos das demonstrações financeiras decorrente da adopção das NIC (IAS), salientamos que a grande e principal alteração incide na definição dos resultados operacionais, os quais passam a incluir como parcelas a abater não apenas os custos administrativos (custos com pessoal e gastos gerais administrativos) mas também os custos operativos (custos administrativos mais amortizações do exercício). Significa que os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e as amortizações devem ser vistos como custos necessários ao desenvolvimento da nossa actividade, contribuindo para a formação do resultado bruto, numa perspectiva de análise económica.

O resultado consolidado do Grupo BPN SGPS de 2006 ascendeu a 65.316 milhares de euros, o que corresponde a um crescimento de 37,4% face ao resultado *pro forma*, segundo o normativo NIC, obtido em 2005, de 47.527 milhares de euros.

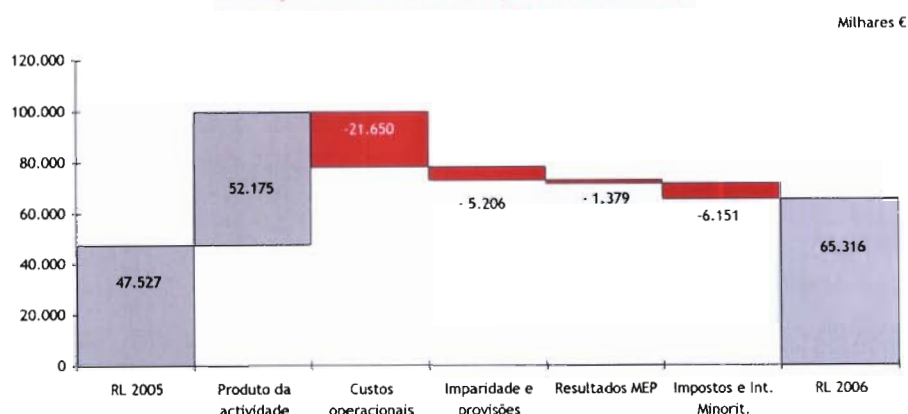
Resultado Líquido Consolidado



Contributo de cada área de negócio para o lucro líquido consolidado



Evolução do Resultado Líquido Consolidado



Conta de resultados Consolidados

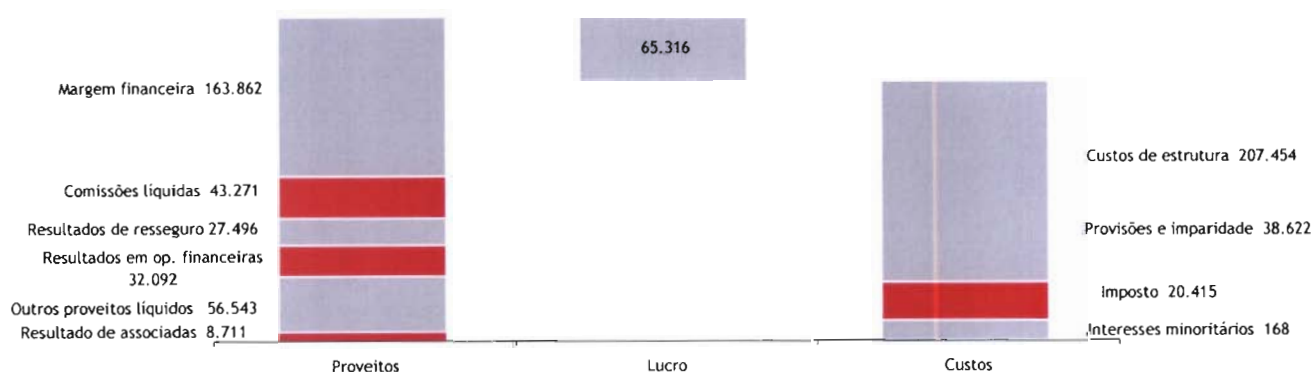
Milhares €

	2005		2006	
	PCSB	Pro forma IAS/IFRS	IAS/IFRS	Δ %
Margem financeira	143.466	158.885	163.862	3,1%
Comissões líquidas	57.115	34.752	43.271	24,5%
Resultados em operações financeiras	2.988	21.533	32.092	49,0%
Resultados líquido de resseguro	-	25.425	27.496	8,2%
Outros proveitos líquidos	18.110	30.493	56.543	85,4%
Produto da actividade	221.679	271.088	323.264	19,3%
Custos operacionais	140.155	185.803	207.454	11,7%
Provisões e imparidade	(32.874)	(33.416)	(38.622)	15,6%
Resultado de associadas	6.650	10.090	8.711	-13,7%
Resultado antes de impostos	55.300	61.959	85.899	38,6%
Imposto	12.389	14.142	20.415	44,4%
Interesses minoritários	12	290	168	-42,1%
Resultado consolidado	42.899	47.527	65.316	37,4%

De uma forma sintética, as principais alterações ao nível das variáveis da conta de exploração, foram:

- Resultados de serviços e comissões deixam de incluir alguns valores que, por estarem ligados à aquisição de activos financeiros, passam a ser incluídos nos juros e rendimentos similares devendo ser reconhecidos pelo método da taxa efectiva;
- Nos outros resultados passam a estar consideradas as mais e menos valias (valorização de acordo com os mercados) dos activos financeiros detidos para negociação e dos outros activos financeiros ao justo valor através de resultados;
- A rubrica de resultados extraordinários deixou de existir. Os maiores impactos decorrentes desta alteração estarão ligados ao reconhecimento das perdas decorrentes da amortização do défice estrutural e dos desvios fora do corredor dos fundos de pensões, que passam a ser registados nos custos com pessoal, e aos resultados da venda de participações.

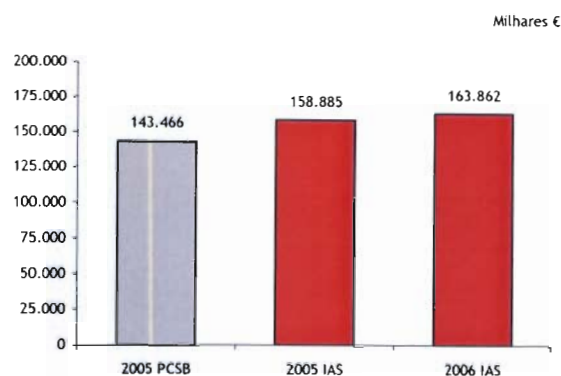
Repartição das Rúbricas de Resultados



[Assinaturas manuscritas]

Margem financeira

A margem financeira apresentou uma boa *performance*, atingindo o montante de 163.862 milhares de Euros, com um crescimento de 3,1%, face ao período homólogo do exercício anterior. Os principais contributos para esta tendência foram o aumento do volume de negócios, conjugado com uma gestão do risco da taxa de juro eficaz.

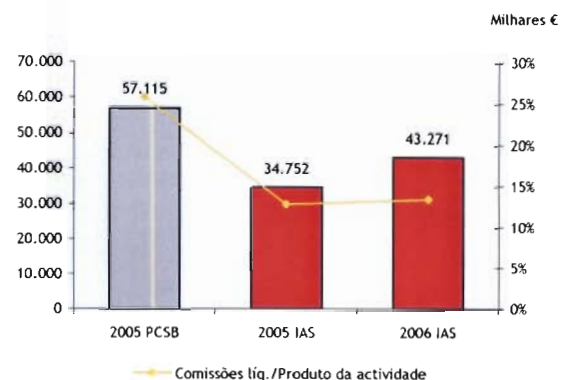


Comissões

As comissões registaram um valor de 43.271 milhares de Euros contra os 34.752 milhares de Euros relativamente a 2005.

Esta variação é explicada pela *performance* global positiva das empresas subsidiárias e empresas associadas do Grupo, e em particular pelo retorno positivo do processamento dos cartões de débito e crédito, nos terminais POS da rede "Netpay".

A Banca comercial e a Gestão de activos, continuam a ter um peso preponderante, reflexo da boa *performance* da gestão de activos e dos fundos imobiliários.

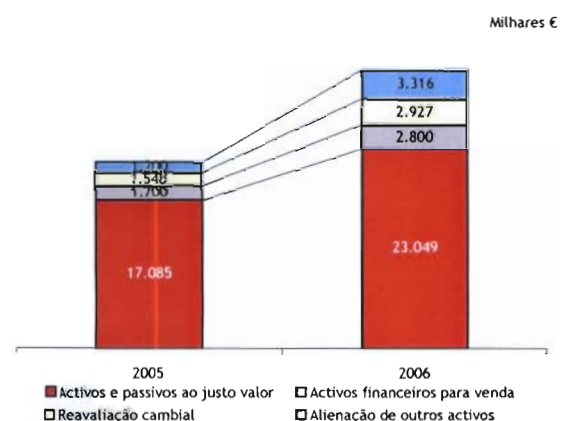


	Corporate finance	Trading and sales	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros
Rendimentos de serviços e comissões	2.176	607	9.018	28.627	14.489	4.530	156	13.765
Encargos com serviços e comissões	318	3.318	306	1.451	105	1.353	-	23.246
Saldo	1.858	(2.711)	8.712	27.176	14.384	3.177	156	(9.481)

Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras atingiram um valor de 32.092 milhares de euros (21.533 milhares de euros em 2005), tendo para tal contribuído o resultado de activos de negociação, reflexo do bom desempenho verificado durante o ano dos principais mercados e índices.

A contribuição para a formação do produto da actividade passou de 8,0% em 2005 para 9,9% em 2006.



	Corporate finance	Trading and sales	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	3.143	-	(2.555)	-	12	-	22.449
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.407	(79)	966	(3)	-	-	509
Resultados de reavaliação cambial	-	2.549	-	544	-	(17)	-	(149)
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	2.329	-	-	-	987
Saldo	-	7.099	(79)	1.284	(3)	(5)	-	23.796

Handwritten signatures and the number 23.

Custos de estrutura

Os custos de estrutura - custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros, e amortizações - registaram um aumento de 11,7% (para os 207.454 milhares de euros) relativamente a 2005.

Ainda assim, esta evolução foi inferior ao aumento registado no produto da actividade, permitindo assim, a melhoria da eficiência, verificando-se uma melhoria no indicador "Custos de estrutura em percentagem do produto da actividade" de 68,5% em 2005 para 64,2% em 2006.



Custos de estrutura

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Custos com pessoal	90.042	48,5%	99.766	48,1%	10,8%
Gastos gerais administrativos	76.388	41,1%	88.093	42,5%	15,3%
Custos de funcionamento	166.430		187.859		12,9%
Amortizações	19.373	10,4%	19.595	9,4%	1,1%
Custos de estrutura	185.803	100,0%	207.454	100,0%	11,7%
Custos com pessoal em % prod. actividade	33,2%		30,9%		
Custos de funcionamento em % prod. actividade	61,4%		58,1%		
Custos de estrutura em % prod. actividade	68,5%		64,2%		

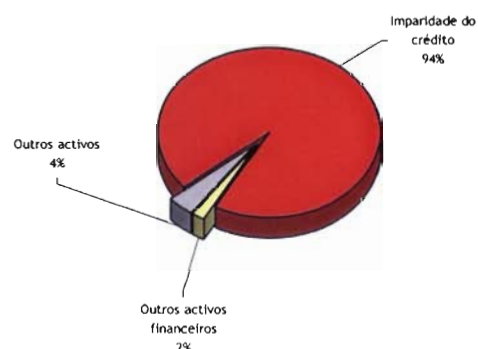
Provisões e imparidade

Em 2006, as perdas por imparidade ascenderam a 34.556 milhares de Euros, representando 0,74% do saldo médio da carteira de crédito.

Após se proceder à dedução das recuperações ocorridas em 2006 do crédito e juros vencidos abatidos ao activo anteriormente, cujo valor foi de 1.931 milhares de Euros, o custo líquido relacionado com a constituição de perdas por imparidade é de 32.625 milhares de Euros, representativos de 0,70% do saldo médio da carteira de crédito.

Em 2005, as demonstrações financeiras consolidadas da BPN, SGPS, S.A. foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas diversas autoridades de supervisão, sem consideração dos impactos decorrentes da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. Face ao exposto, no exercício de 2005 as provisões foram calculadas de acordo com o que se encontra disposto no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, tendo as mesmas ascendido a 33.413 milhares de Euros, representando 0,80% do saldo médio da carteira de crédito. Ainda em 2005, as recuperações ocorridas de crédito e juros vencidos previamente abatidos ao activo ascenderam a 3.097 milhares de Euros, pelo que as provisões constituídas líquidas de recuperações representaram 0,73% da carteira de crédito.

Não obstante as demonstrações financeiras consolidadas da BPN, SGPS, S.A. respeitantes ao exercício de 2005 terem sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos pelas diversas autoridades de supervisão foram apresentadas demonstrações financeiras consolidadas Pró-forma em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade. A adopção daquelas Normas ao nível das imparidades de Crédito levou ao apuramento de uma insuficiência de provisionamento de 1.179 milhares de Euros. Este impacto foi registado por contrapartida de dedução nos capitais próprios da Sociedade, conforme previsto pela IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards.



[Assinaturas manuais]

Imparidade

Milhares €

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Imparidade do crédito					
Crédito a clientes	28.370	99,4%	32.625	98,0%	15,0%
	28.370		32.625		15,0%
Imparidade de outros activos					
Outros activos financeiros	(309)	-1,1%	(703)	-2,1%	n.a.
Outros activos	482	1,7%	1.358	4,1%	181,7%
	173		655		278,7%
	28.543	100,0%	33.280	100,0%	16,6%

[Handwritten signatures]

Balanço consolidado

O Grupo BPN, SGPS, finalizou o exercício de 2006 com um Activo líquido consolidado de 7.226.017 milhares de euros, o que representa um crescimento de 23,4% face ao valor apresentado no final de 2005 (5.854.752 milhares de euros).

O Crédito sobre Clientes (valor líquido), atingiu o montante de 4.769.635 milhares de euros, contra os 4.262.876 milhares de euros registados em 2005. Na estrutura dos activos o Crédito a Clientes fixou-se nos 66,0%, face aos 73,0% verificados em 2005.

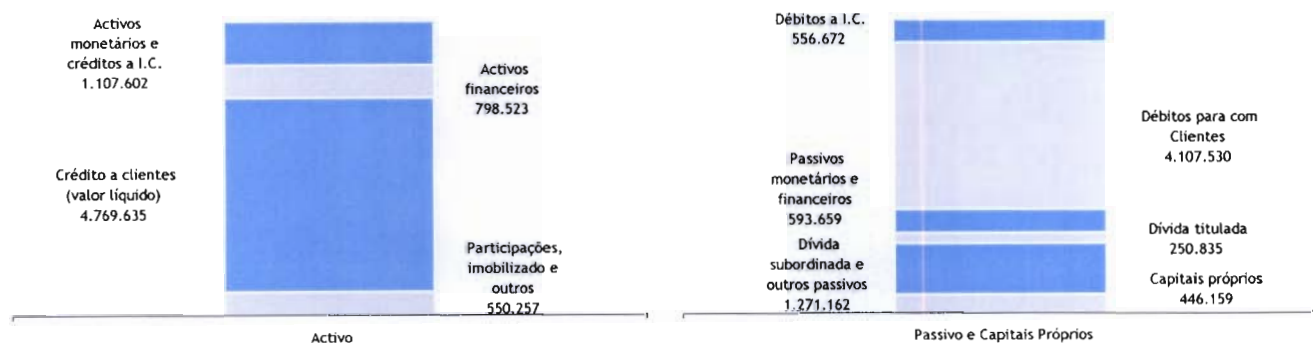
Os recursos captados de Clientes registaram um acréscimo de 2,8%, atingiu o montante de 4.107.530 milhares de euros passando a representar 56,8% do total dos recursos do Grupo.

Os capitais próprios apresentam, em Dezembro de 2006, um valor de 446.159 milhares de euros, correspondendo a um aumento de 29,1% face ao ano anterior.

Evolução das Rúbricas de Balanço

	2005		2006	
	PCSB	Pro forma IAS/IFRS	IAS/IFRS	Δ %
Activo				
Activos monetários e créditos a I.C.	485.243	582.179	1.107.602	90,3%
Activos financeiros	276.990	502.725	798.523	58,8%
Crédito a clientes (valor líquido)	4.294.599	4.262.876	4.769.635	11,9%
Participações, imobilizado e outros	300.583	506.972	550.257	8,5%
	5.361.832	5.854.752	7.226.017	23,4%
Passivo e Capitais Próprios				
Débitos a I.C.	506.300	524.387	556.672	6,2%
Débitos para com Clientes	4.086.650	3.994.578	4.107.530	2,8%
Passivos monetários e financeiros	-	16.146	593.659	3576,8%
Dívida titulada	41.607	39.543	250.835	534,3%
Dívida subordinada e outros passivos	374.855	934.622	1.271.162	36,0%
	5.009.412	5.509.276	6.779.858	23,1%
Capitais próprios	352.420	345.476	446.159	29,1%
	5.361.832	5.854.752	7.226.017	23,4%

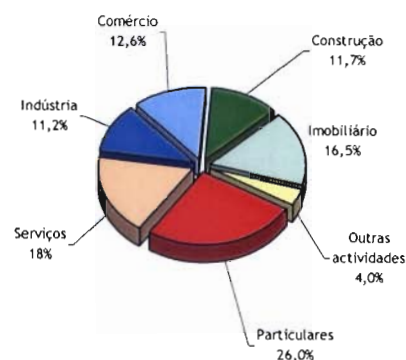
Repartição das Rúbricas de Balanço



Crédito a clientes

Dado o elevado peso da Banca Comercial, o Crédito a Clientes continuou a representar o principal activo do BPN, com um peso de 66,0% no total da actividade.

Em 2006, com a alteração da abordagem do mercado e a dinâmica comercial, registou-se um crescimento de 11,9%, atingindo um montante líquido de 4.769.635 milhares de Euros.



Crédito a clientes por segmento

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Particulares	1.019.400	23,2%	1.278.403	26,1%	25,4%
Empresas					
Serviços	598.915	13,6%	882.731	18,0%	47,4%
Indústria	490.054	11,2%	547.171	11,2%	11,7%
Comércio	543.179	12,4%	615.806	12,5%	13,4%
Construção	506.139	11,5%	573.862	11,7%	13,4%
Imobiliário	739.021	16,8%	811.450	16,5%	9,8%
Outras actividades	496.344	11,3%	197.454	4,0%	-60,2%
	3.373.652		3.628.474		
Crédito bruto	4.393.052		4.906.877		11,7%
Imparidade	130.176		137.242		5,4%
Total	4.262.876		4.769.635		11,9%

Carteira de títulos

Em 31 de Dezembro de 2006, o total da carteira de activos detidos para negociação, ao justo valor, disponíveis para venda e os investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação ascendia a 961.022 milhares de Euros, correspondendo a um peso de 13,3% do Activo total.

Carteira de títulos

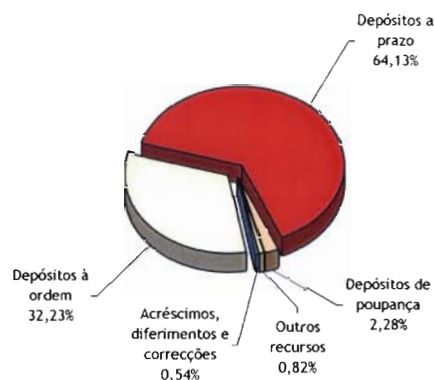
	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor					
Obrigações	268.391	40,7%	285.727	29,7%	6,5%
Acções	27.476	4,2%	55.333	5,8%	101,4%
Outros títulos	67.114	10,2%	105.843	11,0%	57,7%
Instrumentos derivados	16.268	2,5%	30.823	3,2%	89,5%
	379.249		477.726		
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações	60.643	9,2%	262.828	27,4%	333,4%
Acções	4.278	0,6%	4.149	0,4%	-3,0%
Outros títulos	59.742	9,1%	53.820	5,6%	-9,9%
Instrumentos derivados	-	-	-	-	-
	124.663		320.797		
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	155.781	23,6%	162.499	16,9%	4,3%
Imparidade	(1.187)		-		
Total	658.506		961.022		45,9%

[Handwritten signatures and initials]

Recursos totais

Os Recursos de Clientes apresentaram um acréscimo de 2,8%, atingindo os 4.107.530 milhares de Euros, continuando a representar a principal fonte de financiamento do Grupo (60,6%).

Esta evolução está intimamente relacionada com os produtos disponibilizados pela Banca Comercial e a boa rentabilidade associada.



Recursos de clientes

					Milhares €
	2005		2006		
	Valor	%	Valor	%	Δ %
Recursos de clientes de Balanço					
Depósitos à ordem	1.164.564	29,2%	1.323.723	32,2%	13,7%
Depósitos a prazo	2.688.675	67,3%	2.634.309	64,1%	-2,0%
Depósitos de poupança	93.276	2,3%	93.755	2,3%	0,5%
Outros recursos	28.991	0,7%	33.579	0,8%	15,8%
Acréscimos, diferimentos e correcções	19.072	0,5%	22.164	0,6%	16,2%
	3.994.578	100,0%	4.107.530	100,0%	2,8%

Os Recursos em Instituições de Crédito no valor de 556.672 milhares de euros, registam um aumento de 6,2%, no entanto o seu peso no total do Passivo passou de 9,5% em 2005 para 8,2% em 2006, derivado do aumento do total do passivo de um ano para o outro, em 23,1%.

Situação líquida

Os Capitais Próprios apresentam em Dezembro de 2006, um valor de 446.159 milhares de Euros, correspondendo a um incremento de 29,1% face ao ano anterior.

Capitais Próprios

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Capital	280.000	81,0%	360.000	80,7%	28,6%
Prémios de emissão	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Ações próprias	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	10.963	3,2%	12.649	2,8%	15,4%
Diferenças cambiais	1.859	0,5%	2.492	0,6%	34,1%
Resultado líquido	47.527	13,8%	65.316	14,6%	37,4%
Interesses minoritários	5.127	1,5%	5.702	1,3%	11,2%
	345.476	100,0%	446.159	100,0%	29,1%

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Sector Financeiro

Banca comercial

Banco Português de Negócios

O ano de 2006 foi marcado por uma alteração profunda no seio da Instituição, no que respeita à forma como passou a abordar o mercado. Decidiu fazer-se uma abordagem de forma segmentada e criar dentro da estrutura comercial da Instituição áreas especializadas em cada segmento de mercado. A segmentação da base de clientes do Banco culminou com a criação de duas Redes Comerciais, a Rede de Agências e a Rede de Empresas.

Os clientes do segmento de Empresas com volume de negócios superior a 10.000 milhares de euros são agora geridos por uma rede especializada, que permite uma maior proximidade e acompanhamento das suas necessidades e exigências, apresentando soluções financeiras mais adequadas e condições mais competitivas.

O processo de segmentação teve impacto na Rede de Agências, que sofreu naturalmente uma reestruturação e reorganização, tanto a nível das estruturas comerciais, como a nível da organização geográfica das próprias Zonas e Direcções Coordenadoras.

Em Setembro de 2006, cinco meses após a segmentação e reestruturação da rede comercial, foi efectuado um diagnóstico profundo e exaustivo na Rede de Agências, com vista a determinar pontos fortes, pontos fracos, potencial de negócio, formas de actuação e postura comercial.

O objectivo deste trabalho foi conhecer a realidade de toda a estrutura comercial da Rede de Agências e definir objectivos de ordem qualitativa, com vista à prossecução dos objectivos quantitativos previamente estabelecidos.

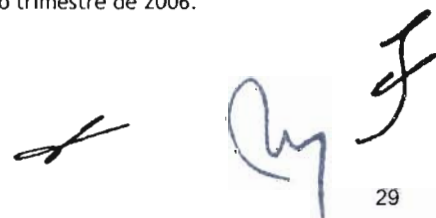
Com base neste trabalho, foi traçado um Plano de Acção 2007 que visa a definição de uma estratégia comercial e o estabelecimento de objectivos qualitativos, que conduzam ao aumento da rentabilidade de cada Agência. Deste Plano de Acção constam as seguintes medidas e orientações:

- Todos os colaboradores da Rede de Agências devem estar orientados para o cliente;
- Procurar aumentar de forma activa e sustentada a base de clientes;
- Fidelizar os clientes, aumentando o nível de cross-selling em cada Agência;
- Aumentar a taxa de transformação dos recursos em crédito, de forma sustentada e sem pôr em causa o rigoroso controlo do risco, nomeadamente com a dinamização do crédito à habitação e do crédito comercial;
- Aumentar o saldo de Recursos em Depósitos à Ordem;
- Reduzir o peso dos Depósitos a Prazo na estrutura dos Recursos Captados, diversificando a captação pelos vários produtos financeiros disponíveis;
- Reduzir o risco de crédito, dispersando o mesmo pelos diversos sectores de actividade, reduzindo assim o peso do sector da Construção e Actividades Imobiliárias;

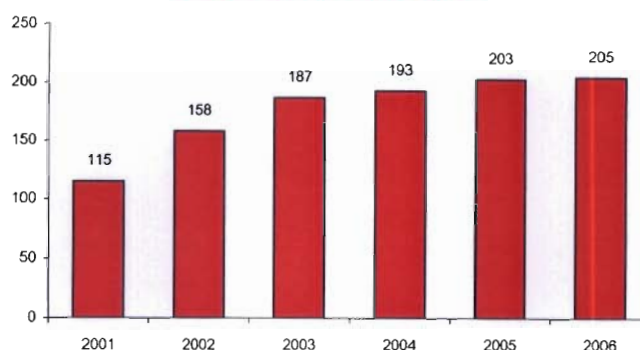
Estas foram decisões estratégicas assumidas pela Instituição no sentido de orientar claramente a sua actividade para o cliente. Pretende-se desta forma alargar a base de clientes com a captação de novos clientes em ambas as Redes Comerciais, aumentar o seu grau de fidelização e diversificar a exposição de crédito nos vários sectores de actividade, o que permitirá dispersar e diversificar o risco de crédito.

Os clientes da Rede de Empresas têm ao seu dispor 13 Centros de Empresas, 3 localizados em Lisboa, 2 no Porto e os restantes em Braga, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Setúbal e Faro.

Os clientes BPN têm ao seu dispor uma rede de 205 Agências, 201 em Território Nacional, das quais 2 no Arquipélago da Madeira e 4 em França, L'Opera, St. Maur, Argenteuil e Raincy, as duas últimas abertas ao público no primeiro trimestre de 2006.



Evolução do número de Agências



O Banco Português de Negócios presta um Serviço Financeiro Global que privilegia o atendimento e aconselhamento personalizado, propondo flexibilidade de soluções e transparência na informação prestada ao cliente. O principal activo do BPN é o vínculo ao cliente, só conseguido com a criação de uma relação de confiança e de parceria.

Ciente desta realidade, a Administração decidiu desenvolver um programa de formação “Cultura Comercial BPN”, que visa envolver 1.066 colaboradores de toda a estrutura da Rede de Agências, desde o Director Central aos colaboradores das Agências, de Norte a Sul do País. Esta formação teve o seu arranque ainda em 2006, mas terá o seu desenvolvimento ao longo do ano de 2007.

No ano de 2006 o BPN captou mais de 34.000 novos clientes, o que se traduz num crescimento superior a 15%, relativamente ao ano anterior.

O ano de 2006 foi marcado pela afirmação da função “acquiring” do BPN, cuja expansão da Rede Netpay se traduziu em mais de 14.000 TPA’s colocados até final de Dezembro de 2006 e uma quota de mercado de 20% em Acquiring puro. Foram processadas transacções e comissões de cerca de 386.000 milhares de Euros e 2.200 milhares de Euros, respectivamente.

Entre a diversidade de produtos que o BPN coloca ao dispor dos seus clientes encontram-se os Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários, os quais são bem acolhidos pelos clientes, fruto dos resultados apresentados. O mercado também tem reconhecido a elevada performance dos Fundos de Investimento colocados pelo BPN, uma vez que os mesmos têm sido por diversas vezes galardoados. A BPN Imofundos foi galardoada pelo Euro Property 2006, com o prémio de “Best Performing Balanced Property Fund”. Este prémio deve-se à gestão do BPN Imonegócios, classificado como a melhor carteira diversificada de activos imobiliários em Portugal entre o período de 2003 a 2005. No que diz respeito aos Fundos Mobiliários a BPN Gestão de Activos também foi galardoada pela Standard & Poor’s, com os três primeiros prémios, para o BPN Conservador, o BPN Renda Mensal e o BPN Tesouraria.

De entre os produtos colocados em 2006 destacamos:

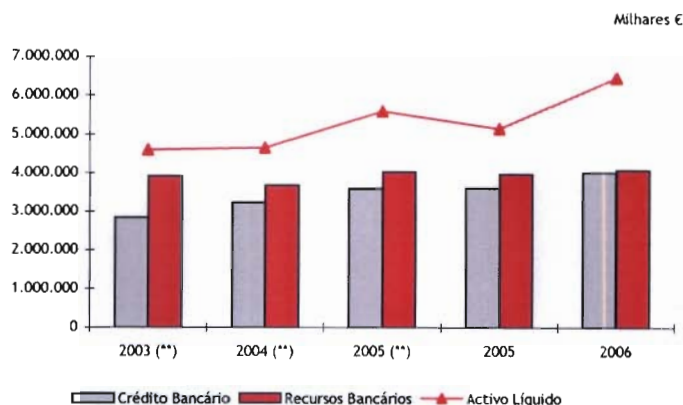
- A emissão em Março de 2006 do BPN Commodities 2006, Instrumento de Captação de Aforro Estruturado (ICAE), vulgo produto estruturado, no valor de 10.000 milhares de Euros e
- A emissão em Junho de 2006 do BPN Luxo (ICAE), no valor de 10.000 milhares de Euros.

Como forma de celebrar o 31 de Outubro, Dia Mundial da Poupança, o BPN lançou no período de 16 de Outubro a 17 de Novembro, a Campanha Mês da Poupança, onde colocou em condições especiais três produtos: um Depósito a Prazo a 12 meses, o BPN Imonegócios e o PPR.

No que diz respeito ao BPN Interactivo, o ano de 2006 terminou com 34.074 contratos activos e 4.466.770 operações efectuadas, no valor de 136.961 milhares de Euros, sendo que as operações mais frequentes foram a “Consulta de Movimentos à Conta de Depósito à Ordem” e as “Transferências Interbancárias”. Estes números representam um crescimento relativamente ao ano de 2005 de 36% no número de contratos e 12% no número de operações efectuadas por este canal. O phoneBanking atendeu 84.854 chamadas, o que representa um crescimento de 24% relativamente ao ano anterior.

O BPN elegeu o ano de 2006 para incrementar o Crédito Habitação, o qual cresceu cerca de 40%, com a concretização de cerca de 3.000 novos contratos e mais de 193.000 milhares de Euros.

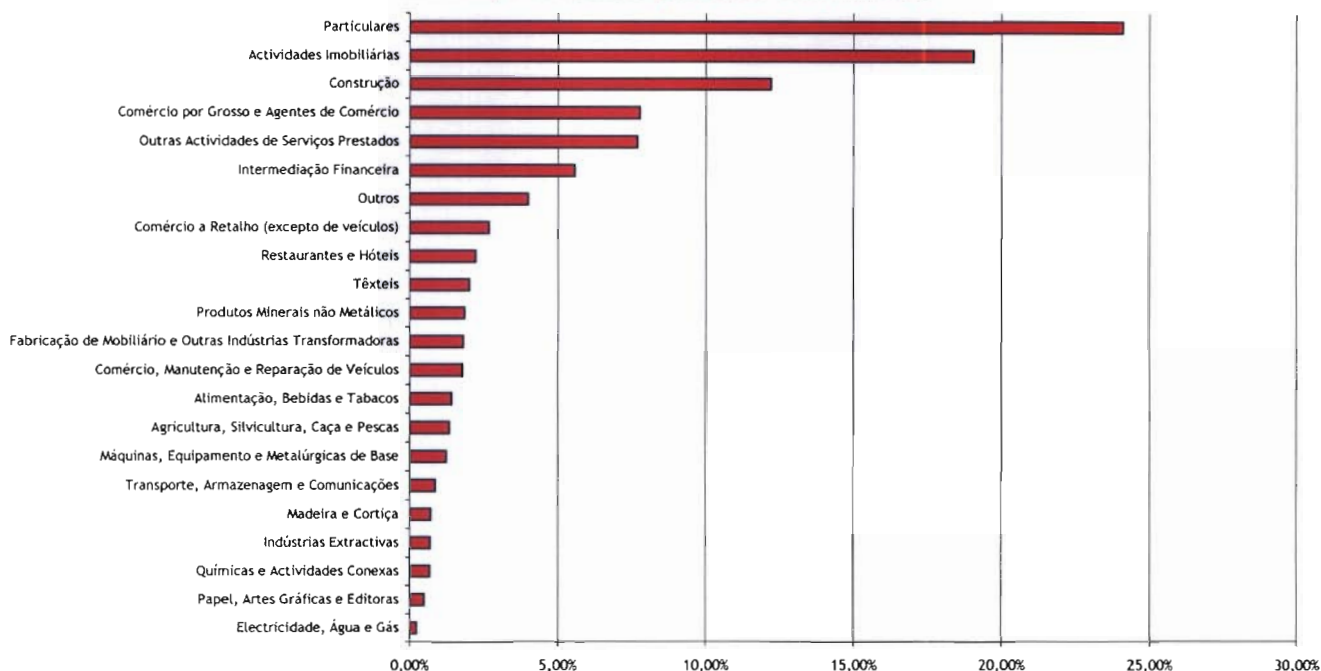
Evolução da Actividade (*)



(*) Inclui a actividade do BPN, S.A. e das suas unidades internacionais

(**) Valores formato PCSB

Distribuição do Crédito por Sector de Actividade



Private Banking

Finalizado mais um ano de actividade, o Private Banking conseguiu alcançar as metas quer quantitativas, que qualitativas a que se tinha proposto.

Assim e em termos de volume, o negócio continuou a crescer a uma taxa superior a 10%, e a rentabilidade também foi claramente incrementada através das comissões e do controlo de custos. Por outro lado, promoveu-se a diversificação da oferta de produtos de investimento através do CIP, o que permitiu não só melhorar substancialmente a rubrica do comissionamento, mas também a captação e retenção de clientes através da qualidade de serviço e a performance obtida pelos mesmos.

Este posicionamento permitiu uma resposta rápida e adequada à alteração das necessidades do segmento, bem como à evolução dos mercados no decorrer de 2006.

Mantendo a sua estrutura baseada em 3 Sucursais, alargou-se a área de acompanhamento de clientes a mercados com forte potencial de crescimento, como a América Latina.

As fortes condicionantes sentidas nos últimos tempos, quer por via da regulamentação e supervisão da actividade, quer pela entrada de novos "players" no nosso Mercado, obrigam-nos, cada vez mais, a apostar na especialização, rigor, personalização e qualidade de serviço.

[Assinaturas manuais]

Dessa forma, durante o ano de 2007, será implementado um Programa de desenvolvimento estratégico para os próximos 3 Anos, que permitirá criar as condições para um forte crescimento do negócio, acompanhando assim as mais recentes tendências do Mercado.

Principais Indicadores de actividade do BPN, S.A. ⁽¹⁾

	Milhares €		Var %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	6.482.469	5.178.525	25,2%
Situação líquida	385.526	365.962	5,3%
Resultados líquidos	31.401	20.664	52,0%
Margem Financeira	135.204	107.528	25,7%
Produto Bancário	204.834	172.201	19,0%
Débitos para com Clientes	4.092.147	3.978.496	2,9%
Créditos sobre Clientes	3.941.800	3.544.491	11,2%
Rácio de solvabilidade, BPN, S.A.	9,9%	10,3%	-
ROE	8,9%	6,0%	-

⁽¹⁾ Inclui a actividade de Cayman, Cabo-Verde, Paris e SFE da Madeira

Estrutura e Funcionamento do Gabinete de Compliance

Para zelar pela gestão do risco de compliance, o Conselho de Administração do BPN SGPS, S.A. deliberou, em Abril de 2006, criar no âmbito desta sociedade e tendo em vista a total abrangência do Grupo financeiro, o Gabinete de Compliance que terá a seu cargo exercer, de forma permanente e independente, a função de compliance. O Gabinete, que depende directamente do Conselho de Administração da holding financeira, tem por missão supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação nas empresas do Grupo das disposições legais, regulamentares, estatutárias e éticas e das recomendações e orientações emitidas pelas entidades supervisoras competentes, assegurando também que a definição e execução das políticas no Grupo cumprem as leis e regulamentos nacionais, comunitárias e internacionais aplicáveis.

O Gabinete de Compliance, que durante o ano de 2006 esteve em fase de estruturação, tem as seguintes competências genéricas:

- Assegurar que a actuação dos Órgãos Sociais, dos quadros superiores e dos restantes Colaboradores da Sociedade e das Sociedades suas participadas está de acordo com as disposições legais, os estatutos e as regras, normas, regulamentos, recomendações e orientações das entidades reguladoras e supervisoras aplicáveis;
- Assegurar que as políticas e procedimentos internos decorrentes da aplicabilidade de matérias de compliance estão a ser cumpridos;
- Assegurar que o comportamento dos diferentes Responsáveis e Colaboradores do Grupo vai no sentido do cumprimento dos princípios e regras do código de conduta em vigor;
- Prestar, a pedido e no âmbito das suas atribuições, aconselhamento e apoio às operações da Sociedade e das Sociedades suas participadas, bem como a outras actividades;
- Actuar como um canal de comunicação para receber e encaminhar reclamações sobre matérias de compliance aos serviços competentes para as analisar e resolver, bem como último recurso dos reclamantes quando entenderem estar esgotadas as possibilidades de resolução da situação pelos canais formais normais.

O Gabinete é dirigido por um Compliance Officer nomeado pelo Conselho de Administração do BPN, SGPS, S.A., sendo a sua actuação extensiva a todas as sociedades do Grupo financeiro.

Em termos de estrutura orgânica-funcional, está definido que os Conselhos de Administração de cada uma das sociedades integrantes do Grupo, à excepção do Banco, nomeiam um Colaborador, a quem, além das suas funções, são atribuídas as de Responsável pela função de compliance da Empresa. A mesma orientação aplica-se às Instituições do Grupo cuja actividade se desenvolve noutras jurisdições se não tiverem já outras estruturas mais adequadas às exigências locais. No caso do Banco, compete ao Conselho de Administração nomear os Responsáveis de compliance de cada Órgão do 1.º nível (Direcção ou equivalente) para exercer essa função.

Os Responsáveis de compliance (Compliance Officers) manterão a sua dependência hierárquica do Órgão/Empresa a que pertencem, mas responderão funcionalmente, no âmbito dessa função, ao Compliance Officer do Grupo.

Ao Compliance Officer do Grupo e aos Responsáveis de compliance deverão ser assegurados pelos Conselhos de Administração respectivos, os poderes necessários para o exercício das suas funções de modo independente, nomeadamente o poder de solicitar e lhe ser facultada informação sem carecer do consentimento de terceiros. Está também assegurado poder de reporte directo (sem intervenção de terceiros), do Compliance Officer do Grupo, ao Administrador do Pelouro e dos Responsáveis, ao Compliance Officer.

Os demais Colaboradores do Grupo financeiro BPN constituem-se na obrigação de prestar ao Compliance Officer e aos Responsáveis do compliance todas as informações e colaboração adequadas ao exercício das suas funções.

Programa de Compliance

Concluído o processo de nomeação dos Compliance Officers, o que ocorreu no mês de Julho passado, foi preparado um programa de compliance para 2006/07, que tem como principais linhas de força:

- Sensibilização dos Dirigentes para a importância e consequências do risco de compliance;
- Preparação de programas e realização de acções de formação em matérias de compliance, que abrangerão os Órgãos Sociais, quadros superiores e demais colaboradores;
- Preparação e divulgação de um manual de aplicação geral e de manuais sectoriais para cada área de actividade, contendo a definição, os princípios e as regras da função de compliance, bem como a legislação primária, as normas e regulamentos em vigor emitidos pelas autoridades, central e local, e entidades reguladoras e supervisoras, bem como as políticas, normas, regulamentos, instruções e procedimentos aprovados pelos órgãos internos competentes aplicáveis e cujo não cumprimento pelas sociedades pode acarretar perdas financeiras, sanções legais, descrédito e perda de reputação;
- Criação, com o apoio dos Órgãos competentes do Grupo e se necessário de consultores externos, de um sistema de medição do risco de compliance na base de indicadores e métricas de avaliação apropriados;
- Criação de um sistema de comunicação interna para a função e risco de compliance utilizável no Grupo;
- Realização, de acordo com os recursos disponíveis, de verificações locais para testar a conformidade da actuação com as políticas, normas e procedimentos em vigor.

Situação actual

Como se referiu anteriormente, encontra-se já institucionalizada a estrutura que terá a seu cargo o exercício da função e a gestão do risco de compliance do Grupo BPN e nomeados o Compliance Officer do Grupo e os Compliance Officers dos diferentes Órgãos e Empresas. Depois de submetido ao parecer dos Compliance Officers ficou pronto no mês de Novembro o Programa de Compliance para 2006/07.

Nos meses de Novembro e Dezembro procedeu-se à preparação do Manual geral e dos Manuais sectoriais a vigorar nas organizações do Grupo, os quais foram submetidos à aprovação dos Conselhos de Administração da holding financeira e das empresas associadas, no início de 2007.

Gabinete de Provedoria do Cliente

O Gabinete de Provedoria do Cliente, cuja actividade se iniciou em Outubro de 2005, prosseguiu, no decorrer do ano de 2006, a sua função de agilização do processo de atendimento de reclamações apresentadas pelos Clientes.

Pela elevada percentagem de resolução de casos, os quais abrangem um leque variado de questões e de graus de importância, e dado que a considerável maioria obteve decisão favorável à pretensão dos Clientes, conclui-se ter sido um bom contributo, quer para a satisfação dos Clientes, quer para a imagem da Instituição. A criação desta estrutura de atendimento e acompanhamento de reclamações permite obter informações que ajudarão a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo BPN.

Handwritten signatures and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a stylized signature, a set of initials, and another signature.

Banca de Investimento

Banco Efisa

O Banco Efisa é o banco de investimento do Grupo BPN. Face às suas características desenvolve a sua actividade em áreas muito específicas e especializadas, nomeadamente de Corporate e Project Finance, Private Equity, Emerging Markets e International Business Development.

O Banco desenvolve a sua actividade nestas áreas, através da prestação de serviços financeiros e produtos de banca de investimentos nomeadamente em:

- Assessoria financeira em fusões e aquisições, avaliação de empresas, "Project e leverage finance" e consultadoria financeira em geral;
- Estruturas especializadas de financiamentos sob a forma de empréstimos sindicados, "LBO's", crédito com recurso limitado e trade finance;
- "Private Equity" através de um fundo especializado gerido pelo Banco Efisa e também pelo uso directo do seu balanço;
- Produtos de dívida titularizada, nomeadamente, obrigações e papel comercial e
- Gestão de carteiras próprias de investimento e negociação.

O Banco continua a privilegiar como mercado alvo Portugal, incluindo Continente e Ilhas, registando já também um conjunto importante de transacções em Espanha, mercado que continua a merecer uma atenção especial.

Atenta à evolução dos mercados emergentes como o Brasil, Índia, Angola, Moçambique, Turquia, Médio Oriente e países do Magrebe, o Banco realizou um conjunto significativo de operações de banca de investimento, estando em curso o aprofundamento de várias oportunidades de negócio nestes mercados.

Relações Internacionais

À semelhança do que ocorreu em 2005, o Banco Efisa manteve a política de assegurar a sua participação na "aldeia global", tendo mantido praticamente os mesmos mercados anteriormente eleitos como mercados alvo.

A principal diferença foi enfatizar durante o ano de 2006 a tendência da maioria dos agentes económicos, nomeadamente a de ter uma participação activa nos mercados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), sendo que maior atenção está agora a ser dada aos mercados IBSA (Índia, Brasil e África do Sul).

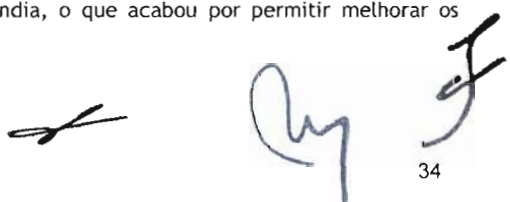
Nesse sentido e tendo em conta a importância do IBSA, o Banco Efisa esteve activo nos dois primeiros, estando também atento ao último, perspectivando-se já algumas oportunidades interessantes em cada um desses mercados.

O Banco Efisa patrocinou um pequeno almoço, em conjunto com a Embaixada da África do Sul em Portugal, aquando da visita da Vice Presidente da República da África do Sul a Portugal, altura em que reuniu um grupo selecto de empresários e representantes ao mais alto nível da banca nacional, em que se confirmou um interesse genuíno da parte portuguesa nesse importante mercado em crescimento. Uma das questões principais abordadas foi a relacionada com o Mundial de Futebol, a ser realizado na África do Sul em 2010, em que existirão oportunidades interessantes nos projectos em infra-estruturas a levar a cabo.

Para além disso iniciámos negociações com uma importante instituição Sul Africana, no sentido de esta entrar no capital do BDC, instituição em Moçambique em que o Banco Efisa participa. O BDC manteve a sua tendência de resultados positivos, tendo demonstrado que a actividade do banco estava consolidada dentro dos parâmetros antecipados.

O Brasil provou ser um mercado de grande interesse tendo permitido, quer através da presença do BPN no Brasil, quer através de outros parceiros, com quem se aliou na área da banca de investimentos, consolidar uma penetração mais adequada nesse mercado, com a identificação de projectos de grande envergadura nas áreas de infra-estrutura e Project Finance.

A actividade do Banco Efisa na Índia, para além da gestão do fundo Leverage India Fund, que deu sinais de crescimento muito positivos, permitiu identificar outras oportunidades de negócios e fortalecer as parcerias com entidades anteriormente seleccionadas. O Banco Efisa esteve presente em algumas conferências sobre oportunidades de negócios na Índia, o que acabou por permitir melhorar os contactos e conhecimentos em relação a esse mercado.



Manteve-se a actuação do Banco na área dos B Loan em conjunto com o BERD e também os mesmos níveis de instrumentos financeiros no seu portfólio de investimentos.

A participada na Guiné Bissau manteve as tendências positivas em termos de resultados, apesar da crescente concorrência; no ano de 2006 entraram mais dois novos bancos, situação que levou a uma intensificação da actividade naquele mercado.

As tentativas de negócios no mercado Argelino acabaram por dar frutos, permitindo ao Banco Efisa dar apoio através de financiamentos estruturados a duas empresas portuguesas que elegeram esse mercado como o seu mercado alvo. Em Angola, o Banco Efisa também intensificou a sua actividade, dentro de pressupostos antecipados.

Também, no Médio Oriente, foi intensificada a actividade do Banco, indicando-se a título meramente exemplificativo o projecto de BOT do Aeroporto Queen Alia, em Amman, na Jordânia, no qual banco participa através do consórcio ASG (Airport Services Group) sendo o Assessor Financeiro do mesmo.

Tesouraria e Mercados

No domínio destas actividades, o Banco Efisa continuou empenhado na gestão da carteira de investimento, procurando conjugar uma contribuição positiva para a margem financeira com a obtenção de ganhos de capital. Na área de títulos de renda fixa, a composição da carteira baseou-se em activos de qualidade, tendo-se mantido uma intervenção activa nos segmentos do crédito estruturado e dos derivados de crédito.

A complementar o investimento em títulos de renda fixa, foi colocado mais peso nos instrumentos de retorno absoluto, cuja política de selecção rigorosa permitiu a obtenção de resultados encorajadores. Simultaneamente, a carteira de negociação, com um horizonte mais imediato, deu ênfase aos instrumentos do segmento accionista, o qual acabou por registar um ano bastante favorável.

A constituição de produtos estruturados com capital garantido, colocados através da Rede Comercial e do Private Banking do BPN, constituiu um importante vector de actividade, proporcionando, nalguns casos, rendibilidades muito interessantes para os clientes.

A gestão da tesouraria e a prestação de serviços no âmbito do mercado cambial continuou a ser assegurada, numa óptica integrada, pelo BPN, mantendo-se e melhorando-se os níveis de qualidade anteriores. A definição da política de gestão dos riscos de taxa de juro, de liquidez e cambial, fez-se de forma centralizada e activa, no quadro do Comité de Activos e Passivos (ALCO), cujo suporte é assegurado pela área financeira do Banco.

Corporate Finance

Na área de negócios de Corporate Finance do Banco Efisa, as actividades desenvolvidas apresentaram, em 2006, um crescimento significativo em qualquer uma das suas três principais áreas, com reflexo no número elevado de operações concluídas e na carteira de mandatos angariados e em curso.

No segmento de Fusões e Aquisições, foram concluídos com sucesso os mandatos de assessoria à JRP, na alienação do importante grupo editorial Oficina do Livro e Editorial Notícias; de assessoria à Difel e Gótica no processo de integração com as Edições Inapa, bem como um conjunto de operações no sector avícola, nomeadamente as operações de aquisição da Hiperfrango e da Comave.

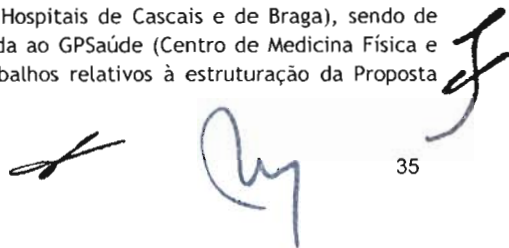
A conjugação de alguns efeitos internos e externos reflectiu-se positivamente na angariação no final do ano de 2006, de mandatos de assessoria a empresas de grande dimensão em sectores de referência no panorama empresarial português. Contribuíram para esta situação nomeadamente, a performance dos mercados bolsistas; a continuação da vaga de fusões e aquisições, iniciada em 2006, fruto da elevada liquidez das empresas, designadamente das Private Equity e a retoma económica nacional.

O Banco está a analisar um variado leque de oportunidades para prestação de assessoria a Grupos empresariais nacionais e internacionais em processos de F&A em diversas regiões do globo, nomeadamente no Brasil, Índia e Espanha.

O ano de 2006 foi igualmente importante para a área de Project & Leveraged Finance, na medida em que o Banco Efisa conseguiu, por um lado, concretizar o esforço de internacionalização que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos, assente na experiência adquirida na prestação de serviços de assessoria financeira em PPP's em Portugal e conseguiu, por outro lado, aprofundar a importância dos financiamentos em regime de Leveraged Finance no peso dos proveitos totais, efeito que foi alavancado pelo início de uma cooperação mais estreita com o BPN no financiamento destas operações.

No que respeita à actividade de assessoria financeira, em Portugal observou-se uma consolidação da experiência acumulada em sectores que têm vindo a merecer uma atenção especial do actual Governo, concretamente nos sectores dos transportes, saúde (novos hospitais) e telecomunicações.

No sector da saúde, a intervenção em transacções de Project Finance foi aprofundada de forma significativa, continuando a prestar serviços de assessoria financeira, relativamente aos projectos iniciados em 2005 (novos Hospitais de Cascais e de Braga), sendo de destacar o fecho da primeira PPP, que inclui a prestação de cuidados clínicos, adjudicada ao GPSaúde (Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul), e a assessoria financeira ao Consórcio GPSaúde/Ferrovial, nos trabalhos relativos à estruturação da Proposta apresentada no Concurso para a PPP do novo Hospital de Vila Franca de Xira.



O Banco Efisa desenvolveu nesta área um grande esforço de internacionalização, sendo de destacar a identificação de um conjunto de oportunidades em vários países, com especial enfoque no Brasil, os quais culminaram na angariação de dois mandatos e uma oportunidade de assessoria financeira:

- um ao Consórcio Constran/Schahin/MaireEngineering na licitação da MG-050, concurso público internacional para PPP lançado pelo Estado de Minas Gerais (Brasil) para um conjunto de vias rodoviárias e outro ao Consórcio Airport Services Group (constituído pela Soares da Costa, ANA - Aeroportos de Portugal, MID e International Investment Group) para o concurso público internacional para a reabilitação, expansão e operação do Queen Alia International Airport, situado em Aman, na Jordânia.
- Participou ainda na apresentação de uma Manifestação de Interesse ao Governo Romeno, no âmbito do Concurso Público Internacional para o lançamento da primeira PPP no sector das auto-estradas

No Leveraged Finance, é de salientar a angariação de um mandato para a estruturação de um Acquisition Finance de uma empresa a actuar no sector editorial, encontrando-se em fase final a montagem/estruturação de dois financiamentos para o efeito.

Por fim, na área de Titularizações e Mercado de Capitais, o ano de 2006 ficou marcado pelo mandato de montagem da operação de titularização de créditos para o Banco Português de Negócios, S.A., no que constituiu a primeira operação de titularização realizada por este banco.

A operação foi colocada com sucesso numa base alargada de investidores de vários países europeus. Nesta operação, o Banco Efisa interveio como Manager e como Assessor do BPN na montagem desta importante operação.

Especificamente em matéria de Mercado de Capitais, o Banco Efisa prestou assessoria ao Grupo BPN na montagem de uma emissão de Obrigações Subordinadas da SLN SGPS, no montante de 50 milhões de Euros, e na Oferta Pública de Subscrição de Acções da Total S.A. reservada a colaboradores do Grupo Total.

Corporate Banking

No ano de 2006 o Banco Efisa consolidou a actividade anteriormente desenvolvida na assessoria financeira a operações de apoio ao investimento, reestruturações financeiras, montagem de financiamentos estruturados com mecanismos de cobertura de risco associados, operações de cessão/ antecipação de créditos, operações de trade finance e commodity finance. Alargou também a sua acção a outras actividades cuja expressão tem aumentado no mercado português, nomeadamente a assessoria em operações relacionadas com património imobiliário.

Operações Estruturadas

O Banco Efisa procurou manter a oferta de soluções inovadoras aos seus clientes, adaptadas às suas necessidades específicas. No que se refere a clientes institucionais, foi concluída em Maio de 2006 uma operação de cessão de créditos "sem recurso" da Parque Expo 98, S.A., sobre o Município de Lisboa, no montante global de 144 milhões de Euros, operação esta colocada junto de um único investidor.

Foi ainda concluída em Dezembro de 2006, uma operação de reestruturação de dívida no montante de 20 milhões de Euros, por um prazo de 9 anos, para a AEP - Associação Empresarial de Portugal, no qual o Banco Efisa actuou como Banco Organizador e Banco Agente, financiamento esse que foi colocado junto de um sindicato bancário composto exclusivamente por bancos locais. Adicionalmente, foi concluída a negociação do empréstimo obrigacionista para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. a 10 anos, no montante de 55 milhões de Euros com aval do Estado Português e no qual o Banco Efisa actua igualmente como Banco Organizador e Banco Agente. A assinatura do contrato e emissão do aval pelo Estado Português ocorreu no início de 2007.

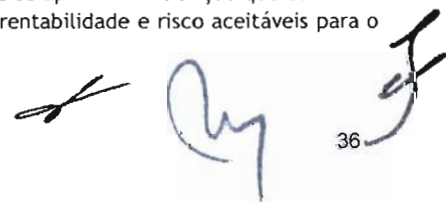
No sector imobiliário, foi já autorizada por parte da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a constituição de dois fundos de investimento imobiliário fechados, cujo capital conjunto é de 14 milhões de Euros e em que o Banco Efisa é a instituição financeira colocadora das unidades de participação dos fundos, tendo já ocorrido a subscrição de um dos fundos.

Adicionalmente, encontra-se em curso a estruturação e colocação de uma operação de commodity finance no montante global de 28 milhões de USD destinada ao financiamento de stocks de tabaco localizados nos países em que a empresa tem produção, cuja conclusão ocorrerá no decurso de 2007.

Na sequência do trabalho desenvolvido em 2006, com vista ao alargamento da base de investidores internacionais, perspectivamos continuar esse trabalho ao longo de 2007, no sentido de aproximar o mercado português desses investidores, potenciando assim a procura de novos mandatos.

Assessoria a Projectos de Investimento/Crédito ao Investimento

Apesar da agressividade concorrencial, a contínua procura de soluções optimizadas, e muitas vezes inovadoras, para o cliente e o nível e qualidade do serviço oferecido têm mantido fiel um conjunto de clientes, que recorrentemente se apoia na instituição que considera ser da sua confiança, não obstante a procura de novos clientes, cujos projectos garantem uma rentabilidade e risco aceitáveis para o Banco.



36

De referir o trabalho de sindicância de um financiamento no mercado nacional para a empresa CNE - Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A, no montante de 30 milhões de euros, tendo o Banco Efisa actuado como organizador, agente e um dos bancos mutuantes. O Sindicato foi concluído em Dezembro e visa o apoio ao projecto de investimento relativo à construção de uma Unidade de Moagem de cimento daquela empresa. Em Julho de 2006 o projecto foi considerado "PIN" - Projecto de Interesse Nacional pela API - Agência Portuguesa para o Investimento.

Ainda no mercado nacional, é de referir a Sindicância de uma operação de 8 milhões de euros para a OMNI, Aviação e Tecnologia, SA, destinada à aquisição de dois helicópteros para utilização nas bases petrolíferas da Petrobrás no Brasil. Esta mesma empresa concedeu ainda durante o corrente ano, um novo Mandato para uma operação em moldes semelhantes, no montante de 13 milhões de euros.

Para além do mercado nacional, o Banco Efisa tem vindo a apostar igualmente no alargamento da sua base de clientes, com destaque para o mercado africano e brasileiro. No mercado africano, salientamos a concessão de um mandato para sindicância de um empréstimo obrigacionista de médio prazo no montante de 75 milhões de euros pelo Eastern and Southern African Trade and Development Bank (PTA Bank), sediado no Quênia. No Brasil foram efectuadas diversas operações de apoio financeiro intercalar a investimentos, com destaque para o apoio prestado no âmbito do projecto de construção do complexo designado "Inovation Center" no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Adicionalmente, o Banco tem vindo a estruturar e participar em operações de Papel Comercial, sendo de destacar a nova participação no programa de emissão de Papel Comercial da CIMA -Centro de Inspeção Mecânica em Automóveis, S.A.. O total da carteira gerida pelo Banco Efisa ascendeu a cerca de 100 milhões de euros.

A actividade de Trade Finance & Forfaiting no ano de 2006 ficou marcada pela alteração nos mercados alvo, com incidência na Guiné-Bissau, através do Banco de África Ocidental e Moçambique, através do Banco de Desenvolvimento e Comércio. O mercado espanhol continua a ser fortemente explorado, tendo o volume transaccionado em 2006 ascendido a cerca de 17,5 milhões de euros.

IBD-International Business Development

A divisão de International Business Development (IBD), enquanto veículo de identificação de oportunidades de negócio para as áreas de produto do Banco Efisa, originou e desenvolveu, em articulação com os diversos departamentos, um conjunto de operações das quais se destacam:

- A estruturação de um financiamento-ponte de USD 5 Mios para a Brasilinvest para o desenvolvimento de um importante projecto imobiliário, sito em Campinas, no Estado de São Paulo, Brasil;
- A assessoria financeira e estruturação de financiamentos ao Consórcio Maireengineering, Constrant e Shahin para um projecto rodoviário sob a forma de Parceria Público Privada (PPP) rodoviária no Brasil - a MG050. Este projecto representa o lançamento da primeira PPP rodoviária no Brasil, sendo o Banco Efisa o único banco de investimento português a assessorar um consórcio na fase de qualificação e apresentação de propostas;
- O IBD, capitalizando o Know-how adquirido em operações de assessoria financeira em projectos imobiliários de World Trade Centers (como por exemplo, o World Trade Center de São Paulo), realizou um trabalho de assessoria no âmbito dos estudos de desenvolvimento do projecto de construção do World Trade Center Luanda, em Angola.

Relativamente a operações de sindicância, para além daquelas que já se encontravam em carteira (Raiffeisen Leasing, Raiffeisen Ukraine, Raiffeisen Roménia, Raiffeisen Áustria - RZB Rússia - e International Industrial Bank), foram ainda subscritas as seguintes: (i) EBRD - European Bank for Reconstruction and Development - Participação num B-Loan como Lead Manager com USD 800.000 num Syndicated Loan de um total de 7,5 Mios para um banco sito no Azerbaijão (Unibank); (ii) EBRD - European Bank for Reconstruction and Development - participação num B-Loan como Manager com USD 1 Mio num Syndicated Loan de um total de USD 30 Mios para um banco sito na Ucrânia (Kreditprombank).

Private Equity

No ano de 2006 e no que concerne o desenvolvimento da actividade de Private Equity foram analisadas 45 novas operações das quais foram aprovadas apenas 6 representando um montante total de 7.398.000 euros, dos quais 1.290.000 euros no Balanço do Banco Efisa e 6.108.000 euros através do FIQ Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial.

Durante o ano em apreço, o Banco Efisa prosseguiu uma política de consolidação da posição no mercado espanhol através do reforço da sua posição no capital da Disperfum.

No que respeita aos Investimentos feitos no FIQ Efisa refira-se o reforço no capital da Carlife, S.A. e da Corte Fino e os novos investimentos na área do lazer (Wellness Spa Center) e na área avícola (Rodricarnes).

Finalmente e relativamente aos desinvestimentos realizados em 2006 há a referir a venda de posição na Sanctuary Buildings (empresa de real estate no Reino Unido), a venda de 15,6% do capital investido na Avipronto e a venda da totalidade do capital investido na Helvética. Estas operações saldaram-se pela realização de uma significativa mais valia.



Refira-se ainda que, durante o ano de 2006 ocorreu a realização de duas tranches do 2º aumento de capital do Fundo FIQ, aprovado em 22 de Setembro de 2005, cujo montante subscrito ascendeu a 29.500.000 euros e o realizado a 27.300.000 euros.

Emerging Markets

A Divisão de Emerging Markets visa dar uma resposta especializada e personalizada ao crescente envolvimento do Banco com agentes económicos de mercados emergentes, com especial enfoque no mercado indiano.

Durante o ano de 2006, a DEM auxiliou várias empresas indianas na colocação de capital junto de investidores internacionais.

Outra das áreas em que a divisão actuou foi a do investimento, pautando-se por participações em fundos de investimento com acção em nichos de mercado em países diversos.

Neste âmbito, o Banco Efisa realizou dois novos investimentos, um de USD 1,5 milhões no fundo Rio Hotel & Casino, que visou a aquisição e exploração de uma percentagem de um hotel e casino situado em Macau, e outro de USD 1,75 milhões na empresa Acacia Real Estate Limited, uma empresa do ramo imobiliário, com investimentos na Europa, EUA, Índia, Turquia e países do Golfo.

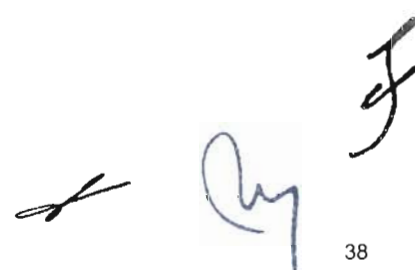
Manteve a posição de USD 5 milhões no Leverage India Fund, o segundo maior fundo de private equity na Índia, cujo valor global ascende a USD 153,6 milhões, que se encontra a ser gerido pela IL&FS, uma empresa financeira cotada na BSE (Bombay Stock Exchange).

Com a liquidação da posição no The Sanctuary Buildings, um fundo estruturado com o objectivo de adquirir o edifício Sanctuary Building situado no Reino Unido que se encontrava arrendado à Coroa Britânica, o Banco obteve um retorno na ordem dos 38%, decorridos treze meses do investimento.

O DEM tem apoiado ainda empresas e particulares em investimentos em projectos situados no mercado nacional e nos mercados emergentes.

Principais Indicadores de actividade do Banco EFISA, S.A.

	Milhares €		Var %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	342.211	306.722	11,6%
Situação líquida	28.807	28.739	0,2%
Resultados líquidos	3.711	3.177	16,8%
Margem Financeira	5.225	4.630	12,9%
Produto Bancário	17.026	13.771	23,6%
Débitos para com Clientes	82.446	58.967	39,8%
Créditos sobre Clientes	243.505	191.621	27,1%
ROE	14,8%	12,4%	-



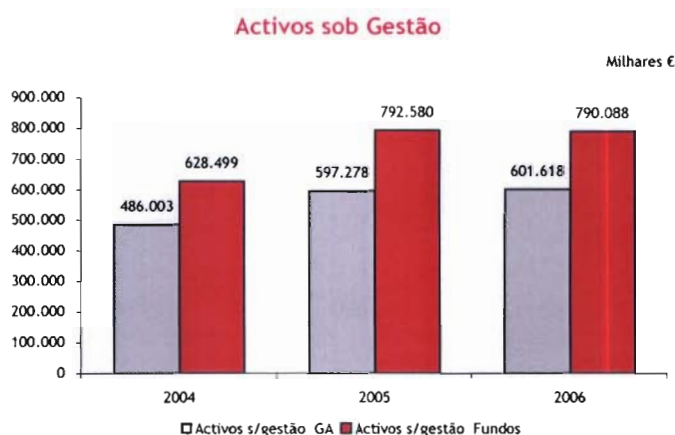
Gestão de Activos e Serviços Financeiros

BPN Gestão de Activos

O ano de 2006 foi, à semelhança de 2005, muito favorável para o investimento em activos mobiliários. O ambiente de baixas taxas de juro, fundamentalmente no Japão e China, a onda de fusões e aquisições, a evolução dos preços das matérias primas e a taxa de crescimento dos resultados das empresas, criaram condições de liquidez e uma atmosfera excelente para o negócio da gestão de activos mobiliários.

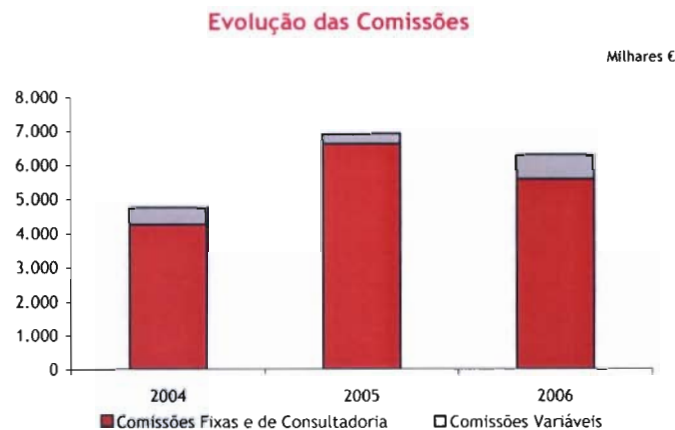
A linha de negócio gestão discricionária, registou, em 2006, um aumento marginal dos activos sob gestão de 4,4 milhões de euros, que passou de 597 milhões de euros em 2005, para 601 milhões de euros em 2006. Este aumento aconteceu na sua globalidade em clientes institucionais. O número de carteiras activas sofreu no entanto uma evolução negativa no ano, visto que passaram de 524 em 2005 para 466 no final de 2006, afigurando-se que esta evolução não é alheia a algum desconforto sobre a realidade do País.

No que concerne à linha de negócio gestão de fundos de investimento mobiliário e de capital de risco, registou-se uma queda no volume dos activos sob gestão. Esta evolução negativa resultou fundamentalmente de uma aparente opção por depósitos a prazo, face aos fundos de investimento de obrigações e tesouraria, propiciado pelo ambiente de subida das taxas euribor. Espera-se que em 2007, e num cenário de estabilização das taxas de juro euribor, os fundos de investimento de obrigações e tesouraria voltem a ganhar protagonismo e recuperem e até aumentem os volumes sob gestão.



Em 2006, a Sociedade Gestora, lançou mais dois fundos, o BPN Taxa Fixa Euro, e o BPN Acções Europa.

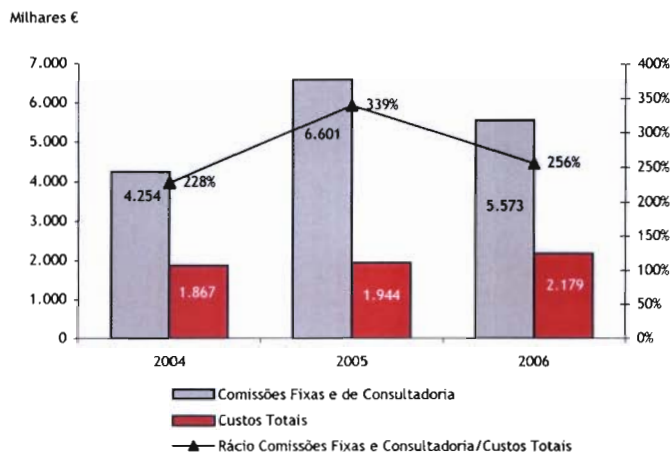
Em 2006, os fundos BPN Tesouraria e BPN Conservador, venceram os prémios da Standard & Poor's/ Diário Económico 2006 para melhores do ano de 2005, para o período dos últimos 12 meses, para o primeiro, e para 36 meses no caso do BPN Conservador. Atendendo à respectiva performance em 2006, já confirmada pela informação disponibilizada pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios sobre rendibilidades, os fundos BPN Renda Mensal, BPN Conservador e BPN Tesouraria, poderão repetir o sucesso já alcançado em 2005 e 2004.



[Handwritten signature]

Em 2006 o resultado líquido depois de impostos foi de 3.118 milhares de euros e a rentabilidade dos capitais próprios foi de 139% . Estes indicadores, apesar de extremamente positivos, representam uma diminuição face ao ano anterior, resultante da renegociação das comissões de gestão com um grande investidor institucional, e que implicou uma descida das taxas praticadas face a 2005, e a consequente descida da facturação.

Mesmo assim, a sociedade continuou a apresentar um desempenho extremamente interessante em todos os indicadores. A facturação atingiu o montante de 6.297 milhares de euros, já que a descida das comissões fixas foi compensada com um acréscimo de 134% das comissões variáveis.



Em termos de custos totais, apesar de um aumento de 4%, o rácio Comissões Fijas/Custos Totais continuou a manter um valor extremamente positivo, cerca de 256%, continuando assim a estar assegurada uma óptima rentabilidade da sociedade, sem qualquer dependência das comissões variáveis.

Ao nível do balanço, a sociedade continua a apresentar um nível patrimonial sólido, com o rácio de autonomia financeira a atingir cerca de 87%.

Principais Indicadores de actividade da BPN Gestão de Activos, S.A.

	Milhares €		Var. %
	2006	2005	06/05
Activos Sob Gestão	1.391.706	1.389.858	0,1%
Carteiras Activas - Gestão Discrecionária	466	524	-11,1%
Nº Fundos sob Gestão	10	8	25,0%
Activo	6.085	7.052	-13,7%
Comissões Totais	6.297	6.910	-8,9%
Rácio Comis. Fijas e Consul./Custos Totais	256%	316%	-
Resultado Líquido	3.118	3.702	-15,8%
ROE	139,0%	191,0%	-

BPN Imofundos

Em 2006, a BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., registou acréscimo da sua actividade, na esteira dos exercícios anteriores. Com efeito, em 31 de Dezembro de 2006, os activos administrados pela sociedade atingiram um valor global de 1.132.215 milhares de euros, um crescimento de 4,8%, correspondentes a 51.453 milhares de euros, em relação ao período homólogo. Para esta performance foi determinante o crescimento de 7,2% registado pelo Fundo BPN Imonegócios e as valorizações ocorridas nos fundo BPN Imoreal e Euroreal.

Valor líquido global dos fundos imobiliários

Milhares €			
Designação	2006	2005	Variação
BPN Imonegócios	597.673	557.782	7,2%
BPN Real Estate	104.221	105.191	-0,9%
BPN Imoglobal	140.135	140.377	-0,2%
BPN Imoreal	212.909	207.030	2,8%
BPN Imomarinhas	55.592	53.924	3,1%
Euroreal	21.685	16.459	31,8%
Total	1.132.215	1.080.763	4,8%

Ao longo do exercício não foram lançados novos fundos de investimento, deste modo a sociedade manteve sob gestão seis fundos de investimento imobiliário, um fundo aberto, o Fundo BPN Imonegócios e cinco fechados, o BPN Real Estate, BPN Imoglobal, BPN Imoreal, BPN Imomarinhas e Euroreal.

Segundo dados da CMVM, em 31 de Dezembro de 2006 existiam em actividade 32 sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, que no seu conjunto administravam activos no valor de 9.757,6 milhões de euros. Este valor reflecte um crescimento do sector de 19,5%, quando comparado com os 8.164,1 milhões de euros registados em 31 de Dezembro de 2005. Como se poderá verificar, pela análise do quadro seguinte, a indústria tem apresentado um crescimento sustentado ao longo dos últimos seis anos.

Evolução da indústria dos Fundos de Investimento Imobiliários

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
N.º de entidades gestoras	26	26	26	26	28	32
N.º Fundos abertos	19	14	13	14	15	16
N.º Fundos fechados	25	33	38	51	67	165
TOTAL	44	47	51	65	82	181
VLG Fundos abertos (10 ⁶ EUR)	2.637,9	3.088,9	3.309,6	3.862,8	4.465,9	4.723,6
% TOTAL	63,9%	61,6%	56,6%	54,8%	54,7%	48,4%
VLG Fundos fechados (10 ⁶ EUR)	1.492,7	1.925,9	2.540,8	3.187,7	3.698,2	5.034,0
% TOTAL	36,1%	38,4%	43,4%	45,2%	45,3%	51,6%
TOTAL (10⁶ EUR)	4.130,6	5.014,8	5.850,4	7.050,5	8.164,1	9.757,6
Taxa de crescimento	22,6%	21,4%	16,7%	20,5%	15,8%	19,5%

Fonte: www.cmvm.pt

Pela primeira vez na história desta indústria em Portugal, mais de 50% do mercado de fundos de investimento imobiliário (FII), correspondiam a aplicações em fundos fechados. Com efeito, ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro, acentuou-se a preferência pelos fundos fechados já observada desde o ano 2003.

Foi particularmente notório o crescimento do número deste tipo de produtos, de tal modo que em 31 de Dezembro encontravam-se em actividade 165 fundos fechados, representando um crescimento anual de 146,3%. Já em termos do seu VLG agregado registou-se um crescimento mais moderado, observando-se uma variação de 36,1%. Em média cada fundo fechado tinha um VLG de 30,5 milhões de euros, quando em 31 de Dezembro de 2005 aquele valor médio era de 50,2 milhões de euros.

Ao longo do exercício a quota de mercado da BPN Imofundos decresceu 1,64%, fixando-se nos 11,6% em 31 de Dezembro de 2006, este valor determina que a BPN Imofundos seja agora a terceira maior sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, em termos de activos sob gestão. A liderança do mercado continua na posse da ESAF - Fundos Imobiliários, com uma quota de mercado de 15,1%, e em segundo lugar, com 12,9% surge a Fundimo.

O descrito aumento de actividade permitiu à sociedade registar um crescimento ao nível dos proveitos de exploração. Assim, em 31 de Dezembro de 2006 o total de proveitos da BPN Imofundos foi de 9.874 mil euros, dos quais 9.650 respeitam a comissões e 198 mil euros a juros e rendimentos similares. Ou seja, as comissões representam 98% do total dos proveitos.

[Handwritten signatures]

Quando comparados com idêntico período no exercício anterior, verifica-se que os proveitos totais cresceram 5,2 %, as comissões 4,8% e os juros e rendimentos similares 29%.

O incremento da actividade traduziu-se também num crescimento dos custos operacionais da sociedade, que registaram um crescimento global de 32,1 %, quando comparados com o período homólogo de 2005, observando-se agora um valor total de 1.760 milhares de euros.

Dos custos operacionais, a rubrica mais significativa refere-se a gastos gerais administrativos, com um valor de 858 mil euros, mais 5,3 % que o valor registado em 31 de Dezembro de 2005, seguindo-se-lhes os custos com pessoal com um valor total de 827 milhares de euros, os quais cresceram 75,4%, como resultado da modificação de critérios contabilísticos e ainda da contratação de dois colaboradores para a sociedade. A BPN Imofundos dispõe agora de um total de quinze colaboradores.

A descrita evolução permitiu que, em 2006, fossem obtidos resultados antes de impostos de 8.115 mil euros, tendo-se apurado 2.213 mil euros de imposto sobre o rendimento, carga fiscal que determinou uma taxa efectiva de tributação de 27,3%. Assim, obtiveram-se resultados líquidos de 5.891 milhares de euros, o que comparado com os 5.849 mil euros registados no exercício de 2005, representou um crescimento do lucro líquido de 0,7%.

Principais Indicadores de actividade da BPN Imofundos, S.A.

	Milhares €		Var %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	8.749	8.780	-0,4%
Situação líquida	7.537	7.522	0,2%
Activos sob gestão	1.132.215	1.080.763	4,8%
Resultados líquidos	5.891	5.849	0,7%
ROE	357,9%	349,6%	-
Nº de participantes	13.895	12.014	15,7%

O total do activo líquido decresceu 0,4% face ao exercício anterior, registando em 31 de Dezembro de 2006 o valor de 8.749 mil euros, dos quais 7.800 mil euros correspondiam a aplicações em depósitos a prazo junto do Banco Português de Negócios, com vencimento ao longo do primeiro trimestre do ano de 2007.

Os fundos próprios da sociedade, apurados nos termos do Aviso 12/92, e considerando já a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2006, ascendiam a 1.704 milhares de euros. Tendo em conta o disposto no Artigo 10º do Decreto-lei 60/2002, de 20 de Março, aquele nível de fundos próprios possibilita a administração de fundos de investimento imobiliário até um valor próximo dos 1.704 milhões de euros.

Sector de Seguros

Ramo Vida

O Sector em 2006

O mercado segurador Vida decresceu, em 2006, 5,8%, face ao período homólogo. Esta evolução traduz um abrandamento face aos anos anteriores (em 2004 crescimento de 14,4%; em 2005 crescimento de 49,4%).

As operações de capitalização tiveram o maior crescimento do sector, com os prémios a ascenderem a mais de 700 milhões de euros, o que corresponde a mais 28,7% dos prémios realizados no ano anterior, passando este segmento a representar 8% do mercado segurador Vida português.

O volume de prémios referentes a produtos de poupança/reforma (P.P.R./E) aumentaram, em 2006, 13,6%. Este ramo aumentou o seu peso na carteira para cerca de 23%.

O maior decréscimo veio dos Produtos de Capitalização, que viram o seu volume de prémios diminuir 15,5% (menos cerca de 1.000 milhões de euros face a 2005), passando para cerca de 5.100 milhões de euros.

Real Vida Seguros

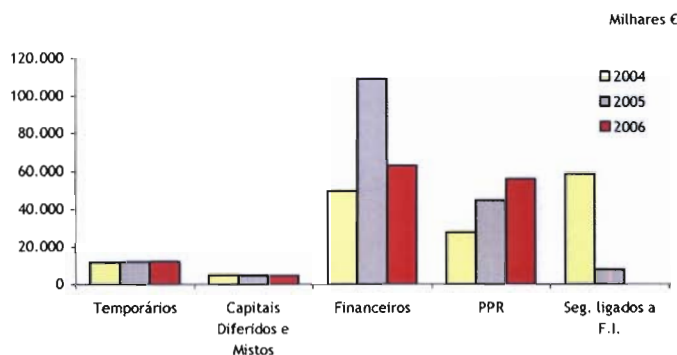
A produção total directa da Real Vida Seguros S.A. ultrapassou os 135.500 milhares de euros, situação que traduz um decréscimo de cerca de 24%, face ao ano anterior.

O ramo com maior preponderância continua a ser o ramo de Produtos de Capitalização, que neste último ano diminuiu 44,7%. A maior taxa de aumento dos prémios verificou-se nos produtos de poupança reforma/educação (P.P.R./E.), ramo este que cresceu 24,6% em 2006.

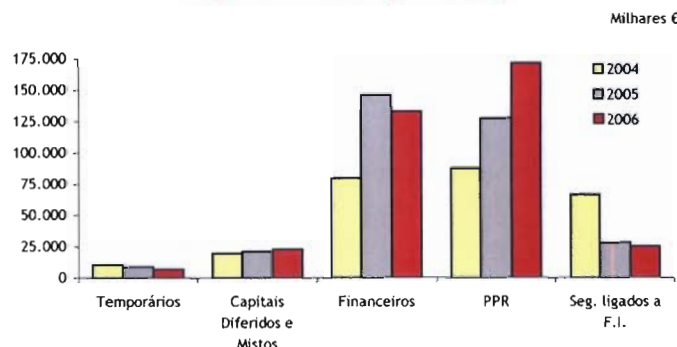
Os produtos de Risco e Rendas diminuíram ligeiramente o seu volume de prémios em 2006 (-2,7%).

A Real Vida Seguros, S.A. atingiu, em 2006, 1,57% de quota de mercado Vida. Esta diminuição está em linha com a regressão do volume de prémios no mercado Vida em 2006.

Prémios Processados



Responsabilidades (provisões)



Principais Indicadores de actividade da Real Vida Seguros, S.A.

	Milhares €		Var %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	394.368	375.500	5,0%
Prémios processados	135.697	179.084	-24,2%
Prémios processados ¹¹¹	17.081	18.145	-5,9%
Situação líquida	18.532	16.463	12,6%
Resultados líquidos	2.108	707	198,2%
ROE	12,8%	4,5%	-

¹¹¹ Com a aplicação da IFRS 4

Ramo Não Vida

O Sector em 2006

O crescimento de 0,9%, em 2006, do ramo Não Vida, traduz um novo abrandamento no sector, uma vez que, pelo quinto ano consecutivo o crescimento foi inferior ao do ano anterior (2002 crescimento de 8,9%, 2003 crescimento de 5,3%, 2004 crescimento de 3,5%; 2005 crescimento de 2,3%).

O ramo de Acidentes e Doença cresceu no ano de 2006 (2,6%). A preponderância na carteira manteve-se praticamente inalterada, sendo em 2006 responsável por 31% da carteira não vida do mercado português.

O ramo Automóvel estagnou face a 2005, tendo registado uma taxa de crescimento de 0,2%. O volume de prémios que este ramo gerou em 2006 representa 48% do mercado segurador não vida português.

O ramo de Incêndio e Outros Danos em Coisas manteve o seu "peso" na carteira não vida do mercado nacional (16%). O volume de prémios manteve-se idêntico ao de 2006, tendo obtido um aumento residual de 0,1%.

Nos restantes ramos, destaca-se o comportamento dos seguros de Responsabilidade Civil, que, após uma regressão de 1,5% em 2005, aumentou, em 2006, 0,6% o seu volume de prémios.

A Real Seguros

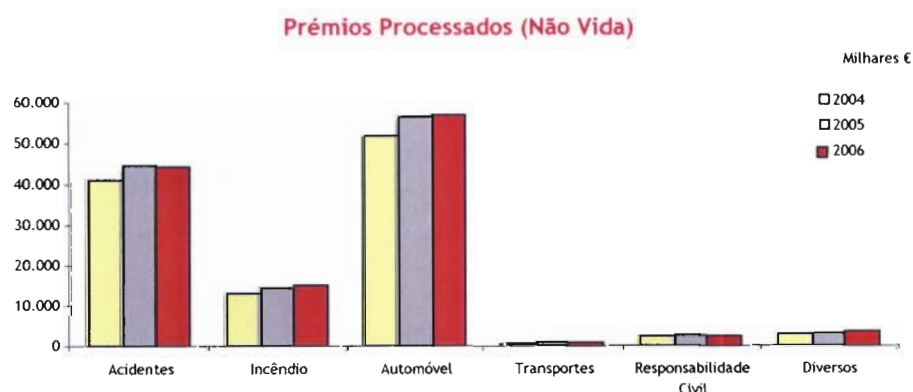
A produção total directa da Real Seguros S.A. ultrapassou os 123.500 milhares de euros, o que traduz um crescimento de 1,1% face a 2005, valor este superior ao registado pelo mercado (0,9%).

O crescimento do ramo automóvel foi, em 2005, de 1,8%.

O volume de prémios de seguros de Acidentes e Doença decresceu 0,9%, continuando, no entanto, a representar um terço da carteira não vida da Real.

O ramo de Incêndio e Outros Danos em Coisas obteve um crescimento superior à média da carteira da companhia, tendo evoluído 4,6%.

A Real Seguros, S.A. atingiu, em 2006, 2,9% de quota de mercado Não Vida. Este último ano perfaz o quinto com ganhos de quota de mercado. De notar, ainda, que nos últimos cinco anos a quota de mercado da companhia passou de 1,42% em 2000 para 2,85% em 2006.



Taxa de Encerramento de Sinistros (em número)

	Em Curso		Abertos		Encerrados		Tx Encerramento
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	
Acidentes e Doença	3.744	3.075	17.630	17.283	17.019	17.195	96,5%
Incêndio	832	629	4.572	3.161	4.376	3.113	95,7%
Automóvel	4.183	3.970	25.779	24.763	25.663	25.200	99,6%
Transportes	53	59	150	189	162	179	108,0%
Responsabilidade Civil	532	390	953	712	828	514	86,9%
Diversos	32	28	5	-	1	1	20,0%
Total	9.376	8.151	49.089	46.108	48.049	46.202	97,9%

Principais Indicadores de actividade da Real Seguros, S.A.

	Milhares €		Var %
	2006	2005	
Activo líquido	190.926	166.762	14,5%
Prémios processados ^{'''}	123.584	122.212	1,1%
Situação líquida	39.041	33.022	18,2%
Resultados líquidos	7.261	6.900	5,2%
ROE	22,8%	26,8%	-

^{'''} A aplicação da IFRS 4 não provoca alteração no valor dos prémios processados da Real Seguros

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page.

Crédito Especializado

BPN Crédito IFIC

No seguimento do projecto elaborado para 2006, a BPN Crédito continuou a fazer a abordagem ao mercado por tipo de actividade, ou seja, Financiamento Automóvel, Locação Imobiliária e de Equipamentos e Factoring.

Abordagem dos diversos mercados

Financiamento Automóvel

Torna-se importante começar por analisar o comportamento do Mercado Automóvel em Portugal, para melhor compreender as performance e tendências do crédito especializado auto, nomeadamente o Crédito e a Locação.

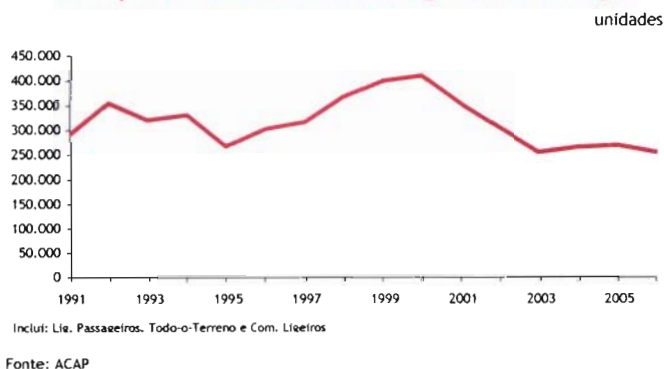
Vendas de Automóveis em Portugal

	unid. vendas		
	2006	2005	Δ %
Automóveis Ligeiros de Passageiros *	194.684	206.484	-5,7%
Veículos Comerciais Ligeiros	64.489	66.638	-3,2%
Total de Ligeiros	259.173	273.122	-5,1%
Veículos Comerciais Pesados **	5.985	5.344	12,0%
Total de Mercado Automóvel Novos	265.158	278.466	-4,8%

* Inclui: Todo-o-Terreno ** Inclui: Autocarros

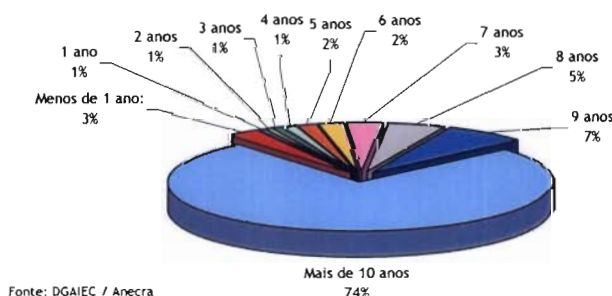
Após um período de ligeira recuperação, o mercado de veículos ligeiros novos voltou a ter uma queda, situando-se ao nível das vendas de 2003. Este mercado teve uma quebra face ao período homólogo, de 4,8%, consequência de uma queda nos veículos ligeiros de 5,1%, mas compensada pelo novo crescimento dos veículos comerciais pesados, que em 2006 foi cerca de 12%.

Evolução da Venda de Veículos Ligeiros em Portugal



Em contra ciclo com o mercado dos veículos novos, verificou-se um novo crescimento nas viaturas importadas, que cada vez mais alimentam o mercado nacional de viaturas usadas. Estas importações deveriam levar a um mais rápido rejuvenescimento do parque automóvel nacional, mas a carga fiscal existente, tal como a isenção do IVA pela idade dos veículos, leva a que mais de 80% dos veículos importados tenham idades superiores a 9 anos.

Idade dos Ligeiros de Passageiros Usados em 2006



[Handwritten signature]

Crédito ao Consumo Automóvel

Com o mercado de viaturas usadas a crescer e a terem um peso cada vez maior na venda de veículos automóveis, o produto crédito ao consumo vai tendo cada vez mais relevo na área do financiamento automóvel. Em 2006 registou um crescimento na ordem dos 11%.

Locação Automóvel

Apesar da quebra do mercado automóvel (ligeiros passageiros e mercadorias) superior a 5%, o mercado de locação apresentou um crescimento perto dos 2%. Este crescimento é consequência de um maior dinamismo das empresas do sector.

Locação Imobiliária

Apesar da crise instalada no sector da construção civil, este segmento de mercado continua a crescer, embora agora com um ritmo mais lento do que em 2005, mas ainda com valores significativos, na ordem dos 19% em 2006.

Locação de Equipamentos

Apenas em 2006, a Associação separou a locação de Veículos Pesados da Locação de Equipamentos, pelo que para comparação com 2005, ainda consideramos os dois produtos apenas num tipo de Locação.

O ano de 2006 foi novamente marcado por uma forte subida na Locação de Equipamentos, com um valor na ordem dos 19%, à qual não podemos dissociar o crescimento de 12% que a venda de veículos pesados teve neste ano.

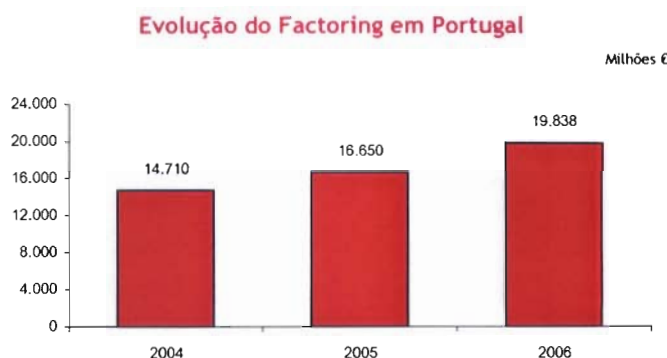
Crédito Lar

Depois de um forte crescimento em 2005, este mercado teve um ano de 2006 bem mais calmo, registando um crescimento de apenas 6,5%. Para este menor desempenho contribuíram por certo o aumento das taxas de juro e o endividamento das famílias.

Factoring

Depois do crescimento verificado em 2005 (13,2%) e evolução verificada no último exercício e, fundamentalmente, a performance global obtida no ano em apreço e que agora terminou, põs em evidência que a actividade de factoring em Portugal é, claramente, um produto financeiro em franco desenvolvimento e que merece, e tem merecido, a aposta dos principais interlocutores do mercado financeiro nacional.

Em 2006, o mercado nacional de factoring foi responsável por um valor total de créditos tomados de 19.838 milhões de euros, o que representa, se comparado com o ano transacto, um crescimento de cerca de 16%, bem superior à evolução económica. Nos últimos três anos a evolução foi a seguinte:



A liderança do sector mantém-se na mão de duas operadoras financeiras, com respectivamente 31% e 18% de um mercado global que libertou em 2006, 181 Milhões de euros de proveitos totais (juros + comissões).

No entanto, uma destas operadoras continua a evidenciar a sua maior preferência pelo volume, não conseguindo a mesma liderança no que respeita ao nível de proveitos totais e eficiência comercial apurada na base: Quota de Prov. Totais/Quota Créditos Tomados.

Actividade Desenvolvida

Financiamento Automóvel

O financiamento automóvel continuou a ser uma aposta estratégica da BPN Crédito, tendo em 2006 sido efectuados 14.678 contratos, num valor superior a 190 Milhões de euros, representando um crescimento perto dos 19%, bem acima da evolução global.

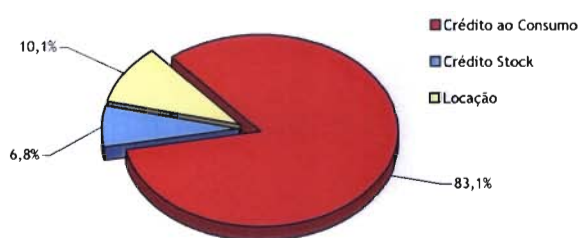
Distribuição do financiamento automóvel por produto

Tirando partido da oportunidade criada pelo mercado com o crescimento da venda de viaturas usadas, o crédito ao consumo aumentou o seu peso no financiamento automóvel na BPN Crédito, situando-se agora acima dos 69%.

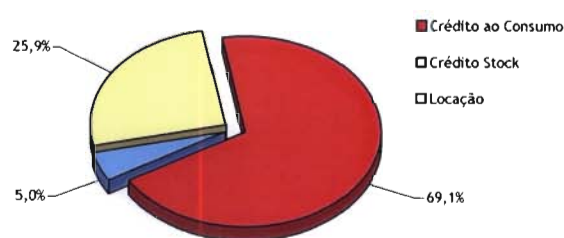
O Crédito Stock representou 5% do total da produção auto, progredindo em linha com o financiamento aos utilizadores finais.

A Locação Auto, embora também tenha apresentado um ligeiro crescimento face a 2006, perdeu peso na relação do financiamento automóvel dentro da BPN Crédito, representando agora cerca de 26% do negócio.

Financiamento Automóvel por Produto (nº contratos)



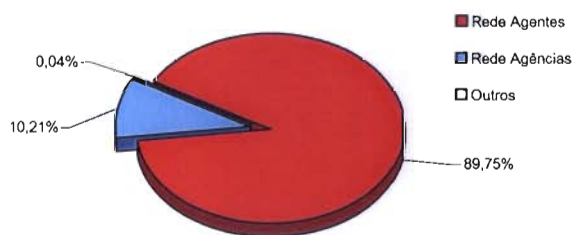
Financiamento Automóvel por Produto (valor financiado)



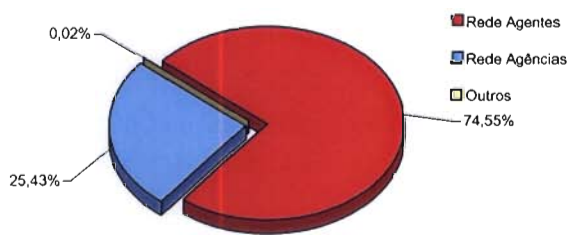
Distribuição do financiamento automóvel por redes de negócio

O crescimento do negócio auto teve por base a Rede Agentes, que assim aumentou o seu peso para 89,75%, enquanto a rede banco se fixou em 10,21%.

Distribuição por Redes de Negócio (nº contratos)



Distribuição por Redes de Negócio (valor financiado)

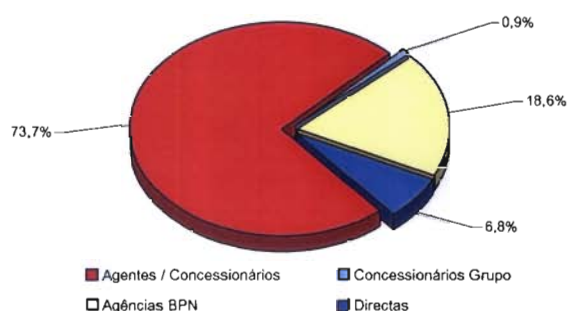


Financiamento automóvel por Canais de Angariação

Acompanhando o peso do crédito ao consumo no financiamento automóvel, também os Agentes Auto/Usados, e os Concessionários, têm uma maior importância neste tipo de financiamento (73,7%).

As Agências BPN representam 18,6% do financiamento automóvel feito na Empresa, e os Concessionários do Grupo BPN 0,9%.

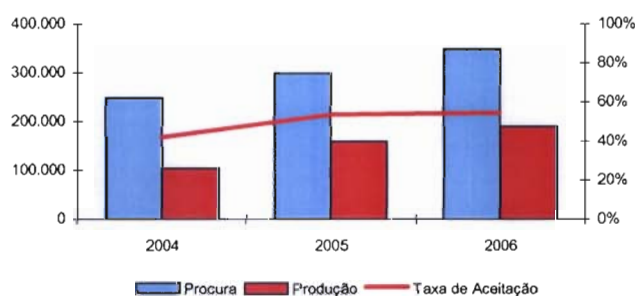
Distribuição por Canais de Angariação (valor financiado)



Procura / Produção

O controlo do risco continua a ser a trave mestra do sucesso na BPN Crédito. A taxa de aceitação subiu 1% face ao ano anterior sem ter prejudicado os já excepcionalmente baixos níveis de crédito vencido, graças à qualidade do serviço que se presta e à criteriosa escolha dos nossos parceiros de negócios.

Procura / Produção



Leasing Imobiliário

Com um ligeiro crescimento em termos de valor financiado, a locação Imobiliária continua a ser estratégica para a BPN Crédito, pelas características do próprio negócio, que dão sustentabilidade à carteira.

O seu peso no volume total de negócios da Empresa, fixou-se em 18,9%.

	Milhares €		
	2006	2005	Δ %
N.º Contratos	152	154	-1,3%
Valor Financiado	38.697	32.532	19,0%

Leasing de Equipamentos

Esta actividade é desenvolvida em exclusivo pelo Banco, quer na rede de Agências quer na rede Empresas, e apresentou uma evolução bastante favorável em relação ao ano transacto.

Este crescimento só foi possível graças ao empenho de todos os colaboradores BPN e teve na colocação dos NetPay junto dos seus clientes, associados a um contrato de Locação, um precioso auxílio.

	Milhares €		
	2006	2005	Δ %
N.º Contratos	8.542	1.224	597,9%
Valor Financiado	58.004	31.578	83,7%

Crédito Lar

De forma a dar um novo dinamismo a este produto, em meados de 2006 foi relançado o negócio Lar.

Em 2006, a Empresa realizou 3.493 contratos lar, num total de 4 Milhões de euros.

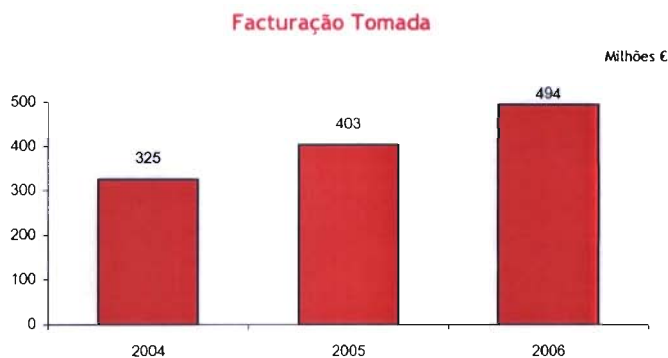
Factoring

O exercício de 2006 decorreu de uma forma muito positiva, tendo sido obtido um valor global de facturação tomada de 494 Milhões de euros, facto revelador do esforço, dedicação e atenção da rede comercial do BPN por este produto financeiro, que com o crescimento da produção em quase 23%, se posiciona bem acima dos 16% apurados no sistema financeiro.

Esquemáticamente a evolução da actividade desenvolveu-se da seguinte forma:

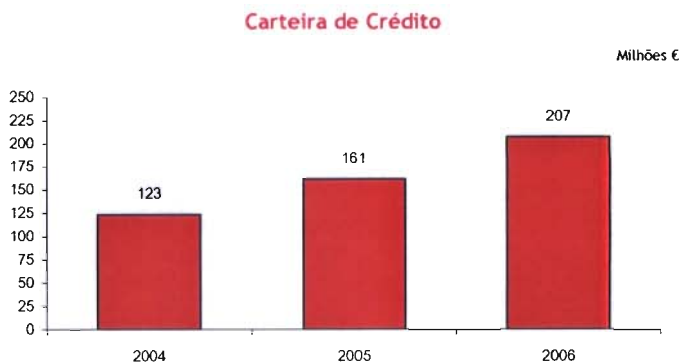
	Milhões €		
	2006	2005	Δ %
Facturação Tomada	494	403	22,6%
Proveitos (Juros + Comissões)	6	5	20,8%
Carteira de Crédito	207	161	28,6%

Em termos acumulados, nos últimos 4 anos, a facturação tomada ascendeu a 1.500 Milhões de euros, tendo libertado para o Grupo cerca de 18,1 Milhões de euros de proveitos brutos.



As nossas expectativas apontam para um crescimento no próximo exercício de 10%, considerando que, segundo a nossa sensibilidade, a retracção do investimento publico terá uma forte influência neste produto.

A boa performance da carteira de crédito é sustentada pelo apreciável nível de crescimento de contratos, cujo número praticamente duplicou em dois anos, atingindo, no final de 2006, cerca de 450 contratos activos.



[Handwritten signature]

Principais Indicadores de actividade do BPN Crédito IFIC

	Milhares €		Var. %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	671.042	584.525	14,8%
Crédito a Clientes	624.161	541.659	15,2%
Resultados Líquidos	10.220	9.917	3,1%
ROE	13,7%	13,7%	-

Corretagem

Fincor

O ano de 2006 foi para o Grupo Fincor SGPS um ano de consolidação, após a reestruturação iniciada no ano anterior. O processo de reestruturação foi completado no início de 2006, e foi com grande satisfação que o Conselho de Administração constatou que já este ano foi possível obter um resultado positivo, invertendo os sucessivos prejuízos registados nos anos anteriores.

A Fincor Corretora, mercê da política de reorganização da empresa já iniciada no anterior exercício, conseguiu ao longo de 2006, uma assinalável intensificação da sua actividade comercial, com resultados bastante positivos. O reposicionamento estratégico da Corretora, bem como o estreitamento das relações entre a Fincor Corretora e a respectiva rede de Lojas, a par da modernização de processos e procedimentos, contribuiu em larga escala para o sucesso comercial verificado.

A reorganização antes referida, teve no plano tecnológico um grande suporte graças à nova ferramenta de gestão de BackOffice, que entrou em produção no quarto trimestre de 2006. Integralmente adaptado às necessidades actuais e futuras da Fincor, o investimento efectuado numa plataforma sólida e versátil, dotará a Corretora dos meios necessários a um significativo incremento da qualidade dos seus serviços.

Tendo como objectivo o alargamento e fidelização da sua base de Clientes, foi também conduzido pela empresa um processo de disponibilização de novos produtos de investimento em mercados de capitais, com especial enfoque na área de produtos derivados, que se prevê concluído no 1º quadrimestre de 2007.

Merecedora da confiança de uma franja relevante do mercado e presença constante nos lugares cimeiros do ranking das corretoras, a Fincor perspectiva 2007 como um ano de consolidação e reforço dos resultados financeiros.

Principais Indicadores de actividade da Fincor, SGPS, S.A.

	Milhares €		Var. %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	39.177	17.633	122,2%
Resultados líquidos	11	(231)	n.a.
Situação líquida	1.587	1.335	18,9%
Quota de mercado	7,6%	10,5%	-

Recursos Humanos

Sendo a “orientação do cliente” uma das orientações estratégicas do BPN, o ano de 2006 foi caracterizado por profundas alterações na sua rede comercial.

No sentido de ajustar o modelo de acção comercial, face à sua actual dimensão e às condições do negócio financeiro em Portugal, procedeu-se à criação de duas Direcções Centrais, uma ligada à Rede de Agências e a outra à Rede de Empresas.

Como actividade nuclear da gestão de riscos a que está sujeita a actividade financeira, foi criado o Gabinete de Compliance que tem como missão exercer de forma permanente e independente a função de Compliance, supervisionando o cumprimento e a correcta aplicação nas Empresas do Grupo das disposições legais, regulamentares, estatutárias e éticas e das recomendações emitidas pelas entidades supervisoras competentes.

Na linha e orientação da estratégia global de crescimento sustentado do BPN, adoptaram-se medidas reorganizativas e de redimensionamento de efectivos em alguns Órgãos da Instituição, de modo a conferir uma maior eficácia organizacional.

Continuou-se na prossecução de medidas que possibilitaram o aperfeiçoamento dos instrumentos de Gestão de Recursos Humanos, que de modo sustentado permitem seguir a política já iniciada e que visa o aumento das qualificações, competências e desenvolvimento dos Colaboradores, como factor chave de competitividade face às novas exigências do mercado e às alterações permanentes das variáveis do negócio.

Relativamente aos processos administrativos, deu-se continuidade ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação orientadas para a implementação de um sistema de informação de Recursos Humanos, que se encontra em fase de implementação, de acordo com os respectivos prazos que irão permitir uma gestão mais moderna, flexível e descentralizada.

Evolução do Efectivo

No final do exercício, o efectivo total era de 2699 colaboradores, tendo sido efectuadas 296 novas admissões, registando-se um saldo líquido de 129 colaboradores, o que representa uma taxa de crescimento do emprego de 5%, particularmente dos serviços centrais que cresceram 7% em detrimento da área comercial que evoluíram em 3,4%.

Os restantes elementos essenciais caracterizadores do emprego, apresentam alguma estabilidade, embora particularmente um dos factores tenha sofrido alteração sensível em relação aos últimos exercícios:

- A média etária dos Colaboradores encontra-se em 32 anos, sendo o escalão etário mais frequente de 30 a 34 anos, com 29% do total.
- A composição da população activa interna mantém a mesma proporção, repartidos entre o sexo masculino (61%) e sexo feminino (39%).
- Igualmente sem variação encontra-se o bom nível de qualificações de base dos colaboradores, 43% dos quais tem formação superior.
- Manutenção da baixa taxa de rotação de saídas excluindo as transferências inter empresas do Grupo.
- Contudo, no exercício de 2006, verifica-se um sensível agravamento no nível do absentismo que foi de 5,1%, continuando a ser fortemente influenciado por algumas situações de ausências prolongadas, tendo as ausências por doença e maternidade a sua maior representatividade.

A antiguidade média é de 8 anos, sendo que cerca de 38% do efectivo tem entre 5 e 10 anos de actividade.

Durante o ano de 2006, foram promovidos 18,5% do efectivo, num quadro em que o mérito foi o factor determinante, demonstrando a atenção que a empresa dedica à valorização profissional dos seus Colaboradores.

Procedeu-se igualmente à atribuição de prémios, com base na avaliação de desempenho tida. Este sistema de incentivos compreende regras e variáveis, não só para as equipas comerciais, mas também para as restantes Direcções/Unidades que, directa ou indirectamente, contribuem para o desempenho das redes comerciais, nomeadamente, os Órgãos dos Serviços Centrais.

Para além da atribuição dos prémios mencionados, o BPN promoveu prémios individuais para a área comercial, de acordo com os objectivos definidos em cada produto.

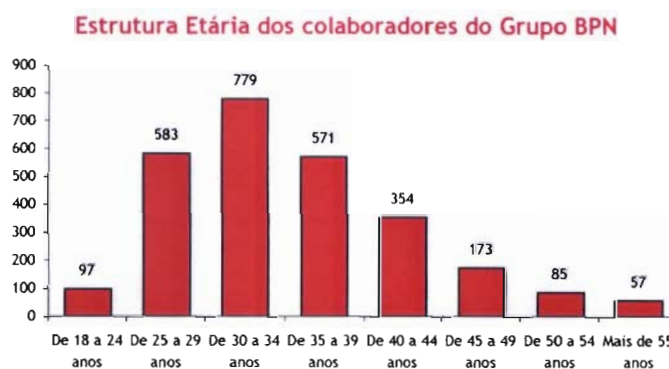
Relativamente à prestação de serviços da Medicina de Trabalho, Higiene e Segurança aos Colaboradores, continua a ser assegurada pela Empresa Unimed, salientando-se a realização de 797 exames médicos, nomeadamente:

- Exames Periódicos - 667;
- Por admissão - 128;
- Ocasionais (a pedido da Empresa) - 2

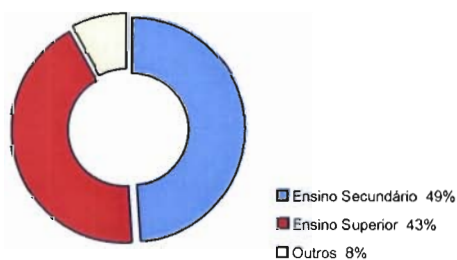


Finalmente, levámos a cabo diversas sessões de formação em Gestão de Recursos Humanos, destinadas a sensibilizar os responsáveis das áreas comerciais e chefias para a responsabilidade que lhes está cometida na sua qualidade de gestores de pessoas, fornecendo-lhes conhecimentos e informações essenciais para os apoiar no seu trabalho diário. Desta forma criamos condições indispensáveis para que a empresa responda de forma eficaz aos desafios que continuamente se apresentam.

Iremos continuar a manter uma gestão ponderada e controlada, mantendo a aposta na melhoria das competências técnicas e da inovação e na satisfação dos Colaboradores.



Nível de Habilitação Literária dos Colaboradores - Grupo BPN



Recrutamento e Selecção

De acordo com a linha de tendência dos últimos exercícios, assistiu-se a um incremento do Recrutamento Interno, motivado pela procura de novos desafios dentro da organização, favorecido pela política do Grupo BPN, em proporcionar internamente um maior número de oportunidades aos colaboradores.

Reafirma-se assim, que esta via para além de soluções mais eficazes, vem contribuindo para o reforço dos laços e da motivação dos colaboradores. A informação cada vez mais abundante e rica ao nível da formação profissional e da performance individual, permitiu ao recrutamento, melhorar a análise do perfil de competências e conhecimentos, aumentando o grau de rigor e eficácia dos processos na selecção dos candidatos.

Para além das admissões de substituição/reposição ou resultantes do crescimento orgânico dos negócios, desenvolveram-se processos de recrutamento específicos, orientados para a regularização das necessidades geradas pelos diversos projectos transversais desenvolvidos no presente exercício pelo Grupo BPN.

[Assinaturas manuais]

Finalmente o investimento no tratamento do módulo de Carreiras e Sucessões, iniciado na fase terminal de 2006 e a perspectiva futura de integração de um módulo específico para a gestão das candidaturas internas e externas, irão dar contributos essenciais nos próximos exercícios para a melhoria qualitativa no âmbito da condução dos processos de Recrutamento & Selecção.

Formação Profissional

Em termos globais, constata-se um substancial aumento do nº de participantes (20,8%) apesar de um ligeiro decréscimo de horas dispendidas com a formação profissional (-3,5%). O número de acções cresceu 30,2%, tendo os encargos com a formação diminuído em -13,1%, fruto das sistemática procura de sinergias globais e da adopção de adequadas políticas de minimização de custos aliado agora com a introdução de vários cursos na modalidade de e-learning com impacto positivo ao nível dos custos globais com a formação profissional.

No exercício de 2006 o respectivo Plano de Formação estabeleceu como prioridades o reforço do desenvolvimento de competências críticas consagradas no nosso sistema de desempenho e incremento da formação no âmbito de aperfeiçoamento técnico profissional, que se traduziu na execução de:

- Programas de Cooperação e Trabalho em Equipa e Melhoria Contínua, Inovação e Criatividade, no âmbito de desenvolvimento de competências dos colaboradores das Estruturas Centrais.
- Programas de Aperfeiçoamento ajustados as necessidades do negócio e as suas alterações, designadamente:
- Programa de Liderança e Motivação no contexto de mudança destinada ao Responsáveis Comerciais.
- Programas de melhoria de Qualidade destinado aos Administrativos da área comercial sobre Atendimento e Qualidade de Serviço e Noções elementares de Vendas.
- Execução de acções de formação técnica de âmbito interno sobre Risco Operacional, Aplicativo Acquiring, Projecto Adamastor entre outros, destacando ao nível de Produtos e Serviços a formação alargada sobre Netpay.
- Ainda em relação a reciclagem e aperfeiçoamento técnico, merece especial destaque o desenvolvimento e implementação definitiva do ensino a distância no Grupo BPN.

Em 2006 participaram nos programas e-learning mais de 560 colaboradores nas várias edições realizadas de cinco cursos técnicos, ao abrigo de um protocolo de colaboração específico, utilizando a plataforma do Instituto de Formação Bancária, nomeadamente sobre:

- Branqueamento de Capitais - Medidas de Prevenção
- Diagnóstico Económico e Financeiro de Empresas
- Produtos Bancários e Financeiros
- Direito Bancário
- O Acordo de Basileia II - Noções Fundamentais

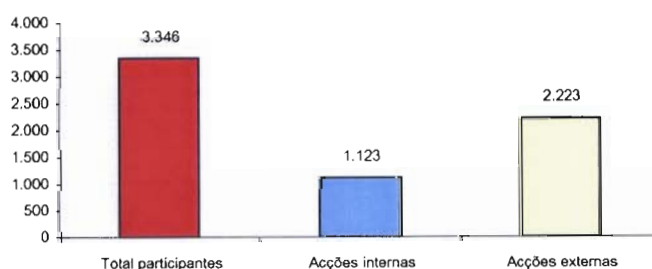
Salientamos nesta matéria, a introdução no processo de qualificação inicial de novos colaboradores de um curso de Certificação de nível I, costumizado para o BPN e destinado as pessoas sem experiência bancária.

Pelo sucesso obtido e um balanço muito positivo do planeamento e execução e sobretudo pela avaliação dos formandos e respectivas hierarquias, no próximo exercício iremos dar continuidade a esta modalidade de formação, introduzindo uma oferta formativa mais alargada com novos cursos.

- Para além dos aspectos acima referidos, demos continuidade aos demais programas de formação inicial, reciclagem e desenvolvimento de potencial habitualmente integrados no Plano Anual de Formação.
- Continuamos o trabalho já iniciado relativo a constituição da biblioteca de entidades e conteúdos formativos por forma a permitir enquadrar com mais eficácia acções para suprir os gap's diagnosticados no sistema de desempenho.

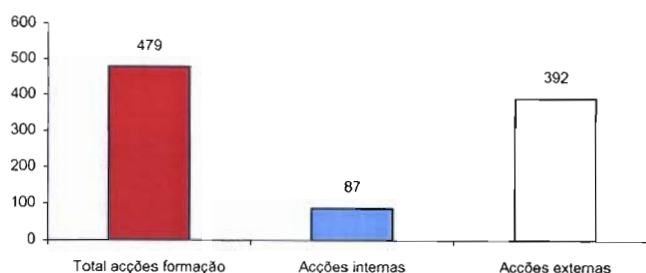
No próximo exercício, perspectiva-se o reforço e consolidação da metodologia do ensino a distância, o desenvolvimento de competências técnicas face as prioridades definidas para os negócios particularmente na criação de uma Cultura Comercial BPN e incremento da eficácia no processo de venda e a continuidade dos programas de desenvolvimento de competências transversais e específicas estabelecidas no nosso sistema de desempenho.

Participantes nas Acções de Formação - Grupo BPN

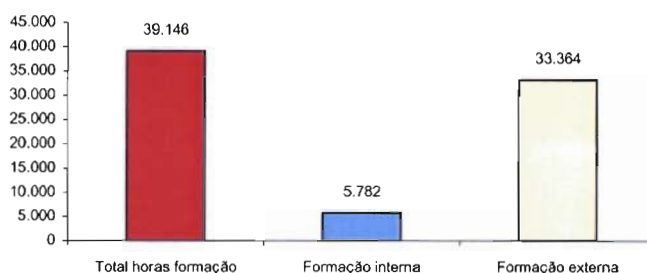


[Handwritten signatures]

Acções de Formação - Grupo BPN



Horas Dispendidas em Acções de Formação - Grupo BPN



Gestão das Avaliações e Desenvolvimento de R.H.

Conforme referido no anterior relatório, no exercício findo introduzimos novas funcionalidades no Sistema Integrado de Gestão das Avaliações, cujos resultados foram plenamente atingidos, designadamente nos seguintes aspectos:

- O Controle da execução do processo das entrevistas de avaliação, passou a ser realizado através de um mecanismo automático de auditoria informática;
- Migração automática de dados do Sistema de Informação de Gestão (SIG) para o Sistema Integrado de Gestão das Avaliações (SIGA) para registo dos objectivos quantitativos individuais da rede comercial BPN;
- Constituição no SIGA, de uma biblioteca de conhecimentos técnicos específicos por grupos funcionais, facilitando a inserção de dados e levantamento das competências técnicas por funções;
- Mecanismos mais flexíveis na gestão dos diversos Ciclos de Avaliação por empresa e/ou sector;
- Introdução de um mecanismo de registo da Avaliação Intercalar.

Com os novos instrumentos de trabalho e tratamento de informação estratégica sobre as pessoas, incrementou-se a interacção com a área do Recrutamento Interno na avaliação conjunta dos perfis dos candidatos e com a área de Formação Profissional no âmbito do diagnóstico dos gap's de competências e conhecimentos técnicos como base de preparação dos programas de reciclagem e aperfeiçoamento.

Em matéria de novos incrementos, decorreram em 2006, os trabalhos para a implementação do módulo de Carreiras e Sucessões e HRCharter - ferramenta de organização de informação estrutural sobre os RH. A evolução destes módulos dependerá do desenvolvimento dos trabalhos sobre o cadastro adequado das funções específicas e postos de chefias.

Completando o ciclo iniciado em 2004, perspectiva-se para o próximo exercício e após instalação da nova versão da aplicação da gestão estratégica de RH, a introdução de novas funcionalidades e módulos adicionais criando condições para uma sistemática dinâmica de mudança e melhoria contínua nos processos de gestão estratégica dos Recursos Humanos.

Infraestruturas e Processos

No contexto actual, nenhuma Instituição, independentemente do seu ramo de actividade, pode aspirar a crescer sem estar dotada de processos e ferramentas eficientes, que suportem esse crescimento de forma sustentada. Partindo desta premissa, é fácil perceber o nível de investimento verificado em 2006, na área de Sistemas de Informação e Tecnologias.

O ano de 2006 caracteriza-se assim, como mais um ano de grande intensidade. Prova disso é o elevado número de Projectos desenvolvidos, de entre os quais se destacam os seguintes:

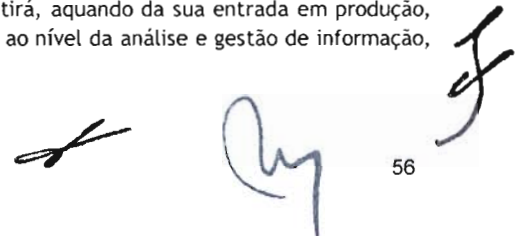
A nível transversal, o Projecto de implementação da nova Solução de “Core Banking” (Core Banking System) continua, como no ano anterior, a constituir-se como a actividade de maior relevância, quer pelo seu carácter estruturante e inovador, quer pela sua complexidade. A nova solução de Core Bancário, em implementação, permitirá criar as condições necessárias ao crescimento do negócio do BPN, reduzindo custos com operações e tecnologias, apresentando uma elevada performance e permitindo o lançamento de novos produtos no mercado, num curto espaço de tempo, entre outros benefícios.

Na área de **Canais de Distribuição** assume particular relevância:

- O Projecto “Front-End” que tem como objectivo a implementação de uma nova plataforma de “Front-End”, mais eficiente, que será implementada sob duas vertentes, ambas em curso;
 - Numa vertente, permitirá a substituição da actual aplicação de “Front-Office”, estando prevista a implementação de cerca de 100 transacções que, integradas como a actual sistema core, correspondem a aproximadamente 80% do volume total de transacções efectuadas pela Rede Comercial;
 - Noutra vertente, permitirá a disponibilização de 650 transacções totalmente integradas com a nova solução de Core Bancário, actualmente em implementação.
- O Projecto 2ª Fase de Canais Complementares, em fase final de desenvolvimento, que tem como âmbito não só a disponibilização de um conjunto alargado de novas transacções (cerca de 40), mas também a melhoria das actuais, assim como a optimização da aplicação ao nível técnico (performance, ergonomia, navegabilidade, etc.). A conclusão deste Projecto irá permitir uma maior e melhor oferta através do canal BPN interactivo;
- A conclusão da implementação da aplicação de suporte à Gestão de Promotores da Assurfinance, permitindo à Rede Assurfinance uma gestão mais eficiente dos seus promotores comerciais, quer particulares, quer do tipo Empresa;
- A conclusão do Projecto “Intranet Corporativa”, que teve como principais objectivos a implementação de toda a infra-estrutura de base à nova aplicação, a inclusão de uma ferramenta de suporte ao agendamento comercial (Programa Mais), a substituição da lista telefónica interna por uma versão melhorada e a introdução de novas funcionalidades. Com a conclusão deste Projecto, o Grupo BPN passou a dispor de um precioso instrumento de trabalho que para além de garantir o suporte a diversos processos de trabalho, permite a gestão e partilha do conhecimento dentro do Grupo.

Na área de **Crédito e Risco**, destaca-se:

- A conclusão da implementação de uma nova Plataforma de suporte aos modelos de “scoring” (CDA - Capstone Decision Accelerator, da Fair Isaac), que permite o cumprimento dos requisitos Basileia II, no IRB avançado;
- A execução das actividades conducentes à implementação da aplicação Almonde, entretanto concluída, para o cálculo do reporte da Imparidade no âmbito da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e dos reportes de Basileia II;
- A implementação de um sistema de gestão do risco operacional, permitindo ao Grupo BPN tomar consciência da exposição a esse tipo de risco e tomar medidas conducentes à sua mitigação. Foram concluídas as suas quatro fases: identificação e registo dos eventos de risco; avaliação qualitativa dos riscos previamente identificados; módulo de acompanhamento e tratamento de riscos; modelização do risco e cálculo do capital regulamentar;
- A conclusão do Projecto “Workflow de Crédito Imobiliário”, permitindo assim a utilização da ferramenta de Workflow para suporte ao tratamento deste tipo de crédito, totalmente integrado com a nova ferramenta de “scoring”;
- A conclusão da implementação de um sistema de Workflow para Gestão de Vigilâncias Especiais, que permite uma gestão mais eficiente no processo de aprovação do enquadramento dos Clientes nos diferentes graus de vigilância e a atribuição automática de graus de vigilância de acordo com critérios definidos pelo Banco;
- O desenvolvimento de uma solução de suporte à gestão do crédito vencido e à actividade de contencioso que permitirá, assim que finalizada a fase de Testes, uma gestão ainda mais eficiente deste tipo de processos;
- O desenvolvimento do “Sistema de Gestão de Grelhas de Balanço”. Este sistema permitirá, aquando da sua entrada em produção, em conjunto com a Aplicação de Notações de Risco, já em produção, uma maior eficiência ao nível da análise e gestão de informação, no que diz respeito à Análise de Risco;



- A conclusão de todo o processo de **titularização de crédito no BPN**, que engloba, em traços gerais, as funcionalidades de identificação da carteira a titularizar, sua conversão contabilística e a implementação dos respectivos processos de controlo e reporting;
- Ainda, o início em 2006 dos Projectos **“Relação Patrimonial”** e **“Workflow de Crédito para atribuição de Cartões de Crédito a Clientes particulares BPN”**, que permitirão uma gestão mais eficiente no que concerne aos dados patrimoniais dos clientes e ao processo de decisão sobre a atribuição de cartões de crédito a clientes BPN, respectivamente.

Na área de **Meios de Pagamento**, destaca-se:

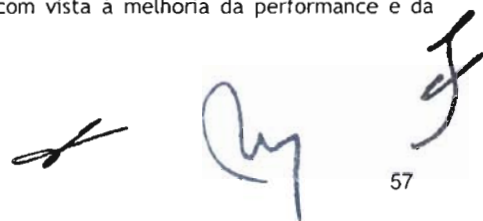
- O desenvolvimento de uma nova **Solução de Meios de Pagamento** que permitirá, quando concluída, entre outras funcionalidades, o tratamento de Cheques Pré-Datados, Cheques sobre o Estrangeiro e Efeitos, possibilitando, assim que implementada, ganhos de produtividade e uma redução de custos;
- A implementação um novo Sistema de Gestão Operacional de Cartões de débito e crédito, **“BizCard”**, constituindo uma importante mais valia nesta área de negócio;
- O desenvolvimento e entrada em produção de um sistema de Workflow para suporte ao processo de Proposta de Adesão a Cartões **“Co-Branded”** totalmente integrado com a componente de Gestão de Cartões (Bizcard), o que constitui uma importante mais valia para a Rede NetPay;
- A construção e disponibilização da plataforma de **Call Center NetPay**, que permite a Gestão de Contactos de modo eficiente, interligando-se com a plataforma de Issuing (Bizcard) e a Aplicação de suporte ao Workflow de Cartões Co-Branded. Esta plataforma possibilita ainda a eventual deslocação dos operadores para outros locais físicos sem custos adicionais ao nível da infra-estrutura;
- A inclusão de novas funcionalidades no sistema de **Workflow de Tratamento e decisão Netpay**, como sejam a diferenciação de preçário por tipo de actividade, “brand” e entidade, o suporte ao processo de adesões mistas (solicitação de dois tipos de TPA’s), o módulo de gestão de Stock’s, entre outras;
- O início, no último trimestre de 2006, do Projecto **“Monitorização de POS’s e ATM’S”**, cujo objectivo passa pela implementação de uma Solução que permita uma gestão eficiente destes equipamentos através da disponibilização de um conjunto de informação de gestão. Além desta componente também serão implementados os módulos de “gestão de anomalias” e de “falhas/sobras”.

Na área de **Estrangeiro e Mercados**, releva-se:

- O Projecto **“Miner”**, cujo objectivo passa pela substituição das aplicações de Back-Office de Mercados - SIM, CAF, MM e Gestão de Activos por um Sistema único, permitindo sinergias neste âmbito e a inclusão de novas funcionalidades como o tratamento de derivados e futuros. Em 2006 foi desenvolvido e colocado em produção o módulo que substitui o Aplicativo SIM, utilizado pela Fincor;
- A reestruturação da solução **Kondor** que, através do “upgrade” efectuado às máquinas e aos sistemas, possibilitou um aumento de performance bastante significativo.
- O desenvolvimento da Aplicação de **“Créditos Documentários de Exportação”**, que resulta da necessidade de efectuar a gestão do ciclo de vida de um Crédito Documentário de Exportação com base numa solução informática, prevendo-se a sua entrada em produção brevemente;
- A conclusão do Projecto **“Informação para a Direcção Internacional”** que, centralizando numa única Aplicação toda a informação relacionada com operações internacionais e Bancos correspondentes, constitui uma mais valia significativa para esta área de negócio;

Na área de **Contabilidade e Reporte** importa referir:

- O início do Projecto de **substituição da Solução de Contabilidade** por uma nova (“Millenium”) que garantirá a integração com o novo sistema de Core Banking e que constituirá uma mais valia efectiva para esta área de actividade;
- A conclusão da 1ª fase do Projecto **Sistema Anti-Branqueamento de Capitais**, tornando possível, ainda em 2006, a filtragem “off-line” das Bases de Dados de Clientes contra as listas internacionais, de forma automatizada. Desta forma, o BPN passa a dispor de uma ferramenta que lhe permite garantir a manutenção e reforço da confiança pública e reputação do Grupo BPN, através da minimização do risco de envolvimento involuntário com entidades praticantes de actividades de branqueamento de capitais e assegurando, ao mesmo tempo, o cumprimento da legislação em vigor sobre este tema;
- O desenvolvimento de um alargado número de novas transferências gerais adaptadas para interagir com o novo módulo de ligação ao preçário do Banka, permitindo a periodificação das comissões de acordo com o critério e o tipo de cálculo seleccionado, respondendo às exigências do **Custo Amortizado** no âmbito da aplicação das IAS/IFRS;
- A implementação de uma nova versão da **Aplicação Corona**, o upgrade aos servidores de suporte, a realização de uma reengenharia dos processos de interligações com outras aplicações e o expurgo de dados históricos, com vista à melhoria da performance e da qualidade de serviço.



Na área de **Recursos Humanos** destaca-se:

- O Projecto “**Novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos**”, actualmente em fase de desenvolvimento, que tem como objectivo substituir a actual aplicação, introduzindo e reforçando as suas valências, como sejam a autonomia no acesso à informação, a possibilidade de ter uma visão integrada dos colaboradores, a integração com outros sistemas, entre outras;
- A implementação de uma **plataforma de E-Learning**, do Instituto de Formação Bancária, tornando possível, aos colaboradores, ainda em 2006, a frequência deste tipo de cursos a partir do seu posto de trabalho, reduzindo custos em deslocações, estadias e outros.

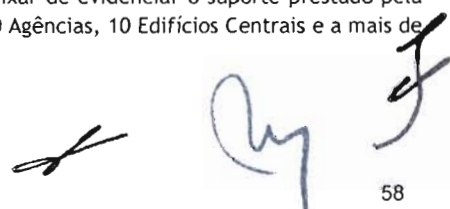
Ao nível da **Infra-Estrutura Aplicacional** evidencia-se:

- A implementação de uma **plataforma de gestão documental** que garante a gestão eficiente ao nível dos processos com base documental. Garantindo, actualmente, o suporte à componente de “Acquiring”, constitui a base para a inclusão de vários processos da mesma natureza. Nesse sentido foram desenvolvidas as actividades conducentes à inclusão dos processos de conta à ordem e crédito, actualmente em curso, aos quais se seguirão as relacionadas com os processos de facturação de fornecedores e contratos do BPN interactivo;
- Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projecto de implementação de um novo “**Middleware**”. A implementação desta nova infra-estrutura técnica de suporte aos diversos canais e a vários ambientes centrais, baseada em tecnologia Microsoft, permitirá, assim que concluída, uma maior simplicidade e fiabilidade ao nível da integração entre as múltiplas aplicações, sendo caracterizada pela sua elevada escalabilidade e alto desempenho;
- A conclusão da migração do SWIFT Alliance Entry para o **SWIFT Alliance Access**, possibilitando assim uma gestão mais eficiente do tráfego de mensagens Swift e respectivo “routing” para os Bancos do Grupo BPN (BPN, Banco Efisa, BPN Cayman e BPN IFI). A instalação desta nova versão garante, também, a compatibilidade com as previsíveis alterações que a SWIFT irá introduzir neste sistema.

Por último, ao nível da **Infra-Estrutura Tecnológica** destacam-se as seguintes realizações:

- A conclusão do Projecto “**Renovação do Parque Informático dos Edifícios Centrais**”, que permitiu actualizar e adequar o parque tecnológico às novas necessidades de negócio, ao nível do Hardware e Sistemas Operativos;
- A actualização tecnológica efectuada aos **Sistemas Centrais (AS/400 e RS6000)**, permitindo assim responder às necessidades actuais e futuras (2/3 anos) do Grupo BPN e acarretando consigo um conjunto de benefícios significativos, como sejam:
 - O aumento da disponibilidade global do sistema;
 - A melhoria da performance em todos os aplicativos;
 - A diminuição dos tempos de resposta do sistema;
 - A capacidade para responder ao aumento do número de clientes e transacções e
 - A diminuição dos custos de manutenção.
- A conclusão do Projecto de **Reestruturação e Consolidação da Infra-Estrutura de Segurança**, tendo-se procedido à consolidação das Firewalls e ao “upgrade” das versões existentes, o que permite uma maior eficácia na protecção das aplicações e respectivas infra-estruturas;
- A implementação da **ferramenta Websense**, que possibilita a filtragem e bloqueio automáticos, na Internet, de sítios desenquadrados com a actividade profissional e permite, ao mesmo tempo, um controlo efectivo do tráfego Internet por estrutura orgânica e por utilizador;
- A conclusão do processo de **Consolidação dos Ambientes de Desenvolvimento**, tendo - se reduzido para 1/5 o número de servidores utilizados, o que permitiu uma redução de custos (em Hardware e Software), obtendo-se, ao mesmo tempo, melhorias ao nível da manutenção e flexibilidade da infra-estrutura de desenvolvimento;
- A adopção de uma **nova plataforma de Backup´s (Tivoli)** que, tendo sido implementada, permitiu uma racionalização de custos neste âmbito;
- A implementação de uma ferramenta segura de transferência de ficheiros entre sistemas (**Connect Direct**), que permite a automatização dos processos de FTP já existentes no BPN, aumentando assim a segurança e produtividade deste processo, transversal a todas as Aplicações e Sistemas;
- A reestruturação da toda a solução de **MQ Series** (Ferramenta para execução de toda a comunicação transaccional entre sistemas), que permitiu dotá-la de uma maior robustez, fiabilidade e redundância;
- Ao nível da **comunicação de dados** foram contratadas um conjunto de condições técnicas bastante mais favoráveis, permitindo um incremento da performance e da qualidade dos serviços, através do aumento de larguras de banda e da adopção de uma infra-estrutura tecnológica muito mais avançada, assente em telefonia IP.

Como o crescimento do negócio também implica a manutenção do actual, não podemos deixar de evidenciar o suporte prestado pela Direcção de Sistemas de Informação e Tecnologias (DSIT) a mais de 2.500 colaboradores, 200 Agências, 10 Edifícios Centrais e a mais de 90 aplicações.



Aprovisionamento, Logística e Instalações

No âmbito do Aprovisionamento e Logística, o ano de 2006 caracterizou-se pela continuação do programa de automatização e melhoria do controlo de processos, com ganhos adicionais ao nível da eficiência interna.

O processo de aprovisionamento do Grupo BPN está neste momento apoiado numa solução informática global que assegura o tratamento integrado das tarefas de requisição, encomenda, contabilização e pagamento de bens e serviços, através do qual tem sido permitida uma crescente racionalização de recursos. Por outro lado, as melhorias introduzidas ao nível das funcionalidades relativas à extracção de informação de gestão permitiram otimizar significativamente os processos de planeamento e de execução de compras.

Ao nível dos Equipamentos Administrativos, durante o ano de 2006 concluiu-se a 1ª fase do processo de instalação de Equipamentos Multifuncionais nas Agências mais antigas do BPN e em alguns dos Serviços Centrais de Empresas do Grupo, substituindo-se, em cada caso, um conjunto de equipamentos diversos por um equipamento Multifuncional (equipamento que centraliza as tarefas de Impressão e Cópia e o envio e a recepção de documentos via Fax). O processo de instalação de equipamentos multifuncionais irá continuar no ano de 2007, quer de forma activa onde os ganhos de eficiência o exijam, quer à medida que os equipamentos administrativos das unidades de serviço se vão mostrando obsoletos.

Relativamente aos processos de Impressão e de Finishing de documentos a enviar para os Clientes das Instituições do Grupo BPN (Projecto ODD), foi dada continuidade à implementação de uma solução de Outsourcing que assegura, relativamente aos fornecedores externos, uma maior rapidez, flexibilidade e autonomia na execução destas tarefas. Após uma fase inicial que envolveu a Impressão e o Finishing de alguns documentos do BPN, do Net Pay e da Fincor, foram lançadas novas fases, que contemplaram um alargamento do tipo de documentos incluídos neste sistema, estando a ser preparada a inclusão, em 2007, de outras empresas do Grupo. Por outro lado, assegurou-se que a solução implementada, para além da disponibilização imediata dos documentos a imprimir em cada momento, permite, se necessário, a sua nova disponibilização em momentos futuros, quer ao nível do home-banking, quer da intranet do Grupo.

Ainda no âmbito do Aprovisionamento e Logística, e tendo em vista melhorar significativamente quer a qualidade dos serviços prestados, quer a proximidade entre os utilizadores internos e os serviços centrais, foi desenvolvido no âmbito da Intranet Corporativa um aplicativo que permite a requisição e a gestão de pedidos ao nível dos equipamentos administrativos (resolução de avarias, pedidos de manutenção, pedidos de consumíveis, etc.) e de serviços diversos (correio, limpeza, carimbos, etc.). Este aplicativo assegura o envio, o encaminhamento e a recepção automática de pedidos dos diversos utilizadores, assim como a consulta do seu estado de resolução e a extracção de informação de controlo e de gestão.

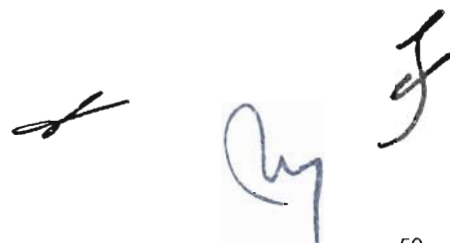
No que se refere à área de Instalações, deu-se continuidade, em 2006, ao esforço de modernização e de melhoria das instalações das Agências mais antigas do BPN, através da realização de obras de conservação e reparação, assim como de manutenção preventiva e correctiva quer das Agências em geral, quer das instalações dos Serviços Centrais.

Sistemas de Controlo e de Gestão de Custos e Investimentos

Sob uma linha de orientação geral que exige a prestação pelo Grupo BPN de um nível de serviço cada vez mais elevado, ao mais baixo custo de produção, tem sido desenvolvido ao nível das Instituições do Grupo um sistema visando o conhecimento detalhado dos custos gerais administrativos e o estabelecimento de uma base que permita uma avaliação objectiva da performance e da contribuição das unidades de serviço para os resultados globais.

Nesta perspectiva, foram introduzidos no ano de 2006 novos procedimentos quer ao nível das aplicações informáticas, quer do tratamento administrativo da realização de despesas, que permitiram melhorar significativamente o conhecimento sobre os gastos gerais das diversas Empresas do Grupo BPN. Procedeu-se, ainda, no caso específico do BPN e do BPN Serviços ACE, à recolha e tratamento de informação relativa a Projectos desenvolvidos por cada área funcional, bem como à recolha de indicadores relevantes da actividade desenvolvida.

Esta melhoria significativa da informação sobre a performance e os gastos gerais das unidades de serviços internos, tem vindo a permitir a identificação de situações de menor eficiência na utilização de recursos ou no desempenho dos serviços e a tomada de medidas pontuais ou estruturais de correcção das mesmas.



Projecto Basileia II

Em Junho de 2006, o Acordo Basileia II foi transposto para a Legislação Comunitária, através da publicação da nova Directiva de Adequação de Capital (Capital Requirements Directive - CRD), repartida nas Directivas 2006/48/EC e 2006/49/EC. Em Portugal, no fim de 2006, estava em curso a elaboração de Legislação Nacional baseada na CRD, a qual deverá ser promulgada no decorrer do primeiro semestre de 2007.

Assim, ao longo do exercício transacto, o Grupo BPN foi adoptando um conjunto de medidas no sentido de preparar-se para as alterações regulamentares previstas e colocar as instituições financeiras do Grupo ao nível das best practices internacionais nos vários processos de Gestão de Risco.

Neste sentido, é importante destacar os desenvolvimentos entretanto realizados na implementação de uma infra-estrutura tecnológica que vai permitir fazer a ligação entre a Gestão de Risco e o processo de cálculo dos requisitos de fundos próprios e reporte institucional, de acordo com os três Pilares de Basileia II.

Após avaliação da adequação das práticas do Grupo BPN às exigências do Acordo de Basileia II, o Conselho de Administração deliberou a adopção da seguinte metodologia de abordagem de Basileia II:

- No que diz respeito ao **Risco de Crédito**, o Banco Português de Negócios, o Banco EFISA e o BPN Crédito, deverão utilizar o método padrão (Standardised Approach);
- Quanto ao **Risco Operacional**, as entidades jurídicas do Grupo BPN irão adoptar, numa primeira fase, o método avançado (Advanced Measurement Approach - AMA);
- Por fim no que diz respeito ao Risco de Mercado, o Grupo deverá utilizar o método padrão.

Risco de Crédito

Durante o ano de 2006, foi dada continuidade ao processo de desenvolvimento de Modelos de Risco para cada segmento da carteira de crédito, de acordo com as regras e classes de activos de Basileia II.

Está implementado um novo Modelo de Scoring para o segmento de Crédito Habitação, e estão a ser implementados Modelos para outros segmentos de Retalho (nomeadamente: Pequenos Negócios, Crédito Automóvel - Novos, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Crédito Consumo Lar) que deverão estar em pleno funcionamento ao longo de 2007. Estes Modelos já possuem associadas PD (Probability of Default), de acordo com as exigências de Basileia II.

Paralelamente, mantêm-se como objectivos importantes:

- A estimacão de LGD (Lost Given Default) e de EAD (Exposure at Default) com base nos Modelos de Risco;
- A melhoria da eficácia dos processos de recuperação e cobrança de créditos;
- A adequação do sistema de gestão de garantias e colaterais aos requisitos de mitigação do Risco de Crédito.

A implementação deste conjunto de medidas visa dotar o Grupo BPN dos instrumentos necessários para que, num horizonte próximo, se possa assumir a candidatura ao método avançado de notações internas (Internal Rating Based Approach Advanced - IRB Advanced), o que permitirá uma gestão mais eficiente dos capitais próprios.

Risco Operacional

No âmbito da estratégia de reforço dos sistemas de gestão do risco, encontra-se em curso um projecto iniciado em 2004, que visa dotar o Grupo com um sistema evoluído de gestão de risco operacional, em conformidade com as melhores práticas.

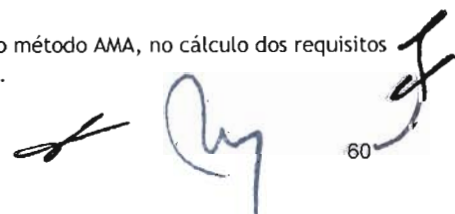
Assim, em 2006 concluiu-se o desenvolvimento dos módulos informáticos de suporte ao sistema de gestão do risco operacional e iniciou-se a última fase do projecto, visando a modelização dos dados e o cálculo dos requisitos de capital. Esta última fase é assegurada com a colaboração de uma prestigiada empresa internacional de consultoria.

Actualmente, o sistema abrange cerca de 900 colaboradores, dos quais 73 com o perfil de aprovação e 29 Coordenadores Locais de Risco Operacional. Com base nos cerca de 1500 eventos de risco operacional certificados, foram elaborados os primeiros relatórios sobre o risco operacional no Grupo e recomendações para a sua mitigação.

No final de 2006, o BPN foi admitido na ORX (Operational Risk Exchange), um consórcio actualmente composto por trinta e cinco bancos europeus e norte-americanos, com o objectivo de aceder a dados externos para inclusão nos modelos estatísticos.

Esta associação é também um dos mais importantes fóruns de discussão sobre o risco operacional. O BPN tem estado activamente envolvido na actividade desta Associação, participando no grupo de trabalho "Definitions Working Group", que visa a definição das fronteiras do risco operacional e a criação de standards comuns para todos os Bancos.

Em 2006, o BPN apresentou a sua candidatura informal ao Banco de Portugal para a utilização do método AMA, no cálculo dos requisitos de capital, contando apresentar a candidatura formal no decorrer do primeiro semestre de 2007.

Handwritten signatures and the number 60.

A Gestão do Risco no Grupo BPN

Riscos de Mercado

Introdução

O actual desenvolvimento, dinamismo e complexidade dos mercados financeiros, associado às exigências do novo Acordo de Basileia II, requerem que todas as Instituições Financeiras, nomeadamente os Bancos, estejam dotadas de mecanismos que lhes permitam de forma eficaz e em tempo útil, medir, monitorizar e controlar os riscos resultantes, quer da sua actividade de banca tradicional, quer da actividade inerente às suas carteiras de negociação.

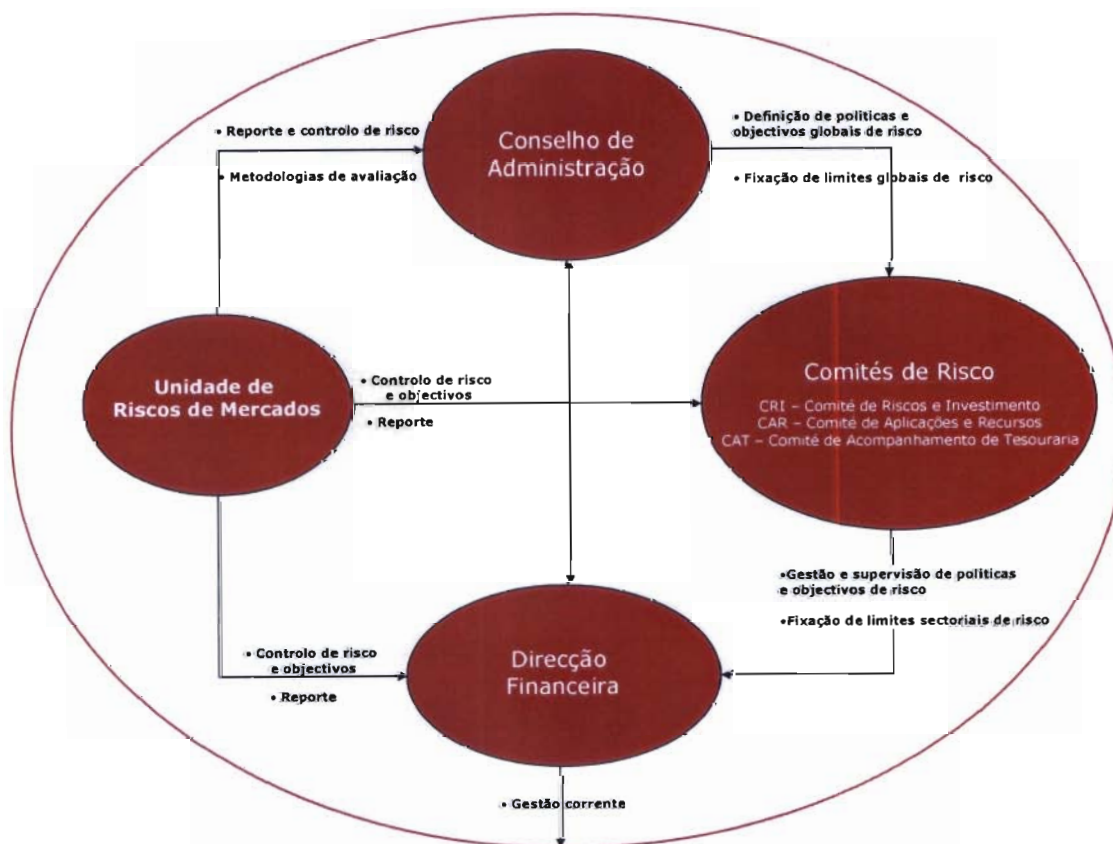
Os riscos decorrentes da variação nos preços dos activos e passivos a que uma determinada carteira está sujeita, bem como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos de curto prazo são geralmente designados por Riscos de Mercado.

Neste âmbito, o BPN tem vindo a implementar, no decorrer dos últimos anos, uma estrutura organizacional que transporta o grau de controlo e gestão dos riscos de mercado para níveis adequados à sua realidade e exigências. Partindo do Conselho de Administração a definição das políticas globais de risco e seus objectivos, chegou-se a uma estrutura onde a segregação de funções e os controlos interagem, resultando no que podemos considerar um modelo moderno e adequado à evolução que pretendemos do nosso Banco nestes domínios.

Organização interna

A definição das políticas e objectivos globais de risco são da competência do Conselho de Administração.

A sua implementação é realizada através de uma estrutura organizacional, que prima pela segregação de funções em órgãos de supervisão interna, de reporte e de gestão.



Compete à Direcção Financeira do BPN, realizar a gestão corrente dos riscos de mercado (Taxa de Juro, Cambial e Liquidez), no âmbito das carteiras de negociação que obedecem aos limites de exposição estabelecidos pelo Conselho de Administração e na execução das estratégias de cobertura dos riscos de mercado da carteira bancária, que são definidas no domínio dos Comités de Risco.

Os comités de risco são presididos por órgãos da Administração (CEO ou CFO) e integram também quadros directivos de primeira linha das áreas directamente relacionadas com os riscos de mercado:

- Comité de Aplicações e Recursos (CAR);
- Comité de Risco e Investimentos (CRI);
- Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT).

No âmbito destes comités é supervisionada a aplicação pelas áreas de gestão de risco, das metodologias e limites estabelecidos para os riscos de mercado, com especial enfoque para o Risco de Liquidez, que é analisado no âmbito do CAR e para os Riscos de Taxa de Juro e Cambial no âmbito do CRI e CAT.

A Unidade de Riscos de Mercado (URM) é centralizada para o Grupo BPN e reporta directamente à Administração, trabalhando de forma independente das áreas de negócio. Este departamento é directamente responsável pelo reporte dos resultados e riscos de mercado, bem como pela concepção e implementação de políticas e metodologias para apuramento dos mesmos.

O Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos à vista.

No Grupo BPN a boa gestão do risco de liquidez, sempre foi entendida como garante da actividade global da Instituição e do seu crescimento.

O controlo e reporte do risco de liquidez é efectuado mensalmente ao Banco de Portugal, ao abrigo das exigências regulamentadas na Instrução nº 1/2000 - Rácio de Liquidez. Para além destas medidas emanadas da supervisão, o controlo e reporte da liquidez é feito numa base diária pela Direcção Financeira ao Administrador do Pelouro e analisado em base semanal no Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT). Mensalmente, é realizado o Comité de Aplicações e Recursos (CAR), onde é debatido e supervisionado o risco de liquidez global do Grupo, cuja gestão se encontra integrada no BPN, S.A..

O Risco de Taxa de Juro

O Grupo BPN monitoriza o risco de taxa de juro da carteira bancária com base em análises de sensibilidade da margem financeira e da situação líquida face a um choque standard na taxa de juro de 200 p.b. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de "Gap Analysis", segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de "repricing". Esta análise é elaborada de acordo com o disposto na Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, que segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

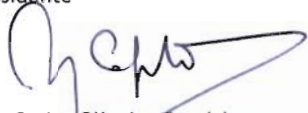
A 31 de Dezembro de 2006, o risco de taxa de juro em termos de situação líquida situou-se nos -4.513 milhares de euros (-1.576 milhares de euros em Dezembro de 2005), e em termos de margem financeira nos 9.842 milhares de euros (10.220 milhares de euros em Dezembro de 2005).



Conselho de Administração



José de Oliveira Costa
Presidente



Luís Carlos Oliveira Caprichoso
Vogal



José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa
Vogal

ANEXO I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2006, era a seguinte:

José de Oliveira Costa (1)
Não possui quaisquer acções

Luís Carlos Oliveira Caprichoso (2)
Não possui quaisquer acções

António Coelho Marinho (3)
Não possui quaisquer acções

Armando José Fonseca Pinto (3)
Não possui quaisquer acções

Abdool Magid Abdool Karim Vakil (3)
Não possui quaisquer acções

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa (2)
Não possui quaisquer acções

Teófilo Paulo Cadima Carreira (3)
Não possui quaisquer acções

António Manuel Alves Martins Franco (3)
Não possui quaisquer acções

(1) Presidente do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, S.A. e da BPN – SGPS, S.A.
(2) Membro do Conselho de Administração da BPN – SGPS, S.A.
(3) Membro do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, S.A.

ANEXO II

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

A) BPN - BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, metade do capital:
BPN - SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital:
Nada a referir

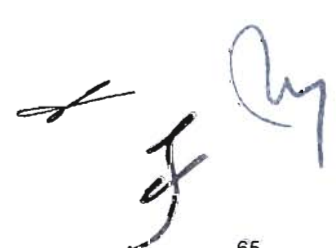
Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital:
Nada a referir

B) BPN - SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, metade do capital:
SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital:
Nada a referir

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital:
Nada a referir

Three handwritten signatures in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be of different individuals.

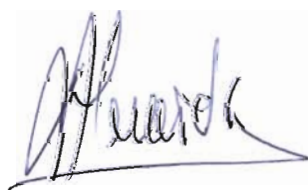
2.

**Contas Individuais
e
Contas Consolidadas**

Balanço Individual (BPN - SGPS, S.A.)

Milhares Euros

		31.12.06		31.12.05
		Valor antes de	Imparidade e	Pro forma
	Notas	imparidade e	amortizações	Valor líquido
		amortizações		Valor líquido
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	941	-	941
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-
Crédito a Clientes		-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-
Outros activos tangíveis	4	14	12	2
Activos intangíveis	5	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	6	357.975	-	357.975
Activos por impostos correntes	7	8	-	8
Activos por impostos diferidos		-	-	-
Outros activos	8	39.714	-	39.714
Total de Activo		398.652	12	398.640
Passivo				
Recursos de bancos centrais		-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
Provisões		-	-	-
Passivos por impostos correntes	7	-	-	31
Passivos por impostos diferidos		-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-
Outros passivos	9	-	-	722
Total de Passivo				722
Capital Próprio				
Capital	10	-	-	360.000
Prémios de emissão		-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	-
Acções próprias		-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	11	-	-	5.441
Resultado líquido		-	-	32.477
Dividendos antecipados		-	-	-
Total de Capital Próprio				397.918
Total de Passivo e de Capital Próprio				398.640





Demonstração de Resultados Individual (BPN - SGPS, S.A.)

Milhares Euros

		31.12.06	31.12.05
	Notas	Valor líquido	Pro forma Valor líquido
Juros e rendimentos similares		-	-
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	12	32.968	26.515
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões		-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	13	(11)	(106)
Produto da actividade		32.957	26.409
Custos com pessoal	14	19	18
Gastos gerais administrativos	15	458	513
Amortizações do exercício		2	2
Custos operacionais		479	533
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líq. reposiç. e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de imposto		32.478	25.876
Impostos			
Correntes	16	(1)	(39)
Diferidos		-	-
Resultado após imposto		32.477	25.837
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-

Demonstração de Fluxos de Caixa

Milhares Euros

	2006.12	2005.12
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:		
Juros e comissões recebidas	-	-
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	-
Pagamento de juros e comissões	-	-
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(477)	(510)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(11)	(106)
Recuperação de créditos incobráveis	-	-
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	(488)	(616)
(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Créditos a clientes	-	-
Activos ao Justo valor por resultados	-	-
Derivados de Cobertura	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-
Outros activos	3.131	1.281
Fluxo dos activos operacionais	3.131	1.281
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de instituições de crédito	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos	(46.724)	9.088
Fluxo dos passivos operacionais	(46.724)	9.088
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(44.081)	9.752
Impostos pagos	(39)	(1)
Caixa líquida das actividades operacionais	(44.120)	9.751
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:		
Dividendos recebidos	18.801	9.912
Aquisição de activos disponíveis para venda	-	-
Alienação de activos disponíveis para venda	-	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(2)	-
Vendas de activos tangíveis	-	-
Aquisições/ Alienações de propriedades de investimento	-	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	(29.950)	(4.508)
Caixa líquida das actividades de investimento	(11.152)	5.404
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:		
Aumento de Capital	80.000	-
Dividendos pagos	(25.000)	(14.791)
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	55.000	(14.791)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(272)	365
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.213	848
Caixa e equivalentes no fim do exercício	941	1.213

Demonstração de Alterações no Capital Próprio para o exercício findo em Dezembro de 2006

	TOTAL	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)
Posição no início do período 01-Jan-2005 (PCSB)	299.395	280.000	-	-	-	1.853	1.973	15.569	299.395
Ajustamentos no Período	-					778		(778)	-
Aumentos de reservas e result. transitados por aplicação dos resultados								(14.791)	(14.791)
Distribuição de lucros / cobertura de prejuízos	25.837							25.837	25.837
Resultado Líquido do período									
Posição no fim do período 31-Dez-2005 (PCSB)	310.441	280.000	-	-	-	2.631	1.973	25.837	310.441
Impacto da adopção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39									
Activos intangíveis (IAS 38)									
Activos fixos tangíveis (IAS 16)									
Periodificação de comissões (IAS 18)									
Impostos diferidos (IAS 12)									
Primeira aplicação do IAS 32 e do IAS 39									
Valorização ao justo valor									
Posição no fim do período 31-Dez-2005 (NCA)	310.441	280.000	-	-	-	2.631	1.973	25.837	310.441
Ajustamentos no Período									
Aumentos / reduções de capital	80.000	80.000							80.000
Aumentos de reservas e result. transitados por aplicação dos resultados							7.837	(7.837)	
Distribuição de reservas e resultados transitados							(7.000)		(7.000)
Distribuição de lucros / cobertura de prejuízos	(18.000)							(18.000)	(18.000)
Total dos ajustamentos no Capital Próprio	62.000	80.000	-	-	-	-	837	(25.837)	55.000
Resultado líquido do período	32.477							32.477	32.477
Distribuição antecipada de lucros	-								
Interesses minoritários	-								
Posição no fim do período 31-Dez-2006	397.918	360.000	-	-	-	2.631	2.810	32.477	397.918

Nota Introdutória

A **BPN, SGPS, S.A.**, é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 27 de Outubro de 1999, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da **BPN, SGPS, S.A.**, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras da **BPN, SGPS, S.A.** serão objecto de consolidação com as suas Subsidiárias. Por sua vez, as contas da sociedade serão consolidadas nas contas da SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, SA, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, Lisboa.

Nota 1 - Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

1.1 Geral

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas de contabilidade ajustadas (NCA), conforme disposto no Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela Instrução nº23/2004, e apresentadas segundo os Modelos definidos pela Instrução nº18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo art.º 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 - Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da **BPN, SGPS, S.A.** foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução nº 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho, e demais disposições do Banco de Portugal.

Em 2006 a sociedade apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA, sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na Nota 3.

1.2 Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras reportadas ao exercício de 2005 foram convertidas para as NCA - demonstrações financeiras proforma - nos termos previstos no IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, incluindo a adopção das normas IAS 32 - Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

1.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Especialização de Exercícios

A **BPN, SGPS, S.A.** segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao seu reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente em resultados do período.

iii) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são valorizados pelo método do custo histórico, de acordo com a IAS 27.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

iv) Imparidade

Em conformidade com as NCA, a empresa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros apresenta sinais de imparidade.

v) Pensões de reforma

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

vi) Impostos correntes

A BPN, SGPS, S.A. está sujeita a tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal. Contudo, é convicção da Gerência da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

vii) Impostos diferidos

Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

Nota 2 - Introdução das normas de contabilidade ajustadas

A BPN, SGPS, S.A. aplicou as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) na preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com o Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Da aplicação das NCA não resultou qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras.

Nota 3 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2006	2005 Pro forma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	941	1.213
Cheques a cobrar	-	-
Outras disponibilidades	-	-
	941	1.213
Juros a receber	-	-
	941	1.213

Nota 4 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.05							
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas	Aquisições	Alienações e abates	Trasf.	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.06	
Imóveis em uso								
Imóveis de serviço próprio								
Outros imóveis								
Obras em imóveis arrendados								
	-	-	-	-	-	-	-	
Equipamento								
Mobiliário e material								
Máquinas e ferramentas	5	4				1	-	
Equip. informático	7	6	2			1	2	
Instalações interiores								
Material de transporte								
Equip. segurança								
Outro equipamento								
	12	10	2	-	-	2	2	
Equipamento em locação operacional								
Equipamento em locação financeira								
Activos tangíveis em curso								
Outros activos tangíveis								
	-	-	-	-	-	-	-	
	12	10	2	-	-	2	2	

Nota 5 - Activos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.05							
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas	Aquisições	Alienações e abates	Trasf.	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.06	
Sistemas de tratamento automático de dados								
Outros activos intangíveis	27	27		-			-	
	27	27	-	-	-	-	-	
Activos intangíveis em curso								
	27	27	-	-	-	-	-	

Nota 6 - Investimentos em associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Capitais	Result.
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	Próprios	Líquido
Banco Português de Negócios, S.A.	100,00	100,00	323.858	323.858	363.347	49.880
Real Seguros, S.A.	96,53	96,53	20.268	20.267	39.041	7.261
Fincor, SGPS, S.A.	80,00	80,00	4.495	4.495	1.598	11
Rentilusa - Locação, Comércio de Equip. e Serv., S.A.	100,00	100,00	4.999	49	5.623	693
AVS - Corretores de Seguros, S.A.	66,66	66,66	4.356	4.356	1.855	523
			357.975	353.024		

Nota 7 - Activos e passivos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2006	2005
		Pro forma
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	8	-
Outros	-	-
	8	-
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	-	31
Outros	-	-
	-	31
	8	(31)

Nota 8 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2006	2005
		Pro forma
Devedores, outras aplicações e outros activos		
Devedores diversos		
BPN PF, SGPS, Lda (suprimentos)	6.520	4.756
BPN, SA	32.000	18.000
Real Seguros, SA	701	721
Rentilusa, SA	-	4.500
AVS, SA	267	-
Outros	210	701
	39.698	28.678
Imparidade	-	-
Despesas com encargo diferido		
Outras operações activas (assoc. ao custo amortizado)		
Outras despesas com encargo diferido	16	-
	16	-
	39.714	28.678

Os suprimentos à BPN - PF, SGPS, Lda não vencem juros e não está previsto o seu prazo de reembolso.

Nota 9 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	4	-
Credores diversos	696	72.424
	700	72.424
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar	22	21
	22	21
	722	72.445

Nota 10 - Capital

O capital social está representado por 360.000.000 acções de um Euro cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado sendo detido na totalidade pela SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A..

Nota 11 - Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Outras Reservas		
Reservas Legais	3.711	2.419
Outras Reservas	212	212
	3.923	2.631
Resultados Transitados		
Aprovados	1.518	1.973
	1.518	1.973
	5.441	4.604

Os movimentos ocorridos nestas rubricas encontram-se reflectidas na Demonstração de Alterações do Capital Próprio.

Nota 12 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No país	32.968	26.515
No estrangeiro		
	32.968	26.515

Nota 13 - Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Encargos e gastos operacionais		
Rendas	9	-
Perdas em investimentos em filiais	2	-
Outros encargos e gastos operacionais	-	106
	11	106
	(11)	(106)

Nota 14 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização		
Remuneração de empregados	15	14
Encargos sociais obrigatórios	3	3
Outros custos com pessoal	1	1
	19	18

Nota 15 - Gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Água energia e combustíveis	2	1
Rendas e alugueres	27	32
Comunicações	1	-
Deslocações, estadas e representação	1	-
Publicidade e edição de publicações	-	256
Formação de pessoal	1	-
Serviços especializados	204	220
Outros serviços de terceiros	222	4
	458	513

Nota 16 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Imposto corrente		
Do exercício	1	39
	1	39
	1	39

A carga fiscal e os impostos pagos resumem-se como se segue:

milhares €

	2006	2005 Pro forma
Lucro do exercício	32.477	25.837
Artº 46º CIRC- Dividendos	(32.968)	(26.515)
Prejuízos fiscais a reportar	(1.604)	(1.113)
Matéria colectável	(2.095)	(1.791)
Tributações autónomas	1	39
	1	39
Liquidação fiscal	1	39

Nota 17 - Transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe

milhares €

	2006	2005 Pro forma
Gastos gerais administrativos		
Rendas e alugueres	7	31
Outros serviços de terceiros	195	148
	202	179

Nota 18 - Outras informações

Em Rendimentos de instrumentos de capital estão registados dividendos no montante global de 32.967 milhares de Euros, relativos ao exercício de 2006, por via da distribuição de resultados e/ou reservas, conforme actas de aprovação de contas das respectivas empresas participadas. Estes dividendos serão liquidados no exercício de 2007.

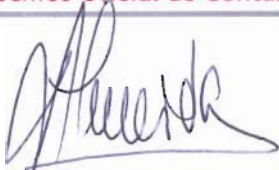
Nota 19 - Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2006.

Nota 20 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas



Luís Miguel Reis de Almeida

Conselho de Administração



O Presidente

José de Oliveira Costa



Vogal

Luís Carlos Oliveira Caprichoso



Vogal

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa

Balanço Consolidado (BPN - SGPS, S.A.)

Milhares Euros

		31.12.06			31.12.05
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Pro forma Valor líquido
	Notas				
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	351.980	-	351.980	305.723
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	531.266	-	531.266	202.340
Activos financeiros detidos para negociação	8	146.065	-	146.065	75.853
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	331.661	-	331.661	303.396
Activos financeiros disponíveis para venda	9,24	320.797	-	320.797	123.476
Aplicações em instituições de crédito	9,24	224.356	-	224.356	74.116
Crédito a Clientes	11,24	4.906.877	137.242	4.769.635	4.262.876
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	8.1	79	-	79	93
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	12	156.273	69.081	87.192	78.385
Activos intangíveis	13	43.717	16.035	27.682	14.830
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	14,24	162.499	-	162.499	155.781
Activos por impostos correntes	15	1.362	-	1.362	531
Activos por impostos diferidos	15	13.991	-	13.991	15.630
Provisões técnicas de resseguros cedido	16	18.644	-	18.644	17.204
Outros activos	17,24				
Devedores por seguro directo e resseguro		21.624	4.629	16.995	19.601
Outros		232.420	10.607	221.813	204.917
Total de Activo		7.463.611	237.594	7.226.017	5.854.752
Passivo					
Recursos de bancos centrais	18			77	-
Passivos financeiros detidos para negociação	19			27.768	15.878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19			535	268
Recursos de outras instituições de crédito	20			556.672	524.387
Recursos de clientes e outros empréstimos	21			4.107.530	3.994.578
Responsabilidades representadas por títulos	22			250.835	39.543
Passivos financeiros associados a activos transferidos	23			565.279	-
Derivados de cobertura	8.1			394	505
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	24			1.813	540
Provisões técnicas	16			167.664	153.686
Passivos por impostos correntes	15			14.923	10.970
Passivos por impostos diferidos	15			3.516	5.093
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados	25			150.000	150.000
Outros passivos	26				
Credores por seguro directo e resseguro				339.306	309.080
Outros passivos				593.546	304.748
Total de Passivo				6.779.858	5.509.276
Capital Próprio					
Capital	27			360.000	280.000
Prémios de emissão	27			-	-
Outros instrumentos de capital				-	-
Acções próprias				-	-
Reservas de reavaliação				-	-
Outras reservas e resultados transitados	27			12.649	10.963
Diferenças cambiais	27			2.492	1.859
Resultado líquido				65.316	47.527
Dividendos antecipados				-	-
Interesses minoritários	27			5.702	5.127
Total de Capital Próprio				446.159	345.476
Total de Passivo e de Capital Próprio				7.226.017	5.854.752

Demonstração de Resultados Consolidados (BPN - SGPS, S.A.)

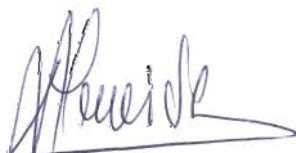
Milhares Euros

		31.12.06	31.12.05
	Notas	Valor líquido	Pro forma Valor líquido
Juros e rendimentos similares		331.915	284.697
Juros e encargos similares		168.053	125.812
Margem financeira	29	163.862	158.885
Rendimentos de instrumentos de capital	30	725	548
Rendimentos de serviços e comissões	31	73.368	63.476
Encargos com serviços e comissões	31	30.097	28.724
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	23.049	17.085
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	2.800	1.700
Resultados de reavaliação cambial	32	2.927	1.548
Resultados de alienação de outros activos	32	2.591	652
Prémios líquidos de resseguro	33	117.573	117.289
Custos com sinistros líquidos de resseguro	33	83.959	87.861
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	33	6.118	4.003
Outros resultados de exploração	34	56.543	30.493
Produto da actividade		323.264	271.088
Custos com pessoal	35	99.766	90.042
Gastos gerais administrativos	36	88.093	76.388
Amortizações do exercício	12,13	19.595	19.373
Custos operacionais		207.454	185.803
Provisões líquidas de reposições e anulações	37	(5.342)	(4.873)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	37	(32.625)	(28.370)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	37	703	310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	37	(1.358)	(483)
Resultado operacional		77.188	51.869
Diferenças de consolidação negativas		-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	38	8.711	10.090
Resultado antes de impostos		85.899	61.959
Impostos			
Correntes	39	26.799	15.924
Diferidos	39	(6.384)	(1.782)
Resultado após impostos		65.484	47.817
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses minoritários		168	290
Resultado consolidado do exercício		65.316	47.527
Resultado por acção (euros)			
Básico		0,23	0,17
Diluído		0,23	0,17

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

Milhares Euros

	2006.12	2005.12
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:		
Juros e comissões recebidas	639.635	626.410
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	(342)
Pagamento de juros e comissões	(352.562)	(314.051)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(213.741)	(215.084)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	87.473	74.942
Recuperação de créditos incobráveis	352	45
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	161.157	171.921
(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais		
Aplicações em instituições de crédito	(130.530)	56.191
Activos financeiros detidos para negociação	(42.929)	46.644
Créditos a clientes	(532.954)	(468.252)
Activos ao Justo valor por resultados	(9.708)	(74.861)
Derivados de Cobertura	(269)	20
Activos não correntes detidos para venda	95	(35.008)
Outros activos	(62.734)	49.346
Fluxo dos activos operacionais	(779.029)	(425.921)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de instituições de crédito	10.925	81.557
Recursos de clientes e outros empréstimos	104.179	280.802
Passivos financeiros detidos para negociação	(11.818)	(11.375)
Outros passivos	902.400	67.050
Fluxo dos passivos operacionais	1.005.685	418.034
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	387.813	164.034
Impostos pagos	(15.686)	(10.357)
Caixa líquida das actividades operacionais	372.127	153.677
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:		
Dividendos recebidos	717	51
Aquisição de activos disponíveis para venda	(285.578)	(145.106)
Alienação de activos disponíveis para venda	69.267	32.550
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(27.054)	(20.113)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	3.553	3.421
Aquisições/ Alienações de propriedades de investimento	-	12
Investimentos em empresas filiais e associadas	(23.055)	873
Subsídios de Investimento	-	1
Outros recebimentos/ pagamentos	29	49
Caixa líquida das actividades de investimento	(262.121)	(128.264)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:		
Aumento de Capital	80.308	1.967
Reduções de Capital e Prestações Suplementares	-	(7.100)
Dividendos pagos	(25.123)	59.918
Emissão de dívida titulada e subordinada	211.642	(6.682)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Aquisição e venda de acções próprias	-	(463)
Amortização de contratos de locação financeira	(237)	(289)
Juros e custos similares	(1.414)	(508)
Caixa líquida das actividades de financiamento	265.176	46.843
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	375.183	72.256
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e equivalentes no início do exercício	508.063	435.807
Caixa e equivalentes no fim do exercício	883.246	508.063




Demonstração de alterações no Capital Próprio Consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

Milhares Euros

	IAS/IFRS	Capital	Premios de emissão	Reserva Legal	Ações próprias	Outras reservas	Diferenças cambiais	Resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro (PCSB)		280.000		1.641	-	5.560	-	1.973	38.739	2.822	330.735
Aplicação de Resultados											
Distribuição de dividendos				778		37.961			(38.739)		-
Distribuição aos colaboradores						(17.053)					
Outros						(1.643)					
RL do Período						(3.306)			42.899	788	
Saldo em 31 de Dezembro (PCSB)		280.000	-	2.419	-	21.519	-	1.973	42.899	3.610	352.420
Impacto da aplicação das IFRS/IAS											
Impostos diferidos	IAS 12					13.286	(808)		1.673		
Provisões	IAS 37					12.044			(174)		
Taxa Efectiva	IAS 32 e 39					(7.278)			(390)		
Benefícios a empregados	IAS 19					(24.748)			(3.880)		
Consolidação de SPE	IAS 27					(3.291)			22		
Activos intangíveis	IAS 38					272			1.114		
Outros instr. financeiros	IAS 39					(5.906)			(7)		
Imparidade do crédito	IAS 39					(954)					
Diferenças cambiais	IAS 21					225	3.217		(8)		
Alteração perímetro						2.084			6.097		
- Minoritários						(698)	(550)		(270)	1.517	
Outros Ajustamentos						15			451		
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005		280.000	-	2.419	-	6.571	1.859	1.973	47.527	5.127	345.476
Aplicação de Resultados											
Distribuição de dividendos				1.292		39.689		6.546	(47.527)		
Aumento de capital		80.000				(18.000)		(7.000)			
Outros						(20.840)		(1)	65.316	689	
RL do Período										(114)	
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006		360.000	-	3.711	-	7.420	2.492	1.518	65.316	5.702	446.159

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota 1. Nota Introdutória

A BPN - SGPS, S.A. (BPN - SGPS ou Sociedade) é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 27 de Outubro de 1999, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividade económica, conforme definido legalmente.

A actividade da BPN - SGPS, S.A. está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

A sociedade BPN - SGPS é a holding financeira do Grupo SLN - Sociedade Lusa de Negócios, S.A. e detém, essencialmente, participações financeiras em sociedades que desenvolvem actividade nas áreas bancárias e seguradora.

Em 31 de Dezembro de 2006, as sociedades que integram o perímetro de consolidação do Grupo BPN SGPS são:

Empresa	Método de consolidação	Participação
BPN Serviços ACE	Integral	98,54%
Avipronto	Eq. patrimonial	24,85%
AVS - Corretores de Seguros	Integral	66,66%
AVS - Consultadoria e Gestão, Lda	Integral	59,99%
BIZ Service - Tecnologia em Meios Pagamento, Ltda	Integral	99,80%
BPN Brasil	Integral	79,84%
BPN Créditos Brasil	Integral	99,80%
BPN Gestão Activos	Integral	99,80%
BPN - I.F.I., S.A. (Instituição Financeira Internacional, S.A.)	Integral	99,80%
BPN Imofundos	Integral	99,80%
BPN Participações Brasil	Integral	79,84%
BPN Participações Financeiras	Integral	99,80%
BPN S.A.	Integral	100,00%
BPN SGPS	Integral	100,00%
Real Vida Seguros	Integral	100,00%
BPN Madeira	Integral	99,80%
BYPASS	Eq. patrimonial	44,91%
BPN Cayman	Integral	99,80%
Cliuni - Clínica Unida, S.A.	Integral	60,47%
BPN Créditos Corretora de Seguros, Ltda	Integral	78,20%
Coseal Lda	Integral	64,93%
Banco Efisa	Integral	99,80%
Fincor	Integral	80,00%
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco EFISA	Eq. patrimonial	29,94%
BPN Crédito IFIC	Integral	99,80%
BPN Imoglobal	Eq. patrimonial	30,15%
Imoreal	Eq. patrimonial	44,15%
Marina da Barra, S.A	Eq. patrimonial	50,00%
Medinorte - Serviços Médicos Nocturnos, Lda	Integral	71,20%
MEXCOR - Soc. Med. de Seguros, Lda.	Integral	46,66%
Nossa	Eq. patrimonial	35,40%
Real Re Ltd	Integral	99,80%
Rentilusa	Integral	100,00%
Real Seguros	Integral	96,53%
SLN Madeira	Integral	99,80%
SMN-Serviços Médicos Nocturnos, S.A.	Integral	71,20%
UMS - Unidades Móveis de Saúde, Lda	Integral	71,20%

Nota 2. Bases de Apresentação, Comparabilidade da Informação, Princípios de Consolidação e Políticas Contabilísticas

2.1 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais da BPN, SGPS, S.A., das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPN SGPS foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto -Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPN SGPS de 2006, são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Neste sentido, estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preconizado pelas IFRS, com efeito a 1 de Janeiro de 2005, tal como adoptado na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPN SGPS estão expressas em milhares de euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, designadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que o Grupo exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas, com eventual impacto sobre as actuais estimativas e nos montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na Nota 3.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração em 20 de Março de 2007.

2.2 - Comparabilidade da Informação

Por forma a assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 foram convertidas para IAS/IFRS - demonstrações financeiras pro forma - de acordo com o preconizado na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro. O Grupo decidiu por não optar pela regra de transição permitida pela IFRS 1, que estabelece a não obrigatoriedade de aplicação das IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 na data de transição com referência a 1 de Janeiro de 2005, pelo que as demonstrações financeiras agora apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e respectivos comparativos incluem o efeito da aplicação das referidas normas.

Assim, as normas IAS 32 - Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação, IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração e IFRS 4 - Contratos de Seguro, foram aplicadas pela primeira vez nas demonstrações financeiras a 1 de Janeiro de 2005.

2.3 - Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BPN SGPS apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da Empresa-Mãe e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. Procedeu-se à uniformização das políticas contabilísticas de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi considerado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

Entidades Subsidiárias

São consideradas subsidiárias as entidades sobre as quais o Grupo exerce controlo. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto de uma entidade ou possuindo uma percentagem sobre os seus capitais próprios inferior a 50%, detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional da entidade, de modo a obter benefícios das suas actividades. As entidades subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses minoritários, excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos contabilizados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Entidades Associadas

São consideradas associadas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, poderá ainda exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver pagamentos em nome da associada.

Diferenças de Consolidação

As diferenças de consolidação negativas (*goodwill* positivo) resultantes das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2005 encontram-se deduzidas aos capitais próprios.

O Grupo contabiliza as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2005 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos adicionado de quaisquer custos atribuíveis à aquisição.

As diferenças de consolidação representam a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

De acordo com a IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais, o *goodwill* positivo é reconhecido no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado. O valor recuperável do *goodwill* reconhecido no activo é revisto anualmente, independentemente dos sinais de imparidade, conforme previsto na IAS 36 - Imparidade de Activos.

No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método de equivalência patrimonial.

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill* negativo ou *badwill*) são reconhecidas directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

Entidades de Finalidades Especiais (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial ("SPE's") com o principal objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indica que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 - Consolidação de Entidades de Finalidades Especiais, nomeadamente:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade e
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Participações Financeiras em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico principal onde essas subsidiárias e associadas operam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, uma vez que esta é a moeda funcional do BPN SGPS.

As demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas, expressas em moeda estrangeira, são precedidas da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do período em que são reconhecidos;
- As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção do Grupo nas mesmas.

As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem a existência de Imparidade.

2.4 - Políticas Contabilísticas

2.4.1 Conversão cambial

Nas empresas cuja moeda de relato é o Euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

2.4.2 Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema “multi-currency”, isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, são convertidos mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (“Currency forwards”) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

2.4.3 Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação (“trade date”), excepto se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

A mensuração inicial dos activos e passivos financeiros é efectuada e reconhecida ao justo valor, acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, excepto para os activos e passivos ao justo valor por via de resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas.

O justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando existe mercado activo ou, na ausência deste, é determinado tendo por base métodos e técnicas de avaliação. Estes métodos têm subjacentes cálculos matemáticos, baseados em teorias financeiras reconhecidas ou preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou de recompra no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado, excepto no caso em que o derivado seja um instrumento de cobertura e eficaz, são classificados como de negociação.

Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados (justo valor através de resultados) e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Estas rubricas incluem:

- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos, incluindo posições longas (título comprados) ou curtas (títulos vendidos a descoberto) e derivados adquiridos pelo Grupo para venda ou recompra num prazo muito próximo;
- Títulos afectos às carteiras de seguros de capitalização;
- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos e em que o Grupo tenha optado, na data da escrituração, por registar e avaliar o justo valor através de resultados

Activos financeiros detidos para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, são classificados como detidos para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. A mensuração inicial de um activo financeiro detido para venda é efectuada pelo seu justo valor, adicionado dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição. A mensuração subsequente destes activos é igualmente ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas (excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários), até que os activos sejam desreconhecidos (vendidos) ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais contabilizados em reservas é transferido para resultados.

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda e
- Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) do activo, esta é incluída no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente dividendos no caso de acções, são contabilizados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério os dividendos antecipados são registados como proveito no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

À data de cada balanço é efectuada uma avaliação para verificar a evidência objectiva da existência (ou não) de imparidade dos activos financeiros. Em caso positivo de evidência de imparidade, a perda acumulada contabilizada nas reservas é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio (títulos de rendimento variável) classificado como disponível para venda não podem ser revertidas.

As perdas de imparidade reconhecidas por títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso exista uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido subsequentemente à determinação da imparidade.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são reconhecidas em Outras reservas. As variações cambiais dos restantes títulos são contabilizadas em resultados.

Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Nesta categoria estão incluídos os seguros de capitalização do ramo Vida sem participação discricionária de resultados.

Contabilidade de Cobertura

São realizadas operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (p.e. empréstimos).

Uma relação de cobertura existe quando:

- i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- ii) Se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- iii) A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

De acordo com a IAS 39, para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efectividade. Deste modo, o Grupo testa a eficácia da cobertura, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se entre os 80% e 125%. Quando a efectividade está fora do intervalo referido, a contabilidade de cobertura é descontinuada, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação. Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados no final de cada mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

Cobertura de Justo Valor

As variações do justo valor dos activos que se qualifiquem e classifiquem como de justo valor são reconhecidas em resultados, em conjugação com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que é referente ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou o passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Cobertura de Fluxos de Caixa

A porção do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que seja determinado como uma cobertura eficaz e que se qualifique como cobertura de fluxos de caixa, é reconhecida directamente em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela ineficaz da relação de cobertura são reconhecidos em resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. No entanto, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado contabilizado em capitais próprios na data mantém-se nessa rubrica, até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa.

Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4.4 Créditos a clientes

O crédito a clientes inclui os créditos concedidos pelo Grupo a Clientes e Instituições de Crédito, que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não exista intenção de venda.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo dos activos foi transferido.

88

O crédito a clientes é reconhecido no momento inicial ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção (comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito). Subsequentemente o crédito é valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo deduzidas perdas de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

O Grupo utiliza, conforme previsto pela IAS 39 dois métodos de cálculo das perdas de imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva

(i) Análise Individual

A avaliação da existência de perdas de imparidade a nível individual é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência da evidência objectiva de imparidade. Nesta avaliação são considerados diversos factores, nomeadamente:

- A exposição de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida futuros;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa do 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através de comparação do valor actual dos 'cash flows' futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas contabilizadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos 'cash flows' futuros esperados de um crédito com garantias reais, considera os 'cash flows' que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito idêntico, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise Colectiva

No processo de análise de imparidade numa base colectiva os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda de imparidade de 100%, este é abatido ao activo. As recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

Na anterior estrutura de relato contabilístico e até 31 de Dezembro de 2005 o crédito a clientes incluía os empréstimos originados pelo Grupo, os quais eram reconhecidos na data em que o montante do crédito era adiantado ao cliente e eram reconhecidos pelo seu valor nominal deduzido de provisões para riscos de crédito determinados de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal.

Relativamente às subsidiárias do sector financeiro sedeadas em Portugal, as provisões para riscos de crédito incluíam:

- Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como uma dedução ao activo e
- Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo.

Após a aplicação dos requisitos de provisionamento representados pelas provisões acima mencionadas, era considerada a adequação do valor global das provisões do Grupo para riscos de crédito face ao risco da carteira.

2.4.5 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo, na sua mensuração inicial, são contabilisticamente relevados pelo modelo do custo (custo de aquisição incluindo custos directamente atribuíveis).

O Grupo optou pela aplicação da regra geral definida na IAS 16, em que os activos fixos tangíveis, na sua mensuração subsequente, são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimada do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil	
Imóveis	20 a 50
Obras em Edifícios Próprios	20 a 50
Obras em Edifícios Arrendados	10 a 20
Equipamentos	4 a 10
Outras Imobilizações Corpóreas	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios arrendados, são amortizadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os terrenos não são amortizados.

Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados, conforme previsto na IFRS 1, pelo valor contabilístico na data de transição para as IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços e por reavaliações económicas.

2.4.6 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica de Outros Activos, uma vez que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Estes activos são reconhecidos pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores de dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Sempre que o valor presumível de realização destes imóveis, apurado através de avaliações (líquido de custo de venda) periódicas, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são reconhecidas em resultados perdas por imparidade.

2.4.7 Activos intangíveis

Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como custos de software adquirido, em qualquer das situações quando se espera que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três anos.

Todas as despesas referentes a emolumentos notariais, de registo de aumentos de capital e de arranque ("start up costs"); formação de pessoal; publicidade e actividades promocionais, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38 - Activos Intangíveis, não foram reconhecidos no balanço, sendo ajustados para a rubrica de Outras Reservas e Resultados Transitados.

Em 2005 e de acordo com a IAS 38, todas as despesas acima mencionadas e incorridas no exercício foram reconhecidas em resultados.

2.4.8 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os requisitos definidos na IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações Operacionais

Grupo como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo, à luz dos contratos de locação operacional, são registados em custos no período a que dizem respeito.



Grupo como locador

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de Activos Tangíveis, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 2.4.5.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Outros Activos, por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

Locações Financeiras

Grupo como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 2.4.5.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Grupo como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.4.9 Factoring

Os activos decorrentes das operações de factoring contratadas com recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes das operações de factoring contratadas sem recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o reconhecimento de um passivo na rubrica de Credores por operações de factoring. Esta rubrica é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de factoring, que não foram objecto de adiantamento ao aderente é registado na rubrica extrapatrimonial. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registadas como elemento extrapatrimonial.

2.4.10 Benefícios aos empregados

Pensões

Até 31 de Dezembro de 1997 o BPN, S.A. ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por este motivo, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no sistema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o BPN, S.A. celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêm que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S.A..

O Grupo determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados através de cálculos actuariais pelo método de Crédito da Unidade Projectada ('Project Unit Credit') para as responsabilidades com serviços passados por velhice e método de "Prémios Únicos Sucessivos" para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuarias determinadas anualmente, resultantes de (i) diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedem 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, é reconhecido como um custo, na demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipadas dos ganhos e perdas actuariais associadas.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica Outros Activos.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por fundos de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo fundo de pensões está definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2005 que determina a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos

Os resultados consolidados do Grupo incluem os seguintes custos relativamente a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado dos fundos de pensões;
- custos com acréscimos de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor; e
- custos resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data de transição o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (*reset*). Assim, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo a 31 de Dezembro de 2004 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição (1 de Janeiro de 2005).

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. Este serviço, o SAMS, constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

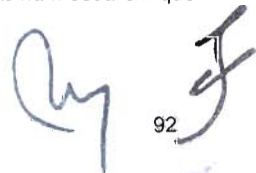
O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma idêntica às responsabilidades com pensões.

Prémios de Antiguidade

As instituições financeiras do Grupo, que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português, assumem o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva, no ano da atribuição.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

As referidas instituições determinam anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método de crédito da unidade projectada ("Project Unit Credit"). Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas futuras de aumentos salariais e tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas do Grupo. A taxa de desconto é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.


92

Anualmente, o aumento das responsabilidades com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados

Em conformidade com as disposições estatutárias de algumas entidades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (prémios ou bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam, conforme previsto na IAS 19.

2.4.11 Provisões técnicas

O Grupo comercializa seguros do ramo vida, nas modalidades de risco, tipo universal life e de capitalização, através da sua subsidiária Real Vida. Os seguros de capitalização sem participação discricionária de resultados são reconhecidos, de acordo com o definido pela IAS 39, e incluídos na rubrica de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos. Os restantes seguros, incluindo os de capitalização com participação discricionária de resultados são contabilizados nos termos da IFRS 4 - Contratos de Seguros, na rubrica de Provisões Técnicas.

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rendibilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rendibilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

2.4.12 Provisões para outros riscos e encargos

A rubrica inclui as provisões para fazer face a obrigações presentes, resultantes de eventos passados, das quais se esperam a saída de benefícios económicos para liquidar a obrigação, sendo possível estimar, de forma viável, o seu montante.

Estas obrigações, regra geral, assumem a natureza de contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes das actividades do Grupo.

2.4.13 Impostos sobre o Rendimento

Todas as empresas do Grupo BPN SGPS são tributadas individualmente.

A BPN, SGPS, S.A., as subsidiárias e associadas com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No entanto, a SLN - Madeira, SGPS, S.A., BPN - Madeira, SGPS, S.A., Sucursal Financeira Exterior do BPN, S.A., sedeadas na Zona Franca da Madeira, beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto - Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos, até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser usados tais perdas fiscais não usadas e créditos tributáveis não usados.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros aos quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios.

Os lucros distribuídos à BPN, SGPS, S.A., por empresas subsidiárias ou associadas localizadas no território nacional não são tributados na esfera deste, em virtude da aplicação do regime previsto no artigo 46.º do CIRC, que prevê a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos.

O Banco de Portugal alterou as regras contabilísticas relativas à preparação das demonstrações financeiras individuais, que são as contas relevantes para efeitos fiscais. A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais das participadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal. Desta forma, o cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foram baseadas em pressupostos, os quais podem ou não vir a ser confirmados pelas autoridades fiscais no futuro.

2.4.14 Fundo de garantia de depósitos

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, ficando ainda definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN, S.A. e o Banco EFISA fazem parte integrante.

As contribuições iniciais, efectuadas no final de 1994, foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no Aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2005 esta componente foi de 67%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

2.4.15 Sistema de indemnizações aos investidores

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 222/99 de 22 de Junho, foi criado o Sistema de Indemnização aos investidores destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a Instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela Instituição.

Durante o exercício de 2006, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o Sistema de Indemnização aos investidores.

Nota 3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras

As IFRS determinam uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e calcule estimativas necessárias, de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em determinadas situações as IAS/ IFRS permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm a intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda é determinada pelo Grupo quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor, o que requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal do preço das acções.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor tem por base preços de cotação de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito temporal, a curva de rendibilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Imparidade de crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar, conforme descrito na **nota 2.4.4**.

Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos Clientes.

Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados, têm impacto nas estimativas efectuadas e consequentemente nos resultados consolidados do Grupo.

3.4 Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE's)

O Grupo não consolida as Entidades de Finalidade Especial (SPE's) em que não detém controlo. Ao ser, por vezes, difícil determinar se é exercido o controlo sobre uma SPE, é necessário efectuar um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessas SPE's (ver **Nota 2.3**).

A decisão de que uma SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados.

3.5 Pensões e outros benefícios a empregados

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Grupo para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6 Impostos sobre rendimentos

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de imposto sobre o rendimento, de acordo com diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e a utilização de estimativas.

O recurso a diferentes interpretações e estimativas poderia resultar num nível diferente de imposto sobre o rendimento, corrente e diferido, reconhecido no período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais, efectuadas pelo BPN SGPS, S.A., pelas suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais, durante um período de quatro anos (ou seis anos no caso de existirem prejuízos reportáveis).

No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do BPN SGPS, S.A., suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto, não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, à data de 31 de Dezembro de 2006.

Nota 4. Introdução das Normas Internacionais de Contabilidade

4.1 Impacto nos capitais próprios e nos resultados de 31 de Dezembro de 2005 da transição para as IAS/ IFRS

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global negativo, nos capitais próprios do Grupo BPN SGPS em 1 de Janeiro de 2006, no valor de 6.944 milhares de euros relativamente ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o PCSB (incluindo Interesses minoritários).

milhares €			
Ajustamentos de transição	Capitais próprios em 1-1-2005	Resultado em 2005	Capitais próprios em 31-12-2005
Valores em PCSB ⁽¹⁾	330.735	42.899	352.420
Alterações resultantes da introdução das IAS/IFRS			
IAS 12 - Impostos diferidos	12.478	1.673	14.151
IAS 37 - Provisões	12.044	(174)	11.870
IAS 32 e 39 - Taxa efectiva	(7.278)	(390)	(7.668)
IAS 19 - Benefícios a empregados	(24.748)	(3.880)	(28.628)
IAS 27 - Consolidação de SPE	(3.291)	22	(3.269)
IAS 38 - Activos intangíveis	272	1.114	1.386
IAS 39 - Outros instr. financeiros	(5.906)	(7)	(5.913)
IAS 39 - Imparidade do crédito	(954)	0	(954)
Aplicação das IAS - Estrutura Conceptual	0	0	0
Diferenças cambiais	3.442	(8)	3.434
Alteração de perímetro	2.084	6.097	8.181
Outros ajustamentos	1.533	451	1.984
Interesses minoritários	(1.248)	(270)	(1.518)
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005	319.163	47.527	345.476

4.2 Principais diferenças entre as demonstrações financeiras PCSB e IAS

Em 31 de Dezembro de 2005, o balanço consolidado do Grupo BPN de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/ IFRS tem a seguinte composição:

Balanço Consolidado

Milhares Euros

	31.12.05	
	PCSB ⁽¹⁾	IAS
	Valor líquido	Valor líquido
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300.295	305.723
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.232	202.340
Activos financeiros detidos para negociação	64.231	75.853
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	303.396
Activos financeiros disponíveis para venda	212.603	123.476
Aplicações em instituições de crédito	34.703	74.116
Crédito a Clientes	4.308.136	4.262.876
Derivados de cobertura	-	93
Outros activos tangíveis	52.179	78.385
Activos intangíveis	7.069	14.830
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	57.885	155.781
Activos por impostos correntes	632	531
Activos por impostos diferidos	-	15.630
Provisões técnicas de resseguros cedido	-	17.204
Outros activos		
Devedores por seguro directo e resseguro	-	19.601
Outros	180.987	204.917
Total de Activo	5.370.952	5.854.752
Passivo		
Recursos de bancos centrais	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.173	15.878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	268
Recursos de outras instituições de crédito	508.914	524.387
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.017.584	3.994.578
Responsabilidades representadas por títulos	41.525	39.543
Derivados de cobertura	-	505
Provisões	59.657	540
Provisões técnicas	-	153.686
Passivos por impostos correntes	4.772	10.970
Passivos por impostos diferidos	-	5.093
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	150.000	150.000
Outros passivos		
Credores por seguro directo e resseguro	-	309.080
Outros passivos	234.907	304.748
Total de Passivo	5.018.532	5.509.276
Capital Próprio		
Capital	280.000	280.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	-	-
Outras reservas e resultados transitados	25.911	10.963
Diferenças cambiais	-	1.859
Resultado líquido	42.899	47.527
Dividendos antecipados	-	-
Interesses minoritários	3.610	5.127
Total de Capital Próprio	352.420	345.476
Total de Passivo e de Capital Próprio	5.370.952	5.854.752

⁽¹⁾ A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de Balanço IAS, provoca variações nalgumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005

Em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados consolidados do Grupo BPN de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

Demonstração de Resultados Consolidados

Milhares Euros

	31.12.05	
	PCSB ⁽¹⁾ Valor líquido	IAS Valor líquido
Juros e rendimentos similares	268.405	273.845
Juros e encargos similares	125.487	125.812
Margem financeira	142.918	148.033
Rendimentos de instrumentos de capital	7.469	548
Rendimentos de serviços e comissões	68.777	74.328
Encargos com serviços e comissões	11.662	28.724
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(87)	17.085
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	205	1.700
Resultados de reavaliação cambial	1.389	1.548
Resultados de alienação de outros activos	171	652
Prémios líquidos de resseguro	-	117.289
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	87.861
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	4.003
Outros resultados de exploração	15.359	30.493
Produto bancário/ Produto da actividade	224.539	271.088
Custos com pessoal	69.327	90.042
Gastos gerais administrativos	54.752	76.388
Amortizações do exercício	15.503	19.373
Custos operacionais	139.582	185.803
Provisões líquidas de reposições e anulações	(27.507)	(4.873)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	-	(28.370)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.594)	310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(4.188)	(483)
Resultado operacional	51.668	51.869
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	3.632	10.090
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	55.300	61.959
Impostos		
Correntes	12.389	15.924
Diferidos	-	(1.782)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	42.911	47.817
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	-	-
Interesses minoritários	12	290
Resultado consolidado do exercício	42.899	47.527

⁽¹⁾ A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de Demonstração de Resultados IAS, provoca variações nalgumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005

Nota 5 - Relato por segmentos

O Grupo adopta como formato principal de relato, o Relato por Segmento de Negócios e o secundário o Relato por Área Geográfica.

Nota 5.1 - Informação por segmentos de linhas de negócios

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição dos principais segmentos de negócio apresentava o seguinte detalhe:

	Corporate finance	Trading and sales	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros	Total
Demonstração de resultados									
Juros e rendimentos similares	5.226	27.825	71.304	192.297	34	1	-	35.228	331.915
Juros e encargos similares	6.059	11.121	66.105	57.268	5	-	-	27.495	168.053
Margem financeira	(833)	16.704	5.199	135.029	29	1	-	7.733	163.862
Rendimentos de instrumentos de capital	215	467	-	38	-	-	-	5	725
Rendimentos de serviços e comissões	2.176	607	9.018	28.627	14.489	4.530	156	13.765	73.368
Encargos com serviços e comissões	318	3.318	306	1.451	105	1.353	-	23.246	30.097
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	3.143	-	(2.555)	-	12	-	22.449	23.049
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.407	(79)	966	(3)	-	-	509	2.800
Resultados de reavaliação cambial	-	2.549	-	544	-	(17)	-	(149)	2.927
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	2.329	-	-	-	262	2.591
Outros resultados de exploração	1.641	91	14.436	9.353	23	(238)	-	58.733	84.039
Produto da actividade	2.881	21.650	28.268	172.880	14.433	2.935	156	80.061	323.264
Custos com pessoal e FST's	35.054	878	25.653	71.665	3.530	2.812	-	48.267	187.859
Amortizações do exercício	236	185	482	4.799	89	25	-	13.779	19.595
Provisões e imparidade	(5)	(178)	(9.186)	(24.540)	(4)	1	-	(4.710)	(38.622)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	1.458	4.068	-	-	2.688	-	-	497	8.711
Resultado antes de imposto	(30.956)	24.477	(7.053)	71.876	13.498	99	156	13.802	85.899
Impostos	187	550	2.487	2.378	3.463	1	-	11.517	20.583
Resultado após imposto	(31.143)	23.927	(9.540)	69.498	10.035	98	156	2.285	65.316
Balanço									
Caixa e aplicações em IC's	-	527.886	469.397	32.229	-	631	-	77.459	1.107.602
Crédito a clientes	17.781	-	1.516.258	3.221.423	-	-	-	14.173	4.769.635
Activos financeiros	-	29.263	-	17.033	221	25	-	914.559	961.101
Outros activos	-	-	5.237	43.881	2.093	30.437	-	306.031	387.679
Total do Activo	17.781	557.149	1.990.892	3.314.566	2.314	31.093	-	1.312.222	7.226.017
Depósitos de IC's	-	-	-	535.105	-	-	-	21.567	556.672
Depósitos de clientes	802	10.882	843.153	3.252.742	-	-	-	(49)	4.107.530
Outros passivos	-	2.053	4.729	108.065	(10.601)	37.555	-	1.973.855	2.115.656
Total do Passivo	802	12.935	847.882	3.895.912	(10.601)	37.555	-	1.995.373	6.779.858
Capital próprio	560	413	8.831	11.438	8.074	66	-	416.777	446.159
Total do Passivo e Capital próprio	1.362	13.348	856.713	3.907.350	(2.527)	37.621	-	2.412.150	7.226.017

Nota 5.2 - Informação por segmentos de áreas geográficas

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição dos principais segmentos geográficos apresentava o seguinte detalhe:

milhares €

	Portugal	Paises da EU	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Resto do Mundo	Total
Demonstração de resultados									
Juros e rendimentos similares	297.671	4.511	-	-	10.356	-	3.712	15.665	331.915
Juros e encargos similares	150.515	1.318	-	-	3.080	-	2.568	10.572	168.053
Margem financeira	147.156	3.193	-	-	7.276	-	1.144	5.093	163.862
Rendimentos de instrumentos de capital	(3.680)	-	-	-	5	-	-	4.400	725
Rendimentos de serviços e comissões	66.662	840	-	-	3.039	-	150	2.677	73.368
Encargos com serviços e comissões	28.142	98	-	-	613	-	-	1.244	30.097
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23.739	-	-	-	(2.555)	-	(47)	1.912	23.049
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.777	-	-	-	23	-	-	-	2.800
Resultados de reavaliação cambial	2.708	14	-	-	20	-	494	(309)	2.927
Resultados de alienação de outros activos	262	-	-	-	2.329	-	-	-	2.591
Outros resultados de exploração	66.981	11.201	-	-	5.866	-	(30)	21	84.039
Produto da actividade	278.463	15.150	-	-	15.390	-	1.711	12.550	323.264
Custos com pessoal e FST's	171.793	1.608	-	-	10.683	-	489	3.286	187.859
Amortizações do exercício	18.642	179	-	-	569	-	205	-	19.595
Provisões e imparidade	(41.221)	(235)	-	-	3.283	-	76	(525)	(38.622)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	8.711	-	-	-	-	-	-	-	8.711
Resultado antes de imposto	55.518	13.128	-	-	7.421	-	1.093	8.739	85.899
Impostos	20.189	80	-	-	300	-	3	11	20.583
Resultado após imposto	35.329	13.048	-	-	7.121	-	1.090	8.728	65.316
Balanço									
Caixa e aplicações em IC's	943.827	31.535	-	-	26.294	-	8.095	97.851	1.107.602
Crédito a clientes	4.477.378	49.336	-	-	44.869	-	46.655	151.397	4.769.635
Activos financeiros	905.778	-	-	-	1.058	-	122	54.143	961.101
Outros activos	348.104	1.666	-	-	20.958	-	1.539	15.412	387.679
Total do Activo	6.675.087	82.537	-	-	93.179	-	56.411	318.803	7.226.017
Depósitos de IC's	479.381	-	-	-	21.294	-	4	55.993	556.672
Depósitos de clientes	3.408.140	78.722	-	-	5.884	-	251.535	363.249	4.107.530
Outros passivos	1.892.482	6.308	-	-	32.232	-	402	184.232	2.115.656
Total do Passivo	5.780.003	85.030	-	-	59.410	-	251.941	603.474	6.779.858
Capital próprio	441.880	1.722	-	-	3.042	-	(7.769)	7.284	446.159
Total do Passivo e Capital próprio	6.221.883	86.752	-	-	62.452	-	244.172	610.758	7.226.017

Handwritten signature and initials.

Nota 6 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Caixa	84.891	78.009
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
No Banco de Portugal	265.524	226.626
Em bancos centrais estrangeiros	1.565	1.088
Juros a receber	-	-
	351.980	305.723

A rubrica de Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

O BPN e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável sobre esta matéria o disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu.

De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Nota 7 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	56.119	55.144
Cheques a cobrar	173.290	95.920
Outras disponibilidades	-	-
	229.409	151.064
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	295.197	42.847
Cheques a cobrar	6.628	8.331
Outras disponibilidades	18	88
	301.843	51.266
Juros a receber	14	10
	531.266	202.340

O saldo da rubrica "Cheques a cobrar" sobre instituições de crédito no país corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições residentes, os quais em geral não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

Nota 8 - Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos nacionais	47.823	-
De outros emissores públicos nacionais	-	-
De emissores públicos estrangeiros	3.550	4.933
De outros emissores nacionais	7.751	10.286
De organismos financeiros internacionais	724	986
De outros emissores estrangeiros	34.023	35.774
	93.871	51.979

(cont.)

(cont.)

milhares €

	2006	2005 - Pro forma
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	-	233
De emissores estrangeiros	2.767	-
	2.767	233
Outros títulos	18.604	7.373
Instrumentos derivados de negociação (8.1)	30.823	16.268
	146.065	75.853
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos nacionais	-	-
De outros emissores públicos nacionais	-	-
De emissores públicos estrangeiros	2.891	28.956
De outros emissores nacionais	5.491	6.631
De organismos financeiros internacionais	140.520	135.543
De outros emissores estrangeiros	42.954	45.282
	191.856	216.412
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	23.633	6.277
De emissores estrangeiros	28.933	20.966
	52.566	27.243
Outros títulos	87.239	59.741
	331.661	303.396
	477.726	379.249

Nota 8.1 - Derivados

A rubrica Instrumentos derivados de negociação com justo valor positivo tem a seguinte composição:

milhares €

	Valor nacional	Valor de balanço 2006	2005
Cotados em bolsa			
Contratos de taxa de câmbio			
Swaps	-	-	-
Futuros	1.061.554	2.052	1.819
Opções	-	-	-
Contratos de taxa de juro			
Swaps	-	-	-
Futuros	609	110	137
Opções	-	-	-
Contratos sobre acções			
Swaps	89.650	7.618	4.695
Futuros	1.150	1.872	486
Opções	-	-	-
Mercado de balcão			
Contratos de taxa de câmbio			
Swaps	224.533	114	195
Futuros	53.792	33	-
Opções	-	-	-
Forwards	17.494	700	220
Contratos de taxa de juro			
Swaps	1.429.128	10.289	5.677
Equity Swaps	107.912	6.235	3.039
Opções	161.290	1.659	-
Swaps - Eventos de Crédito	75.930	10	-
Contratos sobre acções			
Swaps	11.165	131	-
		30.823	16.268

A rubrica Derivados de cobertura tem a seguinte composição:

milhares €

	2006			2005	
	Valor nacional	Valor de balanço Activos	Passivos	Valor de balanço Activos	Passivos
Cobertura de justo valor					
Swaps					
Taxa de juro	4.235	79	-	-	20
Cobertura de fluxos de caixa					
Swaps					
Dívidas	16.202	-	394	93	485
		79	394	93	505

Nota 9 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2006	2005 - Pro forma
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos nacionais	230.502	30.373
De emissores públicos estrangeiros	1.053	3.678
De outros emissores nacionais:		
Dívida não subordinada	84	81
Dívida subordinada	14.650	6.814
De outros emissores estrangeiros:		
Operações de titularização	-	99
Dívida não subordinada	10.184	11.855
Dívida subordinada	6.355	7.743
	262.828	60.643
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	383	507
Valorizados ao custo histórico	5	-
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	3.761	3.763
Valorizados ao custo histórico	-	8
	4.149	4.278
Outros títulos		
Valorizados ao justo valor	39.277	30.319
Valorizados ao custo histórico	14.543	29.423
	53.820	59.742
Imparidade	-	(1.187)
	320.797	123.476

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

milhares €

Natureza e espécie de título	Quant	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		nominal	preço					
Instrumentos de dívida								
De emissores públicos nacionais				230.517	230.502	83	143	-
OT - Agosto 2007	110.000	0,01	1,01	112	111			
OT - Julho 2009	110.000	0,01	1,00	111	110			
BTs 18/05/07	100.000.000	1,00	0,99	98.619	98.660	41		
BTs 23/03/07	100.000.000	1,00	0,99	99.178	99.220	42		
OT - Agosto 02/07	150.000	1,00	1,01	153	151	-	2	
OT - Julho 99/09	1.265.000	1,00	1,00	1.296	1.265	-	31	
OT - Julho 04/08	28.150.000	1,00	0,99	27.935	27.883	-	53	
OT - Julho 2008	3.000.000	1,00	1,01	3.028	3.016	-	57	
OT - Abril	60.000	1,00	1,00	59	60	-	-	
OT - Maio 2010	1.898.800	0,01	0,01	18	19	1	-	
OT - Julho 2009	600.000	0,01	0,01	6	7	-	-	

(cont.)

(cont.)

milhares €

Natureza e espécie de título	Quant	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		nominal	preço					
De emissores públicos estrangeiros				832	1.053	2	-	-
- LTF 19/12/2007 - 20/09/2002	340	120,92	1,05	273	358	1	-	-
- LTF 19/12/2007 - 20/09/2003	545	193,83	1,05	438	574	1	-	-
- LTF 19/12/2007 - 20/09/2004	115	40,90	1,05	121	121	-	-	-
De outros emissores nacionais:								
Dívida não subordinada				85	84	-	-	-
- Obrigações de caixa - SFE	85.000	1,00	0,99	85	84	-	-	-
Dívida subordinada				14.650	14.650	-	-	-
- Chaves SME Clo N.º 1 - C	5.050.000	1,00	1,00	5.050	5.050	-	-	-
- Chaves SME Clo N.º 1 - E	9.600.000	1,00	1,00	9.600	9.600	-	-	-
De outros emissores estrangeiros:								
Dívida não subordinada				9.681	10.184	319	3	-
- K(2) Corp. (Capital Notes)	2.000.000	0,76	0,77	1.519	1.534	-	-	-
- Jubil V-X-W	1.325.000	1,00	1,04	1.325	1.376	39	-	-
- BNP Paribas	3.500.000	0,76	0,63	1.898	2.216	221	-	-
- Promise PLC	1.000.000	1,00	1,01	1.000	1.007	-	-	-
- EURLTD Float 09	500.000	1,00	0,77	380	384	-	3	-
- Exum 2006 4xd	1.000.000	1,00	0,76	759	761	-	-	-
- Harbm 5X B2E	800.000	1,00	1,04	800	830	27	-	-
- Harbm 6X B2	1.000.000	1,00	1,05	1.000	1.048	33	-	-
- Harbm 2X B2	1.000.000	1,00	1,03	1.000	1.028	-	-	-
Dívida subordinada				6.355	6.355	-	-	-
- K2 Corp. (Capital Notes) 02-12-22	7.903.268	1,00	0,76	6.001	6.001	-	-	-
- Investment Circle Bonds	70.844	1,00	5,00	354	354	-	-	-
				262.120	262.828	404	146	-
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais								
Valorizados ao justo valor				1.447	383	15	582	-
- Nextpart, SGPS, SA	76.661	1,00	1,80	138	138	-	-	-
- BANIF, SGPS - NOM.	12.500	1,00	5,30	51	66	15	-	-
- Calzeus S.A.	63.428	22,02	2,82	1.258	179	-	582	-
Valorizados ao custo histórico				5	5	-	-	-
- Real Seguros	944	5,00	4,99	5	5	-	-	-
De emissores estrangeiros								
Valorizados ao justo valor				3.761	3.761	-	-	-
- Investments Circle SA	80.000	1,00	47,02	3.761	3.761	-	-	-
				5.213	4.149	15	582	-
Outros títulos								
Valorizados ao justo valor				38.866	39.277	665	10	-
- Fundo Invest. BPN Ações	250.000	5,00	6,45	1.247	1.613	366	-	-
- Fundo Invest. BPN Imonegócios	543.749	5,00	6,53	3.482	3.550	67	-	-
- IMOSOCIAL - Fund. Inv. Imobiliário	1.749.276	5,00	6,26	10.722	10.948	225	-	-
- Chaves SME Clo N.º 1 - F	15.613.000	1,00	1,00	15.613	15.613	-	-	-
- Papel Comercial - GPSaude	1.500.000	1,00	2,85	4.500	4.269	-	-	-
- Papel Comercial - Inapa	1.000.000	1,00	2,02	2.050	2.021	6	-	-
- Papel Comercial - Cima S.A.	1.000.000	1,00	1,26	1.250	1.262	-	10	-
- BPN Tesouraria	210	5,00	5,30	1	1	-	-	-
Valorizados ao custo histórico				14.228	14.543	-	-	-
- Aquilae 2006-1X Z	1.500.000	1,00	1,00	1.500	1.507	-	-	-
- Aurum Investments SA	1.000.000	1,00	1,01	996	1.007	-	-	-
- Xelo PLC Float 201213	1.000.000	1,00	0,99	1.000	992	-	-	-
- Zela Fin G.S.T.111Float	2.000.000	0,76	0,77	1.519	1.536	-	-	-
- Excellence Assets Funds	18.084	1,00	1,00	18	18	-	-	-
- Leverage India Fund	3.796.507	1,00	1,03	3.797	3.910	-	-	-
- Rio Hotel e Casino	1.898.254	1,00	1,08	1.898	2.043	-	-	-
- Luso Carbon Fund	1.500.000	1,00	1,00	1.500	1.500	-	-	-
- Sedna Finance Corporation	2.000.000	1,00	1,01	2.000	2.030	-	-	-
				53.094	53.820	665	10	-
				320.427	320.797	1.084	738	-

Nota 10 - Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Aplicações em IC's no país		
Mercado monetário interbancário	1.550	1.550
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	14.666	37.233
Empréstimos	300	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	482	2.420
Juros a receber	1.365	1.078
Receitas diferidas	-	-
	18.363	42.281
Aplicações em IC's no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	22.670	5.466
Depósitos	8.420	9.097
Empréstimos	86.286	11.410
Operações de compra com acordo de revenda	1.519	1.695
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	84.717	3.170
Juros a receber	2.427	1.048
Receitas diferidas	(46)	(51)
Provisões	-	-
	205.993	31.835
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	-	-
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)	-	-
	224.356	74.116
Imparidade	-	-
	224.356	74.116

Nota 11 - Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Crédito não titulado		
Interno		
Desconto	303.774	314.514
Empréstimos	735.957	958.247
Créditos em conta corrente	1.663.336	1.563.084
Descobertos em depósitos à ordem	99.873	97.928
Créditos tomados-factoring	126.980	104.851
Locação financeira	291.151	285.398
Outros créditos	637.269	508.360
Juros a receber	21.567	18.927
Receitas diferidas	-	(1.979)
	3.879.907	3.849.330
Ao exterior		
Desconto	9.522	8.251
Empréstimos	108.759	108.625
Créditos em conta corrente	265.327	242.187
Descobertos em depósitos à ordem	32.086	34.548
Créditos tomados-factoring	8.442	5.445
Locação financeira	1.109	-
Outros créditos	59.948	41.232
Juros a receber	8.196	4.312
Despesas diferidas	-	-
Receitas diferidas	-	(237)
	493.389	444.363

(cont.)

(cont.)

milhares €		
	2006	2005 - Pro forma
Crédito titulado	-	-
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito a clientes		
Crédito interno	405.288	-
Crédito ao exterior	-	-
Juros a receber	1.849	-
	407.137	-
Crédito e juros vencidos	126.459	99.359
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	(15)	-
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)	-	-
	126.444	99.359
Imparidade	(137.242)	(130.176)
	4.769.635	4.262.876

O escalonamento dos créditos sobre Clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

milhares €		
	2006	2005 - Pro forma
Até 3 meses	1.459.181	1.245.838
De 3 meses a 1 ano	1.472.835	1.361.069
De 1 a 5 anos	1.018.153	901.541
Mais de 5 anos	896.523	818.181
Duração indeterminada	60.185	66.423
	4.906.877	4.393.052

No Grupo BPN, a carteira de crédito a clientes, no final de 2006, encontrava-se distribuída pelas seguintes instituições:

milhares €				
Empresa	2006	2005	Var. anual	% no total do crédito
BPN, S.A.	3.766.362	3.360.064	12,1%	76,8%
Banco Efisa	258.331	206.825	24,9%	5,3%
BPN Cayman	153.069	155.616	-1,6%	3,1%
BPN IFI	46.886	51.131	-8,3%	1,0%
BPN Crédito, IFIC	635.680	580.677	9,5%	13,0%
BPN Brasil	46.549	38.739	20,2%	0,9%
Total	4.906.877	4.393.052	11,7%	100,0%

AS

Por sectores de actividade, o crédito apresenta a seguinte distribuição:

milhares €				
	2006	2005	Var. anual	% no total do crédito
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas	62.211	52.434	18,6%	1,3%
Indústrias Extractivas	43.618	38.199	14,2%	0,9%
Alimentação, Bebidas e Tabacos	69.785	57.001	22,4%	1,4%
Têxteis	86.182	73.131	17,8%	1,8%
Madeira e Cortiça	35.148	33.997	3,4%	0,7%
Papel, Artes Gráficas e Editoras	34.337	34.138	0,6%	0,7%
Químicas e Actividades Conexas	30.993	27.522	12,6%	0,6%
Produtos Minerais não Metálicos	80.899	78.963	2,5%	1,6%
Máquinas, Equipamento e Metalúrgicas de Base	65.921	58.748	12,2%	1,3%
Fab. Mobiliário e Outras Ind. Transformadoras	82.930	76.445	8,5%	1,7%
Electricidade, Água e Gás	17.358	11.910	45,7%	0,4%
Construção	573.862	506.139	13,4%	11,7%
Actividades Imobiliárias	811.450	739.021	9,8%	16,5%
Comércio a Retalho (excepto de veículos)	156.949	134.162	17,0%	3,2%
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio	368.449	321.794	14,5%	7,5%
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos	90.408	87.223	3,7%	1,8%
Restaurantes e Hóteis	108.744	95.382	14,0%	2,2%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	55.352	91.308	-39,4%	1,1%
Outras Actividades de Serviços Prestados	465.156	264.655	75,8%	9,5%
Intermediação Financeira	253.479	147.570	71,8%	5,2%
Outros	135.243	443.910	-69,5%	2,8%
Particulares	1.278.403	1.019.400	25,4%	26,1%
Total	4.906.877	4.393.052	11,7%	100,0%

F

✍

my

Nota 12 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.05		Aquisições	Reavaliaç.	Alienações e abates	Transf.	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.06	Ajuste IAS	Saldo 31.12.06 após IAS
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas								
Imóveis em uso										
Imóveis de serviço próprio	14.811	(1.464)	1.191	(147)	(105)	454	(184)	14.556	102	14.454
Outros imóveis	2.511	(727)	124	-	(3)	11	(183)	1.733	98	1.635
Obras em imóveis arrendados	21.832	(9.532)	698	-	-	448	(2.187)	11.259	-	11.259
	39.154	(11.723)	2.013	(147)	(108)	913	(2.554)	27.548	200	27.348
Equipamento										
Mobiliário e material	10.321	(6.294)	679	-	(89)	1	(1.115)	3.503	-	3.503
Máquinas e ferramentas	6.702	(4.873)	499	-	(11)	-	(867)	1.450	-	1.450
Equip. informático	20.508	(15.239)	2.492	-	(487)	108	(2.755)	4.627	-	4.627
Instalações interiores	3.460	(2.880)	95	-	(1)	-	(185)	489	-	489
Material de transporte	2.670	(1.982)	436	-	(278)	(17)	(341)	488	-	488
Equip. segurança	2.313	(1.126)	206	-	(51)	2	(259)	1.085	-	1.085
Outro equipamento	28.311	(4.414)	24.570	-	(6.649)	868	(5.372)	37.314	-	37.314
	74.285	(36.808)	28.977	-	(7.566)	962	(10.894)	48.956	-	48.956
Equipamento em locação operacional	14.777	(5.422)	67	-	(2.260)	-	(2.402)	4.760	-	4.760
Equipamento em locação financeira	5.806	(4.419)	117	-	-	-	(397)	1.107	-	1.107
Activos tangíveis em curso	778	-	3.436	-	(502)	(781)	-	2.931	-	2.931
Outros activos tangíveis	2.067	(110)	149	-	-	1	(17)	2.090	-	2.090
	23.428	(9.951)	3.769	-	(2.762)	(780)	(2.816)	10.888	-	10.888
	136.867	(58.482)	34.759	(147)	(10.436)	1.095	(16.264)	87.392	200	87.192

Nota 13 - Activos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.05		Aquisições	Alienações e abates	Transf.	Amortiz. Exercício	Ajuste IAS	Amort. Exerc. Ajust. IAS	Saldo 31.12.06 após IAS
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas							
Sistemas de tratamento autom. de dar	11.443	(9.893)	719	(451)	-	(1.152)	-	-	666
Outros activos intangíveis	15.844	(12.550)	1.598	(51)	(84)	(2.179)	(253)	178	2.503
	27.287	(22.443)	2.317	(502)	(84)	(3.331)	(253)	178	3.169
Activos intangíveis em curso	9.986	-	15.143	(455)	(161)	-	-	-	24.513
	37.273	(22.443)	17.460	(957)	(245)	(3.331)	(253)	178	27.682

Nota 14 - Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Método	Método	2006	2005
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05			Participante	Participante
Bypass	44,91%	44,91%	12	12	MEP	MEP	Efisa	Efisa
Avipronto-Produtos Alimentares	24,85%	24,85%	5.430	5.165	MEP	MEP	Efisa	Efisa
Marina Barra	50,00%	50,00%	1.250	1.250	MEP	MEP	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Nossa	35,40%	35,40%	660	1.778	MEP	MEP	Real Seguros	Real Seguros
Imoglobal	30,15%	28,19%	42.587	39.909	MEP	MEP	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida
Imoreal	44,15%	41,14%	94.340	85.504	MEP	MEP	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S.A., Real Seguros, Real Vida
FiqEfisa	29,94%	29,94%	9.331	9.198	MEP	MEP	Efisa	Efisa
BPN Créditos Brasil (1)	-	50,00%	-	-	-	MEP	-	SLN Madeira
Cervejas Nampula (2)	-	7,56%	-	507	-	Custo	-	SLN Madeira
Banco Africa Ocidental	8,68%	8,62%	178	178	Custo	Custo	Efisa	Efisa
BDCMoçambique	9,95%	9,96%	549	607	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Locagest	19,96%	19,96%	16	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
PME Capital	0,02%	0,02%	5	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
PME Investimento	0,02%	0,02%	5	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
EfisaCar	19,76%	19,74%	732	732	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Schoolgest	15,97%	19,96%	10	10	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Ergorent	19,96%	19,96%	3	3	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Sensorient	19,96%	19,96%	5	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Velmax	7,98%	7,98%	15	16	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Moçambique C Seguros	4,49%	4,49%	31	35	Custo	Custo	Efisa	Efisa
CG Moçambique	19,16%	19,96%	6	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Payshop Moçambique S.A.R.L	19,96%	19,96%	101	112	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent	19,96%	19,96%	18	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent Ibérica	19,96%	19,96%	6	6	Custo	Custo	Efisa	Efisa
CEL Fogueteiro	19,96%	19,96%	848	848	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Calzeus	13,23%	13,23%	1.079	1.079	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Fund BOX	3,64%	2,92%	208	208	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Disperfum SL	9,82%	6,98%	754	444	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Acacia Real Estate	1,67%	-	1.329	-	Custo	-	Efisa	-
Fenton Ventures & Resources INC	19,96%	-	1	-	Custo	-	Efisa	-
ERGI	-	20,00%	-	882	-	Custo	-	SLN Madeira
BPN Créditos Corretora de Seguros	-	100,00%	-	7	-	Custo	-	BPN Brasil
Biz Service	-	99,99%	-	-	-	Custo	-	BPN Brasil
Cimpofin (5)	-	18,70%	-	648	-	Custo	-	BPN, S.A.
Coimbra Vita	11,07%	11,07%	49	66	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
AMB	11,00%	11,00%	94	94	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Quartenaire Portugal	16,40%	16,40%	40	40	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
ADRAVE	6,36%	6,36%	19	25	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
PME Capital	0,02%	0,02%	4	4	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
PME Investimentos	0,02%	0,02%	4	4	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
SIBS	0,41%	0,41%	2.342	2.342	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
UNICRE	0,29%	0,29%	99	107	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Entigere	10,00%	10,00%	100	100	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Swift	0,62%	-	17	-	Custo	-	BPN, S.A.	-
Inegi	3,00%	-	50	-	Custo	-	BPN, S.A.	-
Montes Serranos (3)	-	38,61%	-	2.104	-	Custo	-	Real Seguros
SGF - Soc. Gest. Fundos Pensões, SA	6,50%	6,50%	130	132	Custo	Custo	AVS	AVS
Sinase (2)	-	50,70%	-	38	-	Custo	-	Fincor
Unidade do Coração, Lda	14,24%	14,24%	26	23	Custo	Custo	SMN	SMN
CPD-Centro Port. Saúde no Trabalho, S.A.	-	100,00%	-	1.224	-	MEP	-	SMN

(cont.)

(cont.)

milhares €

	Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Método	Método	2006	2005
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	consolid.2006	consolid.2005	Participante	Participante
GPD	71,20%	71,20%	14	156	MEP	MEP	SMN	SMN
Hospiserve, Lda.	35,60%	-	1	-	MEP	-	SMN	-
Bragafin (4)	-	10,00%	-	1	-	Custo	-	Fincor
Bullfin (4)	-	15,00%	-	8	-	Custo	-	Fincor
Classe Mercados (4)	-	10,00%	-	5	-	Custo	-	Fincor
Espinho Fin (4)	-	10,00%	-	5	-	Custo	-	Fincor
Feirafin (4)	-	10,00%	-	3	-	Custo	-	Fincor
Finmaiacor (4)	-	10,00%	-	1	-	Custo	-	Fincor
Finocal (4)	-	10,00%	-	1	-	Custo	-	Fincor
Peninsulafin, Lda (4)	-	10,00%	-	1	-	Custo	-	Fincor
Profactors (4)	-	10,00%	-	1	-	Custo	-	Fincor
R. Duarte & S. Vicente, Lda (4)	-	10,00%	-	1	-	Custo	-	Fincor
Spot - Gestão Financeira, Lda (4)	-	10,00%	-	5	-	Custo	-	Fincor
Tradeoff, Lda (4)	-	10,00%	-	2	-	Custo	-	Fincor
Aveimercados, S.A. (4)	-	10,00%	-	5	-	Custo	-	Fincor
Finmat, S.A. (4)	-	10,00%	-	5	-	Custo	-	Fincor
Leirimercados, S.A. (4)	-	10,00%	-	5	-	Custo	-	Fincor
Lojafin, S.A. (4)	-	10,00%	-	5	-	Custo	-	Fincor
Sintrafin (4)	-	10,00%	-	10	-	Custo	-	Fincor
S. J. Mercados (4)	-	10,00%	-	10	-	Custo	-	Fincor
Gamboa (5)	-	100,00%	-	55	-	Custo	-	SLN Madeira
			162.499	155.781				

⁽¹⁾ Em 2006 comprou-se os restantes 50% da participada, que eram detidos pelo BAI;

⁽²⁾ Em 2006 esta participada foi vendida à Partinvest, SGPS (participada da SLN, SGPS);

⁽³⁾ Em 2006 esta participação foi vendida;

⁽⁴⁾ Em 2006 estas participações foram vendidas à Pleiade (participada da SLN, SGPS);

⁽⁵⁾ Em 2006 estas participadas foram vendidas à SLN Internacional (participada da SLN, SGPS).

Nota 15 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	958	527
Outros	404	4
	1.362	531
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	13.749	12.301
Por prejuízos fiscais	242	3.329
	13.991	15.630
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	10.445	7.058
Outros	4.478	3.912
	14.923	10.970
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	3.516	5.093
	3.516	5.093
	(3.086)	98

Nota 16 - Provisões técnicas de resseguro cedido

Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo Vida:

	milhares €				
	2005	Ajust. IAS/IFRS	2005 Pro forma	Aumentos/R eduções	2006
Provisão Matemática					
De Seguro Directo	303.488	(274.225)	29.263	1.272	30.535
De Resseguro Cedido	5.238	-	5.238	(2.131)	3.107
Provisão para Sinistros					
De Seguro Directo	8.770	-	8.770	(2.821)	5.949
De Resseguro Cedido	3.131	-	3.131	(433)	2.698
Provisão para Participação nos Resultados					
De Seguro Directo	192	(192)	-	183	183
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro					
	27.696	(27.696)	-	-	-
	331.777	(302.113)	29.664	1.198	30.862

Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo não Vida:

	milhares €				
	2005	Ajust. IAS/IFRS	2005 Pro forma	Aumentos/R eduções	2006
Provisão para prémios não adquiridos					
De Seguro Directo	27.276		27.276	614	27.890
De Resseguro Cedido	5.459		5.459	102	5.561
Provisão para sinistros					
De Seguro Directo	88.252		88.252	14.300	102.552
De Resseguro Cedido	3.376		3.376	3.902	7.278
Provisão para desvios de sinistralidade					
	272	(272)	-	24	24
Outras provisões técnicas					
De Seguro Directo	125		125	406	531
	107.090	(272)	106.818	11.340	118.158
Total das Provisões técnicas	438.867	(302.385)	136.482	12.538	149.020

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

Nota 17 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Devedores por seguro directo e resseguro	21.624	21.582
Imparidade	(4.629)	(1.981)
	16.995	19.601
Devedores, outras aplicações e outros activos		
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.821	1.203
Aplicações diversas	17.091	40.395
Sector público administrativo	5.268	4.946
Devedores diversos	88.053	31.341
	112.233	77.885
Outros activos		
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	31	4
Outros activos	443	532
	474	536
Imparidade	(8.749)	(7.773)
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	1.740	21.991
Outros rendimentos a receber	3.417	2.302
	5.157	24.293
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	11.228	7.407
	11.228	7.407
Fundo de pensões		
Contribuições para o fundo de pensões	(71)	-
Desvios actuariais	8.951	8.188
	8.880	8.188
Encargos a pagar		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações activas	(1.121)	(464)
	(1.121)	(464)
Receitas com rendimento diferido		
Outras operações activas (assoc. ao custo amortizado)	(66)	(72)
	(66)	(72)
Outras contas de regularização		
Posição cambial	28	1.513
Operações cambiais a liquidar	12.793	16.204
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	10.429	11.976
Outras operações a regularizar	28.581	22.268
	51.831	51.961
Activos recebidos em dação por recuperação de créditos		
Imóveis	43.222	43.634
Equipamento	556	601
Outros activos tangíveis	26	25
	43.804	44.260
Imparidade	(1.858)	(1.304)
	238.808	224.518

Nota 18 - Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 - Pro forma
Recursos do Banco de Portugal	-	-
Recursos de outros bancos centrais		
Recursos a muito curto prazo	77	-
Depósitos	-	-
	77	-
Juros a pagar	-	-
	77	-

Nota 19 - Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 - Pro forma
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos derivados		
Swaps	16.653	5.376
Outros	23	-
Opções	11.092	10.502
	27.768	15.878
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Instrumentos derivados		
Swaps	-	-
Futuros	535	268
Opções	-	-
	535	268
	28.303	16.146

Nota 20 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 - Pro forma
Recursos de IC's no país		
Mercado monetário interbancário	6.133	-
Recursos a muito curto prazo	8.000	9.000
Depósitos	92.192	92.911
Empréstimos	19.555	34.133
Juros a pagar	2.205	2.346
Encargos diferidos	(304)	(1.433)
	127.781	136.957
Recursos de IC's no estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	-	4.000
Depósitos	67.662	44.018
Empréstimos	358.006	337.191
Outros recursos	954	505
Juros a pagar	2.269	1.716
	428.891	387.430
Correcções de valor de passivos objecto de cobertura	-	-
	556.672	524.387

Nota 21 - Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Recursos de clientes		
Depósitos à ordem	1.323.723	1.164.564
Depósitos com pré-aviso	-	-
Depósitos a prazo	2.634.309	2.688.675
Depósitos de poupança	93.755	93.276
Depósitos obrigatórios	73	114
Cheques e ordens a pagar	26.454	22.106
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Outros	7.052	6.771
Juros a pagar	26.935	19.072
Encargos diferidos	-	-
	4.112.301	3.994.578
Empréstimos		
De residentes	-	-
De não residentes	-	-
	-	-
Outros		
Receitas diferidas	-	-
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(4.771)	-
	(4.771)	-
	4.107.530	3.994.578

Nota 22 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Certificados de depósito		
Emissões	11.698	1.567
Recompras	-	-
	11.698	1.567
Obrigações de caixa		
Emissões	40.040	38.147
Recompras	-	-
	40.040	38.147
Instrumentos financeiros compostos		
Emissões	-	-
Recompras	-	-
	-	-
Outros		
Emissões	200.000	-
Recompras	-	-
	200.000	-
Juros a pagar	1.378	683
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(387)	(854)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(1.894)	-
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)	-	-
	(903)	(171)
	250.835	39.543

As características das responsabilidades são como se segue:

milhares €

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
Certificados de depósito					
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-05	Jun-07	100% CDI	22	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-05	Set-07	102% CDI	83	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-05	Dez-07	100% CDI	57	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-06	Jan-08	101% CDI	163	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-06	Jan-08	104% CDI	25	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-06	Fev-08	105% CDI	20	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-06	Mar-08	102% CDI	12	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-06	Mar-08	105% CDI	8	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Mar-08	102% CDI	8	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100% CDI	416	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100% CDI	416	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Mai-07	100% CDI	78	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	104% CDI	194	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105% CDI	39	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105% CDI	37	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107% CDI	19	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107% CDI	19	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Mai-08	107% CDI	19	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-08	105% CDI	8	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	104% CDI	134	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-08	100% CDI	10	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	117	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	117	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110% CDI	4	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110% CDI	4	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jun-08	100% CDI	4	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jun-09	100% CDI	7	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jun-08	107% CDI	190	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jul-08	100% CDI	376	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-06	Jul-08	100% CDI	5	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-06	Jul-08	100% CDI	75	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-06	Ago-08	105% CDI	22	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-06	Ago-08	100% CDI	185	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-06	Ago-08	104% CDI	18	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-06	Set-08	110% CDI	37	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-06	Set-08	100% CDI	816	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-06	Set-08	104% CDI	5	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-06	Set-08	110% CDI	18	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-06	Out-08	100% CDI	810	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-06	Out-08	100% CDI	91	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100% CDI	5.875	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100% CDI	848	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	103% CDI	25	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	104% CDI	29	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	100% CDI	89	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	100% CDI	144	
				11.698	
Obrigações					
BPN SFE - 50M	Jun-03	Jun-13	5,28%	1.662	
Obrigações BPN 100%	Jun-04	Jun-07	*	20.000	
BPN SFE - 75M	Jun-05	Jun-13	5,74%	18.378	
BPN Cayman Ltd. - 200M FRN	Set-06	Set-09	4,06%	200.000	
				240.040	
Juros a pagar				1.378	
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado				(387)	
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura				(1.894)	
				250.835	

* A Remuneração varia entre 0% e 25% do valor nominal e é igual a 100% da média aritmética da variação dos índices constantes no cabaz.

A variação de cada índice define-se como a variação percentual verificada no valor do índice entre 21 de Junho de 2004 e 21 Junho 2007 com o máximo de 25% de acordo com a seguinte fórmula:

Min (25%, (Nível de Referência Final - Nível de Referência Inicial) / Nível de Referência Inicial).

Nota 23 - Passivos financeiros associados a activos transferidos

O BPN, S.A., lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO No.1. As principais características da operação, são resumidas no quadro seguinte:

Denominação	Montante (milhares Euros)	Data de emissão	Vida média estimada	Garantia	Spread
- Chaves SME CLO No.1	601.210	20-12-2006	5,73 anos	Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	(35.931)				
	565.279				

Aquando do cálculo do montante do crédito titularizado e a concretização efectiva da operação, ocorreram liquidações totalizando um montante de 35.931 milhares de euros, conforme pagamento ainda efectuado em Dezembro de 2006.

Nota 24 - Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o exercício de 2006 foi o seguinte:

milhares €

	Saldo 31.12.05	IAS 32 e 39	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Transf.	Saldo 31.12.06
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:							
Instrumentos de dívida	-	-	231	(135)	(96)	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outros títulos	1.187	-	125	(473)	(839)	-	-
Créditos e outros valores a receber	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em crédito a clientes	130.176	(1.416)	54.917	(18.094)	(28.896)	555	137.242
Imparidade em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros activos (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em activos não financeiros	9.077	-	1.660	(183)	-	53	10.607
Devedores, outras aplicações e outros activos	1.981	-	2.658	-	(10)	-	4.629
Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos	28	-	11	-	-	-	39
Outras provisões	513	-	2.302	(27)	(380)	(634)	1.774
	142.962	(1.416)	61.904	(18.912)	(30.221)	(26)	154.291

Nota 25 - Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Empréstimos subordinados		
Titulados		
Emissões	150.000	150.000
Recompras	-	-
Não Titulados	-	-
	150.000	150.000
Outros passivos subordinados		
Emissões	-	-
Recompras	-	-
	-	-
Juros a pagar	-	-
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	-	-
	-	-
	150.000	150.000

As características dos passivos subordinados são como se segue:

milhares €					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
Empréstimos subordinados					
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	Maio 2003	Maio 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	50.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	Dezembro 2005	Dezembro 2015	(2)	50.000	
				150.000	
Periodificações, custos e proveitos diferidos					
				150.000	

(1) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo

(2) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4% sendo que: a) nos cupões que se vencem de 22/12/2006 a 22/12/2010 correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15% b) nos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Nota 26 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Credores por seguro directo e resseguro	339.306	309.080
Credores e outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Credores por operações sobre futuros e opções	191	639
Recursos diversos	166.455	86.071
Sector público administrativo	9.429	8.730
Cobranças por conta de terceiros	119	208
Dividendos a pagar	-	-
Contribuições para outros sistemas de saúde	239	224
Credores diversos	73.083	123.005
	249.516	218.877
Despesas com encargo diferido		
Credores e outros recursos	-	-
Outras operações passivas	(3)	-
	(3)	-
Fundo de pensões		
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Desvios actuariais	-	12.113
Outros elementos	-	177
	-	12.290
Encargos a pagar		
Juros a pagar	1.458	1.145
Outros encargos a pagar	24.385	15.790
	25.843	16.935
Receitas com rendimento diferido		
De rendas de locação operacional	4.273	89
De outras rendas	1	7
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	758	686
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	-
Outras	12.264	16.803
	17.296	17.585
Outras contas de regularização		
Posição cambial	924	5.226
Operações cambiais a liquidar	12.145	13.010
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.150	13.210
Outras operações a regularizar	286.675	7.615
	300.894	39.061
	932.852	613.828

Nota 27 - Capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas reavaliação	Diferenças de Conversão Cambial	Outras reservas e result. transit.	Resultado exercício	Dividendos antecipados	Interesses minoritários
Saldo 31.12.2005 (PCSB)	280.000	-	-	-	-	-	25.911	42.899	-	3.610
Impacto da adopção das IAS/IFRS	-	-	-	-	-	1.859	(18.560)	4.447	-	1.517
Outros	-	-	-	-	-	-	3.613	181	-	-
Saldo 01.01.2006	280.000	-	-	-	-	1.859	10.964	47.527	-	5.127
Aumento de Capital	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação resultado	-	-	-	-	-	-	47.527	(47.527)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	65.316	-	(114)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.000)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	633	(20.842)	-	-	689
Saldo 31.12.2006	360.000	-	-	-	-	2.492	12.649	65.316	-	5.702

Nota 28 - Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2006	2005 - Pro forma
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avals	396.453	389.943
Cartas de crédito stand-by	2.993	4.439
Créditos documentários abertos	29.569	25.074
	429.015	419.456
Activos dados em garantia	32.246	32.245
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Opções sobre activos	9.400	9.400
Contratos a prazo de depósitos	5.695	-
Linhas de crédito irrevogáveis	178.839	160.482
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas	-	2.885
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	3.771	3.647
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidor	133	186
Compromissos revogáveis	999.717	706.421
	1.197.555	883.021
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	8.209.633	5.606.386
De cobrança de valores	76.518	82.518
Valores administrados pela instituição	2.772.456	2.741.533
	11.058.607	8.430.437

Em 31 de Dezembro o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Crédito intra diário no montante de 28.449 milhares de euros;
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (C.M.V.M.) no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 26 milhares de euros;
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 3.771 milhares de euros.

Nota 29 - Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	4.570	3.330
Juros de aplicações em instituições de crédito	22.094	14.707
Juros de crédito a clientes	273.903	222.814
Juros de crédito vencido	3.184	3.538
Juros de outros activos financeiros	16.013	27.391
Comissões recebidas ao custo amortizado	12.151	12.917
	331.915	284.697
Juros e encargos similares		
Juros de recursos		
De bancos centrais	746	17
De outras instituições de crédito	28.204	19.038
Depósitos de clientes	117.260	94.745
Outros recursos de clientes	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	3.639	1.872
Juros de passivos financeiros	3.669	2.946
Juros de derivados	-	-
Juros de passivos subordinados	7.089	4.291
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	757	-
Outros juros e encargos	3.830	740
Comissões pagas ao custo amortizado	2.859	2.163
	168.053	125.812
	163.862	158.885

Nota 30 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Activos financeiros disponíveis para venda	629	428
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No país	-	-
No estrangeiro	-	-
Outros instrumentos de capital	96	120
	725	548

Nota 31 - Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Serviços e comissões recebidas		
Por garantias prestadas	6.287	6.228
Por compromissos assumidos perante terceiros	191	160
Por operações sobre instrumentos financeiros	-	-
Por serviços prestados	35.522	29.397
Por operações realizadas por conta de terceiros	9.536	8.797
Outras comissões recebidas	21.832	18.894
	73.368	63.476
Serviços e comissões pagas		
Por garantias recebidas	24	1
Por compromissos assumidos por terceiros	-	-
Por operações sobre instrumentos financeiros	-	-
Por serviços bancários prestados por terceiros	20.960	17.467
Por operações realizadas por terceiros	1.079	1.355
Outras comissões pagas	8.034	9.901
	30.097	28.724
	43.271	34.752

Nota 32 - Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Ganhos e perdas em operações ao justo valor		
Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação	21.223	14.756
Ganhos e perdas em outros activos financeiros	2.203	2.626
Ganhos e perdas em activos com acordo de recompra	-	-
Ganhos e perdas em derivados de cobertura	(251)	(297)
Ganhos e perdas em passivos financeiros	-	-
Valores objecto de operações de cobertura	(126)	-
	23.049	17.085
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	334	1.408
Instrumentos de capital	(2)	307
Outros títulos	2.468	(15)
Créditos e outros valores a receber	-	-
	2.800	1.700
Resultados de reavaliação cambial		
Ganhos em diferenças cambiais	15.726	17.445
Perdas em diferenças cambiais	12.799	15.897
	2.927	1.548
Resultados de alienação de outros activos		
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes	2.329	645
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade	-	-
Outros ganhos e perdas em operações financeiras	-	-
Ganhos e perdas em investimentos em filiais	262	7
Ganhos e perdas em activos não financeiros	-	-
	2.591	652
	31.367	20.985

Nota 33 - Resultado líquido de resseguro

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Prémios líquidos de resseguro	117.573	117.289
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(83.959)	(87.861)
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	(6.118)	(4.003)
	27.496	25.425

Nota 34 - Ganhos e perdas operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Rendimentos e receitas operacionais		
Ganhos em derivados de cobertura	16.601	27.902
Rendas	1.880	3.698
Ganhos em investimentos em filiais	-	-
Ganhos em activos não financeiros	4.178	1.330
Outros ganhos e rendimentos operacionais	68.297	61.788
	90.956	94.718
Encargos e gastos operacionais		
Perdas em derivados de cobertura	3.274	9.636
Rendas	9	-
Quotizações e donativos	317	295
Contribuições para o FGD	711	599
Perdas em investimentos em filiais	-	-
Perdas em activos não financeiros	612	1.172
Outros encargos e gastos operacionais	24.987	49.479
	29.910	61.181
Outros impostos		
Impostos indirectos	3.720	2.560
Impostos directos	783	484
	4.503	3.044
	56.543	30.493

Nota 35 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	3.945	3.825
Remuneração de empregados	71.888	60.666
Encargos sociais obrigatórios	20.437	18.215
Outros custos com pessoal	3.496	7.336
	99.766	90.042

Nota 36 - Gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Água energia e combustíveis	3.491	2.876
Material de consumo corrente	1.207	915
Publicações	130	171
Material de higiene e limpeza	1.731	1.472
Outros fornecimentos de terceiros	1.968	615
Rendas e alugueres	12.983	14.281
Comunicações	12.055	10.131
Deslocações, estadas e representação	5.137	3.664
Publicidade e edição de publicações	9.187	7.165
Conservação e reparação	1.991	1.731
Transportes	445	437
Formação de pessoal	309	129
Seguros	1.361	1.344
Serviços especializados	30.447	29.674
Outros serviços de terceiros	5.651	1.783
	88.093	76.388

Nota 37 - Provisões e Imparidade

A rubrica de **Provisões líquidas de reposições e anulações** do Grupo BPN tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Provisões para contingências fiscais		
Dotações	178	236
Reversões	-	-
	178	236
Provisões para encargos com benefícios aos empregados		
Dotações	11	11
Reversões	-	-
	11	11
Outras provisões		
Dotações	5.888	9.511
Reversões	(736)	(4.885)
	5.153	4.626
	5.342	4.873

A rubrica de **Imparidade do crédito** do Grupo BPN tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Crédito a clientes		
Dotações	54.315	47.115
Reversões	(21.690)	(18.745)
	32.625	28.370
	32.625	28.370

A rubrica de **Imparidade de outros activos** do Grupo BPN tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Outros activos financeiros		
Dotações	486	235
Reversões	(1.189)	(544)
	(703)	(309)
Outros activos		
Dotações	1.945	905
Reversões	(587)	(423)
	1.358	482
	655	173

Nota 38 - Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Milhares Euros	
Denominação	2006.12	2005.12
Avipronto	557	681
AVS - Corretores de Seguros	(9)	(9)
BPN Créditos Brasil	-	(251)
BPN Participações Financeiras	32	-
BPN S.A.	1.458	707
BPN SGPS	(155)	80
Real Vida Seguros	-	8
Banco Efisa	4.208	2.909
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco EFISA	157	287
BPN Crédito IFIC	-	55
BPN Imoglobal	(74)	2.261
Imoreal	2.605	3.368
SMN-Serviços Médicos Nocturnos, S.A. (UNIMED)	(68)	(6)
	8.711	10.090

Nota 39 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 - Pro forma
Imposto corrente		
Do exercício	26.781	15.924
Correcção de exercícios anteriores	18	-
	26.799	15.924
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(6.192)	(1.782)
Alteração da taxa de imposto	-	-
Por prejuízos fiscais reportáveis	(192)	-
	(6.384)	(1.782)
	20.415	14.142

Nota 40 - Resultado consolidado

Nos exercícios de 2006 e 2005, o Resultado Consolidado do BPN, SGPS, S.A. foi determinado da seguinte forma:

	milhares €	
	2006	2005
BPN, SGPS, S.A.	32.477	25.837
BPN - Banco Português de Negócios, S.A.	49.880	37.636
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	22.918	33.675
Banco Efisa, S.A.	3.711	3.177
BPN Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	10.220	9.917
BPN Imofundos - Soc. Gestora Fundos Invest. Imobiliário, S.A.	5.891	5.849
BPN Gestão de Activos - Soc. Gest. Fundos Invest. Mobiliário, S.A.	3.118	3.702
BPN Madeira, SGPS, S.A.	(28)	(6)
SLN Madeira, SGPS, S.A.	3.930	3.782
BPN Cayman, Ltd	4.965	3.967
BPN IFI, S.A.	1.062	158
BPN Participações Brasil, S.A.	(667)	-
BPN Brasil, S.A.	(651)	53
BPN Crédito Brasil, S.A.	1.021	-
BPN Crédito Corretora de Seguros, Ltda	(24)	-
BIZ Service - Tecnologia em Meios Pagamento, Ltda	(706)	23
Real Re Ltd	(92)	(20)
Real Vida Seguros, S.A.	2.108	707
Real Seguros, S.A.	7.261	6.900
Fincor, SGPS, S.A.	11	(230)
Rentilusa, SA	693	234
BPN Serviços ACE	-	-
SMN-Serviços Médicos Nocturnos, S.A.	58	375
Cluni - Clínica Unida, S.A.	(186)	15
Medinorte - Serviços Médicos Nocturnos, Lda	(37)	224
UMS - Unidades Móveis de Saúde, Lda	(24)	59
AVS, S.A.	522	257
MEXCOR - Soc. Med. de Seguros, Lda.	(3)	(3)
Coseal Lda	(13)	(24)
AVS-Consultadoria e Gestão, Lda	(8)	(8)
Soserfin-Serviços Financeiros	-	(1)
Anulação de dividendos	(87.653)	(90.692)
	<u>59.754</u>	<u>45.563</u>
Aplicação das IFRS/IAS:		
IAS 12 - Impostos diferidos	49	1.673
IAS 39 - Taxa efectiva	-	(390)
IAS 19 - Benefícios a empregados	380	(3.880)
IAS 27 - Consolidação de SPE	-	22
IAS 37 - Provisões	24	-
IAS 38 - Activos intangíveis	135	1.114
IAS 39 - Outros instr. financeiros	-	(7)
IAS 39 - Imparidade de crédito	2.370	-
Aplicação das IAS - Custos Diferidos	(645)	-
Ajustamentos de consolidação	3.249	3.432
	<u>65.316</u>	<u>47.527</u>

Nota 41 - Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

milhares €

	2006			2005 Pro-forma		
	Valor de Balanço	Ao justo valor	Diferença	Valor de Balanço	Ao justo valor	Diferença
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	351.980	351.980	-	305.723	305.723	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	531.266	531.266	-	202.340	202.340	-
Activos financeiros detidos para negociação	142.383	142.383	-	73.723	73.723	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	331.661	331.661	-	303.396	303.396	-
Activos financeiros disponíveis para venda	320.797	320.797	-	123.476	123.476	-
Aplicações em instituições de crédito	224.356	224.356	-	74.116	74.116	-
Crédito a Clientes	4.769.635	4.769.635	-	4.262.876	4.262.876	-
Derivados de cobertura	79	79	-	93	93	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	162.499	163.616	(1.117)	155.781	151.717	4.064
	6.834.656	6.835.773	(1.117)	5.501.524	5.497.460	4.064
Passivo						
Recursos de bancos centrais	77	77	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	27.768	27.768	-	16.146	16.146	-
Recursos de outras instituições de crédito	556.672	556.672	-	524.387	524.387	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.107.530	4.107.530	-	3.994.578	3.994.578	-
Responsabilidades representadas por títulos	250.835	250.835	-	39.543	39.543	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	565.279	565.279	-	-	-	-
Derivados de cobertura	394	394	-	505	505	-
Outros passivos subordinados	150.000	150.000	-	150.000	150.000	-
	5.658.555	5.658.555	-	4.725.159	4.725.159	-

Nota 42 - Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2006.

Nota 43 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado do exercício, no montante de 32.476.881,93 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	1.623.844,10 €
Para Distribuição de Dividendos	29.000.000,00 €
Para Reservas Livres	1.853.037,83 €

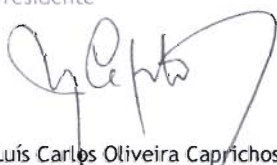
O resultado consolidado foi de 65.316 milhares de Euros.

Lisboa, 20 de Março de 2007

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



José de Oliveira Costa
Presidente



Luís Carlos Oliveira Caprichoso
Vogal



José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa
Vogal

3. Certificações do BPN, SGPS, S.A. (contas individuais e consolidadas)



José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **BPN, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 398.640 milhares de euros e um total de capital próprio de 397.918 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 32.477 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal ("NCA'S"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

Telefone: 22 936 43 40
Fax: 22 936 43 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt



ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BPN, SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

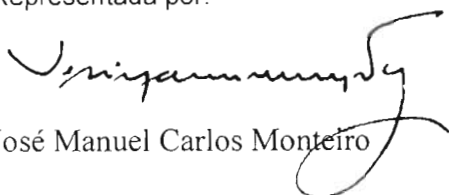
ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

- (i) Conforme referido nas Notas 1 e 2 das Notas explicativas, em 2006 a Sociedade adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na Nota 2 das Notas explicativas.

Lisboa, 23 de Março de 2007

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração do **BPN, SGPS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do **BPN, SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

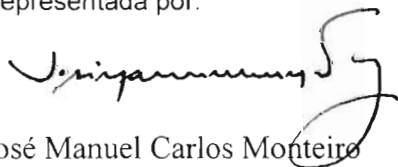
Telefone: 22 936 431 40
Fax: 22 936 431 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 23 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

(Relatório de Auditoria)

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras do BPN - SGPS, SA (adiante também designado por BPN SGPS), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 398 640 milhares de euros e um total de capital próprio de 397 918 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 32 477 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do BPN SGPS, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BPN - SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na Nota 1, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as NCA definidas pelo Banco de Portugal. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.



BDO bte & Associados - Lda

Lisboa, 23 de Março de 2007

José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de **BPN - SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 7.226.017 milhares de euros e um total de capital próprio de 446.159 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 65.316 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

Telefone: 22 936 43 40
Fax: 22 936 43 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt



- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **BPN - SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:



- (i) Conforme referido na Nota 2.2 das Notas explicativas, em 2006 o Grupo adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, conforme explicitado na Nota 4 das Notas explicativas.

Lisboa, 23 de Março de 2007

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

José Manuel Carlos Monteiro

José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2006

Senhores Accionistas,

No cumprimento do disposto nos estatutos do **BPN - SGPS, S.A.** e na legislação vigente, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida no Grupo BPN SGPS e emitir o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2006, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. ACTUAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os Administradores do Grupo, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciamos as Actas do Conselho de Administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas pela **BPN - SGPS, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas.



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

Telefone: 22 936 43 40
Fax: 22 936 42 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt



Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

2. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2006, bem como as perspectivas para 2007, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo BPN SGPS e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BPN SGPS, em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações do exercício findo nesta data.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados nas Notas explicativas, merecem a nossa concordância e foram alterados face ao exercício anterior, dado que a informação financeira relativa ao exercício de 2006 foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

4. GERAL

Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores do Grupo BPN SGPS, bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelos seus Conselhos de Administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

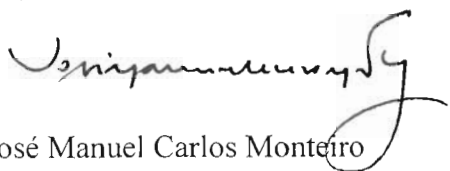
5. PARECER

Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, apresentados pelo Conselho de Administração do BPN - SGPS, S.A.

Lisboa, 23 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS **(Relatório de Auditoria)**

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do BPN - SGPS, SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 7 226 017 milhares de euros e um capital próprio de 446 159 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 65 316 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

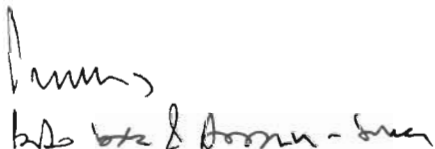
2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 6% do activo líquido consolidado e cerca de 1% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas, em cujas certificações legais das contas baseámos a nossa opinião. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPN - SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na Nota 2, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.



Lisboa, 23 de Março de 2007